



PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, DA 17ª EMISSÃO DA



**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**

Secretaria de Saneamento
e Recursos Hídricos

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

No montante total de

R\$ 1.000.000.000,00

(um bilhão de reais)

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAA+

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BRSBSPDBS114

Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BRSBSPDBS122

Código ISIN das Debêntures da 3ª Série: BRSBSPDBS130

Código de negociação na BM&FBOVESPA das Debêntures da 1ª Série: SBSP-D7A

Código de negociação na BM&FBOVESPA das Debêntures da 2ª Série: SBSP-D7B

Código de negociação na BM&FBOVESPA das Debêntures da 3ª Série: SBSP-D7C

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER



Bradesco BBI

COORDENADOR

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, DA 17ª EMISSÃO DA



Secretaria de Saneamento
e Recursos Hídricos

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta - CVM nº 14443
CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - NIRE 35.3000.1683-1
Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, 05429-900, São Paulo-SP

No montante total de

R\$ 1.000.000.000,00

(um bilhão de reais)

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAA+

Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BRSBSPDBS114 - Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BRSBSPDBS122 - Código ISIN das Debêntures da 3ª Série: BRSBSPDBS130

Código de negociação na BM&FBOVESPA das Debêntures da 1ª Série: SBSP-D7A - Código de negociação na BM&FBOVESPA das Debêntures da 2ª Série: SBSP-D7B -

Código de negociação na BM&FBOVESPA das Debêntures da 3ª Série: SBSP-D7C

A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma distribuição pública de 100.000 (cem mil) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, da 17ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na data de emissão, qual seja, 15 de janeiro de 2013 ("Debêntures"), sob a coordenação do BB - BANCO DE INVESTIMENTOS S.A. ("BB-BI" ou "Coordenador Líder") e do BANCO BRADESCO BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), de acordo com o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio: (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (b) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio: (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) poderia ter sido, mas não foi aumentada na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), a critério da Emissora, em razão da demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, ou modificação dos termos da Oferta ("Opção de Lote Adicional"). Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos da Escritura de Emissão poderia ter sido, mas não foi aumentada em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, sem considerar as Debêntures Adicionais, ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar"), a qual poderia ter sido exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série.

No âmbito da Oferta, foi realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores (conforme definido neste Prospecto), da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*"), de forma a definir, de comum acordo com a Emissora, a taxa final da Remuneração (conforme definida neste Prospecto).

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de novembro de 2012, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e de acordo com o artigo 13, inciso X, do Estatuto Social da Emissora, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") em 15 de novembro de 2012, e no jornal "Valor Econômico" em 16 de novembro de 2012, e arquivada na JUCESP sob o nº 510.835/12-0 em 23 de novembro de 2012.

A emissão das Debêntures é regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP" ("Escritura de Emissão"), celebrado entre a Emissora e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. ("Agente Fiduciário") representando, perante a Emissora, a comunidade dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), em 23 de novembro de 2012, conforme alterado pelo "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP" ("Primeiro Aditamento"), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, representando, perante a Emissora, a comunidade dos Debenturistas, em 7 de fevereiro de 2013. A Escritura de Emissão foi devidamente arquivada na JUCESP em 30 de novembro de 2012, sob o nº ED001058-3/000, e o Primeiro Aditamento foi apresentado para arquivamento na JUCESP em 08 de fevereiro de 2013. Este prospecto ("Prospecto") não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor público de saneamento.

O Formulário de Referência, na sua versão nº 4.0 de 2012, enviada dia 29 de janeiro de 2013, encontra-se disponível para consulta nos sites da Emissora (www.sabesp.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br). Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seção "Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência", na página 4 deste Prospecto.

Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir pela aquisição das Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

ANTES DE TOMAR DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTES PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, EM ESPECIAL DAS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NO ITEM "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA", NA PÁGINA 4 DESTES PROSPECTO, E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA", INICIADA NA PÁGINA 69 DESTES PROSPECTO. PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE TODOS OS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES, MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À COMPANHIA, AOS COORDENADORES E À CVM NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA SEÇÃO "INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA", NA PÁGINA 3 DESTES PROSPECTO.

A Oferta foi registrada pela CVM em 20 de fevereiro de 2013, sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/001 para as Debêntures da 1ª Série, sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/002 para as Debêntures da 2ª Série e sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/003 para as Debêntures da 3ª Série.

Mais informações sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Agente Fiduciário, do Consultor Jurídico e do Auditor Independente", na subseção "Informações Adicionais", na página 33 deste Prospecto.

O Prospecto será colocado à disposição dos potenciais investidores na sede da Companhia e dos Coordenadores, bem como nas páginas da rede mundial de computadores - internet - da Companhia, dos Coordenadores, da CVM, da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA.

"A Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures."

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER



Bradesco BBI

COORDENADOR

A data deste Prospecto Definitivo é 21 de fevereiro de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	3
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO	
DEFINITIVO POR REFERÊNCIA	4
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	10
SUMÁRIO DA EMISSORA.....	11
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	25
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO CONSULTOR JURÍDICO E DO AUDITOR INDEPENDENTE	33
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	40
Composição do Capital Social.....	40
Características da Oferta.....	40
Autorizações Societárias	40
Colocação	40
Coleta de Intenções de Investimento (<i>Bookbuilding</i>)	41
Prazo de Colocação.....	41
Forma de Subscrição.....	41
Forma e Preço de Integralização	42
Negociação	42
Características das Debêntures	42
Número da Emissão	42
Valor Total da Emissão.....	42
Quantidade.....	42
Valor Nominal Unitário	43
Séries	43
Forma.....	43
Conversibilidade	43
Espécie.....	43
Data de Emissão	43
Prazo e Data de Vencimento.....	43
Amortização.....	43
<i>Amortização das Debêntures da 1ª Série.....</i>	<i>43</i>
<i>Amortização das Debêntures da 2ª Série.....</i>	<i>44</i>
<i>Amortização das Debêntures da 3ª Série.....</i>	<i>44</i>
Remuneração	44
<i>Remuneração das Debêntures da 1ª Série</i>	<i>44</i>
<i>Remuneração das Debêntures da 2ª Série</i>	<i>46</i>
<i>Remuneração das Debêntures da 3ª Série</i>	<i>49</i>
Repactuação	49
Resgate Antecipado Facultativo	49
Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.....	50
Aquisição Facultativa	51
Encargos Moratórios.....	51
Decadência dos Direitos aos Acréscimos	51
Local de Pagamento.....	51
Prorrogação dos Prazos.....	51
Imunidade de Debenturista	52
Vencimento Antecipado	52
Publicidade	54
Assembleia Geral.....	55
Convocação.....	55
Instalação	55
Deliberações	55

Representantes Legais.....	55
Comparecimento do Agente Fiduciário	55
Aplicação da Lei das Sociedades por Ações.....	55
Contrato de Distribuição	56
Regime de Colocação	56
Plano da Oferta	56
Público Alvo da Oferta	56
Pessoas Vinculadas	57
Estabilização de Preços e Liquidez.....	57
Inadequação da Oferta a Certos Investidores.....	57
Manifestação de Aceitação à Oferta	57
Manifestação de Revogação à Aceitação da Oferta	57
Modificação da Oferta	58
Suspensão da Oferta.....	58
Cancelamento ou Revogação da Oferta	58
Operações Vinculadas à Oferta.....	59
Cronograma das Etapas da Oferta	59
Demonstrativo de Custos da Oferta.....	60
Custo Unitário de Distribuição.....	61
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES	61
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	65
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA	67
CAPITALIZAÇÃO	67
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA	69
 ANEXOS	 73
I - ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	75
II - DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS SOBRE A EMISSÃO E A OFERTA	99
III - ESCRITURA DE EMISSÃO E PRIMEIRO ADITAMENTO	111
IV - RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES	207
V - DECLARAÇÃO DA EMISSORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	213
VI - DECLARAÇÃO DA EMISSORA, PARA FINS DO ANEXO II, ITEM Nº 11, DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	217
VII - DECLARAÇÃO DA EMISSORA REFERENTE À ADEQUAÇÃO À DEFINIÇÃO DE EMISSORA COM GRANDE EXPOSIÇÃO AO MERCADO	221
VIII - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	227

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação da Emissora	A Emissora é sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3000.1683-1 e registro de companhia aberta perante a CVM sob o nº 14443.
Sede	A sede social da Emissora está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, CEP 05429-900.
Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores	A Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores da Emissora localiza-se na sede da Companhia. O Sr. Rui de Britto Álvares Affonso é o responsável por esta Diretoria e pode ser contatado por meio do telefone (55 11) 3388-8247, fac-símile (55 11) 3815-4465 e endereço de correio eletrônico raffonso@sabesp.com.br.
Auditores Independentes da Emissora	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para fins da auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como revisão das Informações Trimestrais para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011, e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para fins da revisão das Informações Trimestrais para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012.
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Diretor Econômico Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Rui de Britto Álvares Affonso, na sede da Companhia, por meio do telefone (55 11) 3388-8247, facsímile (55 11) 3815-4465 e endereço de correio eletrônico raffonso@sabesp.com.br.
Jornais nos quais divulga informações	As informações sociais referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico".
Website	O website da Emissora está disponível no endereço http://www.sabesp.com.br/Calandraweb/CalandraRedirect/?temp=0&proj=investidoresnovo&pub=T&db . As informações constantes do website da Emissora não são parte integrante deste Prospecto Definitivo, nem se encontram incorporadas por referência a este.
Informações Adicionais	<p>Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Companhia em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu website, bem como junto aos Coordenadores e à CVM, nos endereços abaixo:</p> <p>BB - Banco de Investimento S.A. Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar 20031-923 - Rio de Janeiro, RJ</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, Cerqueira César 01310-100 - São Paulo, SP</p> <p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar Centro – Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares Bela Vista – São Paulo, SP</p>

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos e as informações neles contidas ficam expressamente incorporados por referência a este Prospecto Definitivo como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

Documento	Endereço Eletrônico
Formulário Cadastral da Emissora	CVM www.cvm.gov.br – no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”. No link, digitar “SABESP” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO” e selecionar “Formulário Cadastral”. Acessar download com a data mais recente.
Formulário de Referência da Emissora	CVM www.cvm.gov.br – no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”. No link, digitar “SABESP” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO” e selecionar “Formulário de Referência”. Acessar download da versão nº 3.0 de 2012 entregue em 04 de janeiro de 2013. SABESP www.sabesp.com.br – no item “Investidores”, selecionar subitem “Informações Financeiras e Operacionais” e, após, “Formulário de Referência e IAN”. Acessar download com a data base mais recente.
Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009	CVM www.cvm.gov.br - no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”. No link, digitar “SABESP” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO” e selecionar “Dados Econômico-Financeiros”. Acessar download das demonstrações financeiras desejadas. SABESP www.sabesp.com.br – no item “Investidores”, selecionar subitem “Informações Financeiras e Operacionais” e, após, “Submetidas à CVM”. Acessar download das demonstrações financeiras desejadas.
Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e de 2011	CVM www.cvm.gov.br - no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”. No link, digitar “SABESP” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO” e selecionar “ITR”. Acessar download com a data desejada.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta seção, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto Definitivo.

Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, decorrente do processo de fusão entre a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID e a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
ARSESP	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Debenturistas, à qual se aplica o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.
Aviso ao Mercado	Aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Aviso aos Debenturistas	Avisos a serem divulgados pela Emissora sobre todos os atos e decisões a serem tomados em decorrência da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A., ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
BB-BI ou BB Investimentos ou Coordenador Líder	BB – Banco de Investimento S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, em vigor desde 1º de junho de 2011.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, da 17ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Coordenadores	Em conjunto, Bradesco BBI e BB-BI.
Contrato de Formador de Mercado	Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de janeiro de 2013.
Data de Vencimento	Em conjunto, a Data de Vencimento da 1ª Série, a Data de Vencimento da 2ª Série e a Data de Vencimento da 3ª Série.
Data de Vencimento da 1ª Série	15 de janeiro de 2018.
Data de Vencimento da 2ª Série	15 de janeiro de 2020.
Data de Vencimento da 3ª Série	15 de janeiro de 2023.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos.
Debêntures	Debêntures nominativas e escriturais, simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 17ª emissão da Companhia.
Debêntures Adicionais	Debêntures que podem ser emitidas pela Emissora, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, para aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada.
Debêntures da 1ª Série	42.468 Debêntures correspondentes à primeira série da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão.
Debêntures da 2ª Série	39.523 Debêntures correspondentes à segunda série da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão.
Debêntures da 3ª Série	18.009 Debêntures correspondentes à terceira série da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de convocação e realização de qualquer Assembleia Geral, as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, inclusive cônjuges e parentes até 2º grau.
Debêntures Suplementares	Debêntures que poderiam ter sido, mas não foram emitidas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição.
Dia(s) Útil(eis)	Qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.
Emissão ou Oferta	Distribuição pública, em regimes de garantia firme e melhores esforços, das Debêntures.
Emissora	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Encargos Moratórios	Os encargos devidos pela Emissora no caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, conforme indicado na página 51 deste Prospecto.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, conforme alterada pelo Primeiro Aditamento.
Evento de Inadimplemento	Cada um dos eventos descritos na Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão e nas páginas 52 e seguintes deste Prospecto.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, incorporado por referência a este Prospecto.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela FGV.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB.
Escriturador	Banco Bradesco S.A., ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
Instrução CVM 28	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008.
Instrução CVM 476	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Saneamento Básico	Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
NYSE	New York Stock Exchange.

Opção de Lote Adicional	A opção da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em aumentar a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) em até 20% (vinte por cento) mediante a emissão das Debêntures Adicionais, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Opção de Lote Suplementar	A opção que a Emissora poderia ter concedido aos Coordenadores para distribuição de lote suplementar de Debêntures, correspondente a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais), a qual poderia ter sido exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Pessoas Vinculadas	(i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o 2º grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii).
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON, resoluções do CFC, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento, programa patrocinado pelo governo brasileiro que financiava investimentos de capital e auxiliava no desenvolvimento de companhias estaduais de água e esgotos, com recursos do FGTS.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, realizado conforme descrito na Escritura de Emissão. Para mais informações sobre o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Oferta – Coleta de Intenções de Investimento”, na página 41 deste Prospecto Definitivo.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, da 17ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, da 17ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.
RCA da Emissão	Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de novembro de 2012.

Saldo do Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission.</i>
SDT	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ou outro sistema que venha a substituí-lo.
SND	SND – Módulo Nacional de Debêntures ou outro sistema que venha a substituí-lo.
Taxa DI	Taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário das Debêntures, que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” e “Sumário da Emissora”, nas páginas 69 e 11, respectivamente, deste Prospecto, e no Formulário de Referência.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar a Emissora. Embora acredite que essas estimativas e declarações futuras estão baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Emissora atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- fatores ou tendências que podem afetar os negócios da Emissora, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações; implementação das principais estratégias da Emissora;
- capacidade de contratar novos financiamentos e executar o plano de negócios da Emissora; e outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve ler cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, este Prospecto e o Formulário de Referência para uma melhor compreensão das atividades da Emissora, incluindo as informações contidas na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 69 deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, cujo caminho para acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 4 deste Prospecto, assim como as demonstrações financeiras e Informações Trimestrais da Emissora e suas respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA E TODAS AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO CONSISTENTES COM O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO EM SEU FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LÊIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

BREVE HISTÓRICO DA EMISSORA

Até o fim do século XIX, os serviços de água e esgotos no Estado de São Paulo eram, em geral, prestados por sociedades privadas. Em 1875, o Governo da Província de São Paulo concedeu a particulares os serviços de água e, em 1877, os serviços de esgotos da cidade de São Paulo. Em 1893 o Governo da Província de São Paulo reassumiu a responsabilidade pelo fornecimento dos serviços de água e esgotos da Companhia Cantareira de Água e Esgotos e constituiu a Repartição de Água e Esgoto - RAE. Desde então, os serviços de água e esgotos do Município de São Paulo têm sido administrados exclusivamente pelo Estado de São Paulo. Historicamente, os serviços de água e esgotos de grande parte dos demais municípios do Estado eram diretamente administrados pelo poder municipal, por meio de departamentos municipais de água e esgoto ou de autarquias municipais.

Em 1954, como resposta ao significativo crescimento da população da Região Metropolitana de São Paulo, o Estado de São Paulo criou o Departamento de Água e Esgotos como uma autarquia do Governo do Estado. O Departamento de Água e Esgotos prestava serviços de água e esgotos para vários municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em 1973, a Companhia foi fundada como uma sociedade de economia mista, com o objetivo de implementar as diretrizes do governo brasileiro estabelecidas no PLANASA. O PLANASA era um programa patrocinado pelo governo brasileiro que financiava investimentos de capital e auxiliava no desenvolvimento de companhias estaduais de água e esgotos, com recursos do FGTS. Desde sua constituição, outras empresas públicas ou sociedades controladas pelo Estado de São Paulo, ligadas ao fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos no Estado, foram sendo incorporadas à Companhia.

De acordo com a Lei Estadual nº 119, a Fazenda do Estado de São Paulo deve manter, direta ou indiretamente, participação mínima correspondente a mais da metade das ações com direito a voto do capital social da Companhia. Desta forma, a Companhia integra a estrutura do Estado de São Paulo e sua estratégia é formulada em conjunto com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e a maioria dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria é indicada pelo Governo do Estado de São Paulo.

O orçamento de investimentos da Companhia está sujeito à aprovação pelo poder legislativo do Estado de São Paulo. Esta aprovação é obtida simultaneamente à aprovação do orçamento da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. A Companhia está sujeita, ainda, à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais de sua atuação.

A Companhia presta serviços de água e esgoto diretamente a um grande número de consumidores residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos em 363 dos 645 municípios do Estado, inclusive na cidade de São Paulo, além de fornecer água por atacado a seis municípios da Região Metropolitana de São Paulo e a Sumaré, no interior do estado, nos quais não opera o sistema de distribuição de água, e fornecer serviços de tratamento de esgoto para cinco delas. Atualmente, é uma das maiores prestadoras de serviços de água e esgoto do mundo em número de clientes, de acordo com a 13ª edição do anuário Pinsent Masons Water Yearbook.

Em julho de 2008, a Companhia deliberou sua expansão geográfica e incluiu em seu escopo novos tipos de serviços relacionados com o saneamento ambiental e energia, conforme o comando da Lei Complementar Estadual nº 1.025.

Desde então, a Companhia passou a atuar em parceria com empresas privadas para consolidar sua atuação no setor de saneamento, com a (i) prestação de serviços de água e/ou esgotos para outros municípios do Estado de São Paulo por meio de Sociedade de Propósitos Específicos, (ii) prestação de serviços de consultoria em uso racional da água e gestão comercial e operacional no Panamá e em Honduras por meio de consórcio firmado com a Latin Consult, (iii) produção, fornecimento e comercialização de água de reuso e (iv) implantação e operação de estação de pré-condicionamento de efluentes não-domésticos, condicionamento de lodo e atividades correlatas.

A Lei nº 1.025 também criou a ARSESP, que exerce atribuições de regulação e fiscalização dos serviços prestados pela Companhia, dentre outros.

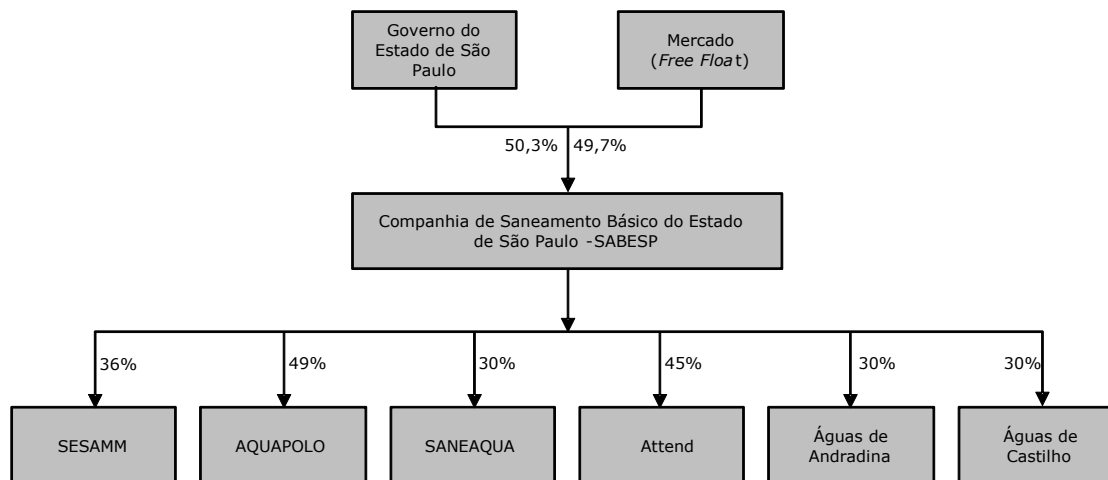
Em 2002, a Companhia aderiu às regras do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, obteve o registro na SEC e suas ações passaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a NYSE, na forma de *ADRs – American Depositary Receipts – Nível III*.

No ano de 2004, foi realizada nova oferta pública para distribuição simultânea, nos mercados brasileiro e internacional, de ações ordinárias nominativas de titularidade do Estado de São Paulo e, em 1º de dezembro de 2007, passou a compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE BM&FBOVESPA, que reflete o desempenho das ações de empresas que apresentam alto grau de comprometimento com sustentabilidade e responsabilidade social.

Desde 2008, a Emissora vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes sociedades com propósitos específicos: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O gráfico a seguir apresenta a estrutura societária da Emissora e as suas principais subsidiárias em 30 de setembro de 2012. Os percentuais representam a porcentagem do capital com direito a voto e o total de capital social detido por cada entidade.



Controladores diretos da Companhia em 30 de setembro de 2012

O controle da Companhia obedece ao disposto na Lei Estadual nº 119, que determina que a Fazenda do Estado de São Paulo deve manter, direta ou indiretamente, participação mínima correspondente a mais da metade das ações com direito a voto do capital social da Emissora.

Controladas diretas e indiretas da Companhia em 30 de setembro de 2012

Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (“Sesamm”)

Em 15 de agosto de 2008 a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal (“**Inima**”), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. (“**TGM**”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (“**ETEP**”), constituiu a Sesamm, com prazo de duração de 30 (trinta) anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532.000,00, dividido em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, do qual a Emissora detém 36% de participação acionária e Indima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, a Emissora e a Indima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm.

Desta forma, a Emissora registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

As operações da Sesamm foram iniciadas em junho de 2012.

Aquapolo Ambiental S.A. (“Aquapolo”)

Em 08 de outubro de 2009 a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A. (“**Foz do Brasil**”), constituiu a empresa Aquapolo, cujo objeto social é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2012 o capital social da Aquapolo era de R\$ 36.412.000,00, dividido em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a Emissora detentora de 49% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, a Emissora e a Foz do Brasil, detém o controle conjunto sobre a Aquapolo.

Desta forma, a Emissora registra sua participação na Aquapolo pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 49% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Aquapolo.

As operações da Aquapolo tiveram início em outubro de 2012.

Saneaqua Mairinque S.A. (“Saneaqua”)

Em 14 de junho de 2010 foi constituída a empresa Saneaqua, com prazo de duração indeterminado, cujo objeto social é a prestação do serviço público de água e esgoto no perímetro urbano do município de Mairinque. Valor estimado do contrato é de R\$ 382.446.177,00.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Saneaqua era de R\$ 2.000.000,00, dividido em 2.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, do qual a Companhia detém 30% de participação e a Foz do Brasil detém 70% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, a Emissora e a Foz do Brasil, detém o controle conjunto sobre a Saneaqua.

Desta forma, a Companhia registra sua participação na Saneaqua pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 30% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Saneaqua.

As operações da Saneaqua foram iniciadas em outubro de 2010.

Attend Ambiental S/A (“Attend”)

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S.A. (“**Estre**”), constituiu a Attend, cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Attend era de R\$ 2.000.000,00, dividido em 2.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, do qual a Companhia detém 45% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, a Emissora e a Estre, detém o controle conjunto sobre a Attend.

Desta forma, a Companhia registra sua participação na Attend pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 45% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Attend.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para junho de 2013.

Águas de Andradina S.A. (“Águas de Andradina”)

Em 15 de setembro de 2010 a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil - CAB Ambiental (“**CAB Ambiental**”), constituiu a empresa Águas de Andradina, com prazo indeterminado de duração, cujo objeto social é a prestação dos serviços públicos de água e esgoto no município de Andradina. O valor estimado do contrato é de R\$ 313.827.644,23.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Águas de Andradina era de R\$ 2.908.085,00, dividido em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a Companhia detentora de 30% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, a Emissora e a CAB Ambiental, detém o controle conjunto sobre a Águas de Andradina.

Desta forma, a Companhia registra sua participação na Águas de Andradina pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 30% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Águas de Andradina.

As operações da Água de Andradina foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho S.A. (“Águas de Castilho”)

Em 29 de outubro de 2010 a Companhia, em conjunto com a CAB Ambiental, constituiu a Águas de Castilho, com prazo de duração de 30 (trinta) anos contados da assinatura do contrato com o município em 12 de novembro de 2010, cujo objeto social é a prestação dos serviços públicos de água e esgoto no município de Castilho. O valor estimado do contrato é de R\$ 109.719.830,00.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Águas de Castilho era de R\$ 622.160,00, dividido em 622.160 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a Companhia detentora de 30% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, a Emissora e a CAB Ambiental, detém o controle conjunto sobre a Águas de Castilho.

As operações da Águas de Castilho foram iniciadas em janeiro de 2011.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Administração da Emissora entende que os principais pontos fortes que a destacam em seu setor de atuação são:

Atividades já consolidadas, de porte e escala significativos e know-how para operar em ambientes urbanos complexos. A Emissora acredita ser uma das maiores companhias de prestação de serviços de produção, tratamento e distribuição água e esgotos do mundo, fornecendo serviços de água diretamente a aproximadamente 24,2 milhões de pessoas e abastecendo de água no atacado uma população urbana adicional de 3,8 milhões de pessoas. Em 30 de setembro de 2012, a Emissora tinha um índice de cobertura de água de aproximadamente 100% com relação a todas as regiões em que opera. A Emissora também presta serviços de coleta e tratamento de esgoto diretamente a aproximadamente 20,9 milhões de pessoas, tendo alcançado um índice de cobertura de esgotos de 83% em relação a todas as regiões em que operava em 30 de setembro de 2012. Como a Emissora tem porte e escala significativos, isso vem possibilitando-lhe operar em ambientes urbanos complexos, tais como favelas e ambientes sem planejamento urbano, o que a permitiu desenvolver habilidades para operar em condições adversas, e dispõe de pessoal bem treinado e de uma estrutura especializada que acredita faltar aos seus concorrentes;

Operações no Estado mais populoso e mais rico do Brasil. O Estado de São Paulo, parte da região brasileira mais desenvolvida e economicamente ativa, é o Estado mais populoso do Brasil, com uma população estimada de 43,0 milhões em 30 de setembro de 2012. A cidade de São Paulo tinha uma população estimada de 11,0 milhões nessa data, e 20,4 milhões na Região Metropolitana de São Paulo. Com base em seu PIB, o Estado de São Paulo é o mais rico e a maior economia do Brasil. O PIB do Estado de São Paulo era de aproximadamente R\$ 1,1 trilhão em 2009, representando cerca de 33% do PIB total do Brasil. O Estado de São Paulo gera mais receitas de serviços de água e esgotos do que qualquer outro Estado brasileiro;

Sólida Carteira de Contratos. Nos últimos 6 anos a Emissora assinou contratos de concessão de 30 anos com 258 dos 363 municípios aos quais presta serviços, inclusive o contrato celebrado em junho de 2010 com o município de São Paulo. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a receita de serviços prestados nesses 258 municípios com os quais a Emissora mantém contratos de longo prazo representou 70,3% de suas receitas totais;

Acesso a fontes de financiamento de baixo custo e variadas. A forte geração de caixa decorrente de operações e o papel de prestadora de serviços públicos essenciais coloca a Emissora em situação privilegiada em seu setor para obter financiamento de longo prazo e a custos baixos junto a bancos públicos brasileiros, agências multilaterais e bancos de desenvolvimento nacionais e internacionais. Além disso, a Emissora não é dependente de um número limitado de fontes de financiamento. A Emissora se beneficia de várias alternativas de financiamento disponíveis nos mercados brasileiro e internacionais para fazer face às necessidades de capital de giro e ao seu plano de investimento;

Sólidas práticas de governança corporativa. Em 2002, a Emissora aderiu ao segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que é o segmento de listagem no Brasil com os mais rígidos requisitos de governança corporativa. Em consequência disso, a Emissora tem um compromisso de manter determinadas práticas adicionais de governança corporativa que não são exigidas pela legislação brasileira, garantindo assim proteção adicional aos direitos dos seus acionistas e melhorando a qualidade das informações que divulga ao mercado. Em 1º de dezembro de 2007, a Emissora passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBOVESPA, o que reflete seu alto grau de comprometimento com o meio ambiente sustentável e as práticas de cunho social;

Operações de alta qualidade. A Emissora acredita aderir aos mais altos padrões de serviços e utiliza a melhor tecnologia disponível no setor de saneamento para controlar a qualidade da água captada, produzida e distribuída por ela. Todos os seus laboratórios de controle de qualidade de água operam em conformidade com a ABNT NBR ISO 9001, que segue os mais altos padrões internacionais de qualidade de água. Além do seu laboratório central, 11 de seus laboratórios regionais são credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, o que garante a qualidade e a precisão dos resultados de análises, de acordo com a ABNT NBR ISO IEC 17025. Ademais, as equipes de laboratório e de campo da Emissora utilizam os mais modernos equipamentos para detectar substâncias regulamentadas e contam com pessoal altamente treinado para lidar com contingências e reclamações de consumidores. A Emissora acredita que sua tecnologia realça ainda mais a eficiência e a qualidade das suas operações. Em 30 de setembro de 2012, 50 de suas instalações de tratamento de esgoto possuíam certificação do ISO 14001.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A missão da Emissora é prestar serviços de água e esgotos, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população e do meio ambiente. Para tanto, seus objetivos estratégicos baseiam-se em princípios orientadores de crescimento, qualidade, universalização dos serviços de saneamento, sustentabilidade social, econômica e ambiental, centrados na busca da excelência em prestação de serviços ao consumidor. Os objetivos estratégicos da Emissora também se baseiam em nossos relacionamentos políticos e institucionais e em seu compromisso com o mercado no sentido de adicionar valor para os acionistas. A Emissora busca implementar tais princípios de orientação através das seguintes estratégias:

Busca contínua do crescimento com melhores resultados mediante redução de custos operacionais, aumento da produtividade e da rentabilidade, e gestão prudente dos níveis de endividamento. A Emissora pretende aplicar os princípios de crescimento financeiro e sustentabilidade em cada unidade de negócios, atribuindo metas e estabelecendo deveres claramente de modo a alcançar os melhores resultados financeiros. Para atingir esse objetivo, a Emissora pretende envidar seus melhores esforços para diminuir custos operacionais e aumentar seus índices de produtividade e rentabilidade. A Emissora planeja melhorar a gestão dos seus ativos e reduzir suas despesas operacionais, através da automação de algumas de suas instalações, da otimização dos processos operacionais, da implementação do planejamento integrado e de investimentos adicionais em pesquisa e desenvolvimento tecnológico interno. Também planeja dar continuidade a seus esforços para melhorar a cobrança de contas vencidas a receber de municípios aos quais presta serviços, do Estado e de outras entidades governamentais, inclusive através da exploração de oportunidades de compensação de tais débitos em aberto contra determinados direitos possessórios ou de propriedade sobre ativos relacionados aos sistemas de água e esgotos. A Emissora pretende continuar a financiar seu capital de giro e plano de investimentos através de fontes diversificadas de financiamento, tais como bancos nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento e agências multilaterais. A Emissora continuará a buscar oportunidades de mercado para obter financiamentos a baixo custo e para a reestruturação de sua dívida se e quando vantajoso e adequado para ela.

Melhoria da eficiência operacional e redução de perdas de água. A Emissora procura reduzir tanto as perdas físicas de água, resultantes principalmente de vazamentos, quanto as perdas não físicas de água, que resultam principalmente da imprecisão dos medidores de água instalados nas casas de consumidores e em suas instalações de tratamento de água, bem como as decorrentes de uso ilícito ou clandestino. Visando obter resultados consistentes no longo prazo, foi estruturado o Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água, com horizonte de implantação de 11 anos (2009-2019) e com o objetivo de obter uma redução mais acentuada nos indicadores de perdas de água. Os recursos necessários à execução das ações previstas nos quatro primeiros anos do Programa (2009 a 2012) foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para o período 2013 a 2016, os recursos do Programa serão financiados pelo governo japonês, por intermédio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). A estruturação do Programa foi conduzida de modo a priorizar as ações voltadas à renovação da infraestrutura de redes e ramais de distribuição de água, à redução e melhoria na gestão de pressões na rede de distribuição, à renovação do parque de hidrômetros instalados e na intensificação das inspeções em ligações de água irregulares.

Garantia da qualidade e disponibilidade de serviços nas atuais áreas de atendimento da Emissora. A meta da Emissora é manter um índice de cobertura de água de aproximadamente 100% combinado com um alto padrão de qualidade e disponibilidade para atender ao crescimento esperado da população através da adição de 1,2 milhão de ligações de água entre 2012 e 2020. A Emissora também pretende aumentar seu índice de coleta de esgotos para 90% até 2020, acrescentando 1,9 milhão de ligações de esgoto. Além disso, a Emissora está desenvolvendo estratégias de marketing de curto, médio e longo prazo, tais como segmentação de clientes e soluções customizadas para cada tipo de cliente, que acredita que a auxiliará a aumentar sua base de clientes. E pretende melhorar suas estratégias de suporte ao cliente pela modernização dos serviços de suporte baseados em comunicação telefônica e via Internet, além da constante mediação dos índices de satisfação de seus clientes.

Manutenção e continuidade de expansão de áreas de atendimento existentes da Emissora. A Emissora pretende manter sua base operacional através da celebração de novos contratos. Para esse fim, busca ativamente desenvolver relacionamentos mais próximos com os governos municipais a que atende atualmente, como forma de aumentar a fidelidade dos consumidores e assim renovar todos ou a maior parte dos contratos de concessão que estão expirando. Em junho de 2010, a Emissora celebrou um contrato de 30 anos com o Estado e a cidade de São Paulo para prestação de serviços de água e esgoto na cidade de São Paulo, que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 respondeu por 55,1% de sua receita bruta de vendas e serviços (não computando as receitas relativas à construção da infraestrutura de concessão). Entre 1º de janeiro de 2007 e 30 de setembro de 2012 a Emissora celebrou 258 contratos com prazo de 30 anos com municípios (incluindo o contrato de prestação de serviços com a cidade de São Paulo). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, 67 das concessões haviam vencido e atualmente estão sendo renegociadas. Os contratos com esses 67 municípios representavam 18,9% da receita total da Emissora no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. De 1º de outubro de 2012 até 2032, expirarão 38 contratos de concessão que representaram 8,8% da receita da Emissora no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

A Emissora desenvolve também uma plataforma para oferecer serviços exclusivos envolvendo sustentabilidade, preservação ambiental e gestão de recursos hídricos voltados aos seus grandes consumidores industriais, comerciais e residenciais, de forma a encorajá-los a continuar a utilizar os nossos serviços de água e esgotos. A Emissora pretende também continuar a expandir seus serviços de esgoto. Uma parcela significativa do seu plano de investimentos, de aproximadamente R\$ 7,9 bilhões entre 2012 e 2015, está destinada à consecução desse objetivo. A Companhia explora regularmente a possibilidade de celebrar contratos para a prestação de serviços de água e esgotos a vários municípios no Estado de São Paulo nos quais atualmente ainda não opera, ou aos quais atualmente fornece somente água no atacado, com uma população total de aproximadamente 17 milhões de habitantes. A Emissora avalia possíveis oportunidades de expansão em termos de proximidade com suas áreas de atendimento já existentes, de forma a maximizar o retorno do investimento e melhorar seu desempenho financeiro. Também pretende analisar e se beneficiar de oportunidades em outros Estados brasileiros e em outros países para expandir seus serviços e aumentar sua participação de mercado.

Expansão dos serviços de água e esgoto da Emissora. A Emissora alcançou um índice de coleta de esgoto de 83%, em 30 de setembro de 2012, e planeja aumentar esse índice para 90% até 2020, pelo acréscimo de 1,9 milhões de ligações de esgoto adicionais. Além disso, há municípios no Estado de São Paulo que representam uma população agregada de aproximadamente 17 milhões a quem atualmente a Emissora não fornece serviços de água e de esgoto, ou a quem fornece água atualmente apenas no atacado. A sólida presença da Emissora no Estado de São Paulo e experiência em fornecer serviços de água e de esgoto a coloca em uma posição privilegiada que lhe permite expandir seus serviços de esgoto para os municípios para quem atualmente fornece apenas serviços de água além dos serviços de água e de esgoto para os municípios em que ainda não atua, tanto no Estado de São Paulo, como também em outros estados do Brasil e no exterior. Além disso, a Emissora busca estreitar seus relacionamentos com clientes estratégicos que consomem grandes volumes de água (mais do que 500 metros cúbicos por mês) ao aplicar tarifas especiais para esses clientes.

Busca de oportunidades selecionadas para expandir suas atividades. Em 2007, uma mudança no estatuto social da Emissora expandiu o escopo do seu objeto social para incluir atividades complementares aos seus serviços de água e esgotos, tais como serviços de manejo e drenagem de águas pluviais urbanas e serviços de manejo de resíduos sólidos. Desde então a Emissora:

- celebrou acordos de cooperação de troca de tecnologia com seis empresas regionais de saneamento básico no Brasil, e com empresas internacionais como a israelense Mekorot National Water Company, a espanhola Sociedad General Aguas de Barcelona S.A. — Agbar, a costa-riquenha Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillados, a empresa municipal colombiana de múltiplas utilidades denominada Empresa Pública de Medellín, e a argentina Agua y Saneamientos Argentinos — AYSA, acordos esses que permitirão à Emissora permutar know-how e tomar conhecimento de novas oportunidades;
- celebrou memorandos de entendimento com os três municípios para estudar a possibilidade de operar aterros sanitários;
- criou quatro sociedades de propósito específico (SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A; Águas de Castilho S.A.; Águas de Andradina S.A.; e Saneaqua Mairinque S.A.) para operar concessões de água e de esgoto concedidas por quatro municípios no Estado de São Paulo;
- celebrou um contrato com os consórcios Servitec/Tecniplan para o uso de pequenas usinas hidrelétricas nas estações da Emissora de tratamento de água de Guaraú e Vertedouro Cascata;
- celebrou um contrato com uma empresa de saneamento básico do estado de Alagoas para transferir tecnologia para a redução de perdas de água na cidade de Maceió;
- celebrou um contrato de prestação de serviços com uma empresa de saneamento básico do estado do Espírito Santo para licenciar o uso de nosso software exclusivo “Aqualog” desenvolvido para monitorar remotamente o tratamento de água;
- venceu duas licitações públicas internacionais para prestar: (i) serviços de consultoria relacionados a um programa para o uso racional de água e para a implementação de um novo modelo de gestão comercial e operacional do Instituto de Acueductos y Alcantarillados Nacionales, companhia responsável pela prestação de serviços de água e de esgoto nas províncias centrais do Panamá, e (ii) serviços de consultoria relacionados à implementação de um novo modelo para gestão comercial e operacional em nove municípios de Honduras;

- criou uma sociedade de propósito específico (Aquapolo Ambiental S.A.) em parceria com uma operadora privada de serviços sanitários, para construir e operar a maior instalação de reciclagem de água do hemisfério sul, que fornecerá até 1.000 litros por segundo para as indústrias da região metropolitana de São Paulo;
- presta serviços de consultoria relacionados ao Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Barro Alto, localizado no Estado de Goiás; e
- criou uma sociedade de fim específico (Attend), em parceria com a Estre Ambiental S.A., para a implementação de uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo no município de São Paulo.

Além disso, no que toca à expansão de atividades, a Emissora está avaliando e considerando a criação de um veículo de investimento, ou Sabesp Participações, por meio do qual a Emissora poderá fazer investimentos em ações.

A Companhia pretende continuar na busca seletiva de novas oportunidades de negócios que lhe permita obter vantagem do benefício que seu know-how, porte e escala representam.

Adotar maneiras eficientes e competitivas para atrair, reter e motivar seu pessoal. A Emissora pretende se tornar referência em termos de gestão de recursos humanos, dando reconhecimento e oportunidades de crescimento ao seu pessoal. A Emissora buscará aumentar o nível de satisfação no ambiente de trabalho, criando programas de desenvolvimento pessoal e profissional para os empregados, especialmente aqueles em nível gerencial, oferecendo pacotes de remuneração atraentes e criando um ambiente de trabalho saudável e colaborativo.

A Emissora acredita que sua estratégia geral lhe permitirá atender à demanda por serviços de água e esgotos de alta qualidade no Estado de São Paulo, em outros Estados brasileiros e no exterior e, ao mesmo tempo, solidificar seus resultados operacionais e situação financeira, criando maior valor para os acionistas.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA

Os efeitos do contrato de prestação de serviço para o fornecimento de água e esgoto na cidade de São Paulo poderá causar efeito material adverso na Emissora.

A prestação de serviços de água e esgotos na cidade de São Paulo foi responsável por 55,1% da receita bruta de vendas e serviços da Emissora (excluindo receitas relacionadas à construção de infraestrutura de concessão) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

Em 23 de junho de 2010, o Estado e a cidade de São Paulo celebraram um convênio com a intermediação e o consentimento da ARSESP e da Emissora, por meio do qual convencionaram a gestão conjunta do planejamento e do investimento no sistema de saneamento básico da cidade de São Paulo, entre outras coisas. Esse convênio estabeleceu que o Estado e a cidade de São Paulo celebrariam um acordo com a Emissora, concedendo-lhes direitos exclusivos relacionados à prestação de serviços de água e esgotos na cidade de São Paulo. Além disso, o convênio determina o papel da ARSESP na regulamentação e na fiscalização das atividades da Companhia (inclusive das tarifas que cobra) e cria um Comitê Gestor que será responsável pelo planejamento dos serviços de água e esgotos e pela revisão dos planos de investimento da Emissora. O Comitê Gestor será composto por seis membros nomeados para mandatos de dois anos. O Estado e a cidade de São Paulo terão o direito de nomear três membros cada. A Emissora pode participar das reuniões do Comitê Gestor, mas a Emissora não tem direitos de voto.

Além disso, em 23 de junho de 2010, a Emissora celebrou um contrato formal com o Estado e a cidade de São Paulo que regulamenta a prestação desses serviços pelo prazo de 30 anos. Tal contrato prevê, entre outras coisas, (i) investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep (aproximadamente R\$ 500 milhões ao ano, considerando as últimas informações financeiras da Companhia); (ii) que o plano de investimentos seja compatível com as atividades e os programas incluídos nos planos de saneamento do estado de São Paulo, do município de São Paulo e, se necessário, no plano de saneamento da região metropolitana de São Paulo; e (iii) que a Emissora contribua com 7,5% da receita bruta obtida, líquida de Cofins e Pasep,

pela prestação de serviços sob esse contrato para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura de São Paulo. O plano de investimento feito sob este contrato não é irrevogável e será revisto pelo comitê executivo da Emissora a cada quatro anos, particularmente em relação aos investimentos a serem executados no período seguinte. Além disso, o acordo prevê que a ARSESP assegurará que as tarifas cobradas (a) compensarão adequadamente a Companhia pelos serviços que prestar e (b) poderão ser reajustadas para restabelecer o equilíbrio original entre as obrigações das partes e o equilíbrio econômico-financeiro. O atual plano de investimentos da Companhia reflete essas obrigações e leva em consideração a questão da compatibilidade com as atividades e programas incluídos nos planos de saneamento do Estado, do Município e da região metropolitana de São Paulo.

Tendo em vista que a Emissora não estava anteriormente obrigada a fazer as alocações compulsórias descritas nos itens (i) e (ii) acima, estas não foram levadas em consideração quando do cálculo das tarifas vigentes e da fórmula de reajuste. Não obstante as disposições contratuais e o papel da ARSESP na definição e reajuste de tarifas adequadas, como são necessários para o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora, a Companhia não pode assegurar que as tarifas que serão autorizadas continuarão a remunerar adequadamente a prestação de serviços de água e esgotos na cidade de São Paulo.

Além disso, o contrato não aponta a titularidade da autoridade governamental que tem o direito de planejar, fiscalizar e regular os serviços de saneamento básico em áreas metropolitanas, estando este tema em discussão no Supremo Tribunal Federal. A definição final sobre esta questão poderá afetar os termos do contrato assinado, colocando em risco a operação dos serviços no município de São Paulo, com possibilidade de efeitos materiais adversos para a Companhia.

A Emissora não celebrou contratos formais para a prestação de serviços de água e de esgoto com determinados municípios em que atua, inclusive em municípios das regiões metropolitanas, conforme exigido pela Lei de Saneamento Básico, mas continua operando com a anuência destes ou por força de determinação judicial.

Segundo a Lei de Saneamento Básico, até 31 de dezembro de 2010 a Emissora deveria celebrar contratos formais de serviços com cada município em que ainda não tinha contrato formal ou com cada município em que o contrato anterior já estivesse com o prazo vencido, como é o caso de certos municípios localizados nas regiões metropolitanas nos quais a Emissora estivesse autorizada a operar de acordo com a legislação local. Nos municípios em que tais acordos não foram firmados até 31/12/2010, a Emissora continua operando com a anuência do município ou com apoio em determinação judicial. Para os municípios que se beneficiam com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (“PAC”) a Lei 12.693/2012 adiou este prazo para 31/12/2016.

Em 30 de setembro de 2012, dentre os 363 municípios aos quais a Emissora prestava serviços de água e esgoto, 67 precisavam ter suas relações contratuais adaptadas às exigências da Lei de Saneamento Básico, sendo 23 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo sem contrato e 44 municípios cujos contratos estão expirados ou em negociação, dentre eles o município de Santos, na Baixada Santista. Juntos, esses 67 municípios foram responsáveis por 18,9% da receita total e 26,7% dos ativos intangíveis em 30 de setembro de 2012.

A Emissora está atualmente negociando com esses 67 municípios a renovação ou formalização das concessões através da assinatura de contratos de programa. A Companhia enfrenta os seguintes problemas para renegociar ou formalizar os contratos de serviços: (i) a pendência de decisão final do Supremo Tribunal Federal acerca da titularidade da autoridade governamental que tem o direito de planejar, fiscalizar e regular os serviços de saneamento básico em áreas metropolitanas (até a assinatura do contrato com o Estado e a cidade de São Paulo em junho de 2010, não havia precedente de acordo de gestão associada entre a Emissora, o Estado e os municípios); (ii) a execução de determinados atos fora do controle da Emissora, tais como a observância de certos procedimentos legais pelos municípios localizados fora das regiões metropolitanas.

A Lei de Saneamento Básico não estabeleceu qualquer sanção pela não observância do prazo de 31 de dezembro de 2010 por parte dos municípios ou das prestadoras de serviços de água e esgoto. Consequentemente a Emissora não pode prever se estará sujeita a qualquer sanção por ainda não terem sido concluídas as adaptações de suas relações contratuais, conforme determina a Lei de Saneamento Básico. A Companhia também não pode garantir que a eventual imposição de sanção não terá um efeito adverso relevante para a Emissora.

A Emissora não pode garantir se, quando e em quais termos as adaptações de suas relações contratuais exigidas conforme a Lei de Saneamento Básico estarão concluídas. A Companhia também não pode assegurar que continuará a ser concessionária dos serviços de água e esgoto nestes municípios em que precisa ter sua relação contratual adaptada. Como a Emissora não é titular dos direitos de concessão, pode não conseguir impor seus direitos contratualmente assegurados para continuar a prestação dos serviços a esses 67 municípios e receber pontualmente pelos serviços prestados.

Ademais, os direitos da Emissora quanto à futura prestação de serviços de água e esgoto a esses municípios poderão ser modificados ou adversamente impactados por medidas adotadas pelo governo federal, ou pelos governos estaduais e municipais, ou por decisões judiciais ou por outros fatores.

A Companhia pode ter dificuldades para continuar a prestar serviços de água e esgoto em certos municípios em que atua e não pode garantir que tais municípios aceitarão manter nos mesmos termos e condições conforme os quais a Companhia atualmente presta serviços a esses municípios.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia prestava serviços de água e esgoto para 363 municípios. Entre 1º de janeiro de 2007 e 30 de setembro de 2012, a Emissora celebrou contratos com prazo de 30 anos com 258 desses municípios (inclusive o contrato de prestação de serviço com a cidade de São Paulo), dos quais 33 contratos foram celebrados em 2012. Esses 258 municípios respondem por 70,3% do total da receita para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 61,5% dos ativos intangíveis na mesma data. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia renegociava 67 contratos, inclusive o contrato com o município de Santos. Juntos, esses 67 municípios representavam 18,9% do total da receita da Emissora referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 26,7% dos ativos intangíveis nessa mesma data.

De 1º de outubro de 2012 a 2032, 38 contratos de concessão expirarão. Esses 38 contratos de concessão foram responsáveis por 8,8% do total das receitas referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 7,9% dos ativos intangíveis nessa mesma data.

A Emissora não pode assegurar que esses municípios continuarão a demandar os serviços e a celebrar novos contratos de concessão ou contratos de programas. Na hipótese em que a Emissora não tenha êxito na renegociação desses contratos de concessão ou na celebração de contratos de programas com os municípios cujos contratos de concessão expiraram ou expirarão, a Companhia não pode assegurar que os novos contratos de concessão ou contratos de programas serão celebrados com os mesmos termos sob os quais atualmente prestamos serviços a tais municípios. A Emissora não pode fazer qualquer previsão nesse sentido, tendo em vista que a Lei de Saneamento Básico a impede de planejar, regulamentar e monitorar os serviços e requer controles mais rigorosos por parte dos municípios ou da ARSESP.

Além disso, esses municípios podem optar por assumir a prestação direta de serviços de água e esgoto ou por promover um processo de licitação pública para selecionar outro prestador de serviço de água e esgoto. Dependendo dos requisitos de elegibilidade quanto à participação nesses processos de licitação pública, é possível que a Emissora não seja qualificada para participar de algumas ou todas essas licitações, e mesmo que a Companhia seja qualificada, poderá não sair vencedora do processo licitatório. Caso certos municípios assumam o fornecimento direto de serviços de água e esgotos ou promovam processos licitatórios para selecionar o prestador de serviços de água e esgotos, ou caso os contratos de concessão ou de programas obtidos estabeleçam condições de prestação menos favoráveis do que atualmente, é possível que isso afete os negócios da Companhia adversa e significativamente.

Os municípios poderão revogar as concessões da Emissora inclusive antes de seu vencimento, e a indenização poderá ser insuficiente para compensar o valor integral de seus investimentos.

As concessões da Emissora estão sujeitas à revogação antecipada pelos municípios em certas circunstâncias, caso a Emissora deixe de cumprir suas obrigações previstas no contrato de concessão pertinente e na legislação aplicável, ou se o município determinar, com base em autorização da lei municipal e mediante processo de expropriação, que é de interesse público revogar sua concessão antes da data de vencimento prevista em contrato. Se um município revogar sua concessão antecipadamente, a Emissora terá direito a uma indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados, mas essa indenização poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral dos investimentos promovidos pela Emissora.

Adicionalmente, nos termos da Lei de Saneamento Básico, o ente federativo titular dos serviços de saneamento deve realizar levantamento dos bens que compõem a infraestrutura dos serviços, para avaliar e apurar o montante indenizatório devido à concessionária pelos investimentos não amortizados e pelos bens não depreciados, utilizando o critério definido no contrato ou, na ausência de instrumento, aplicando as disposições que regulavam a prestação dos serviços nos últimos 20 anos, sendo esses anteriores a publicação da Lei de Saneamento Básico. Além disso, nos termos da Constituição Estadual, a indenização devida à Companhia, seja pela eventual revogação antecipada do contrato, seja decorrente de investimentos realizados e não amortizados durante o prazo da concessão poderá ser paga ao longo de 25 anos, o que teria um efeito negativo considerável sobre a Emissora. A esse respeito, desde 1997 está liminarmente suspensa pelo Supremo Tribunal Federal a aplicação desta norma da Constituição do Estado de São Paulo.

Em 1997, o município de Santos aprovou uma lei de expropriação dos serviços de água e esgoto prestados pela Companhia no município. Os processos que discutem a expropriação ainda estão pendentes de julgamento e a Emissora continua prestando serviços de água e esgoto no município de Santos.

Em 1995, o município de Diadema revogou o contrato de concessão firmado com a Emissora antes do vencimento previsto, como resultado a Companhia ajuizou um processo para a cobrança de indenização referente aos investimentos ainda não amortizados, bem como dos débitos pendentes pela prestação dos serviços de saneamento básico. Tal processo foi extinto por acordo em 1996. A Emissora continua prestando serviços de água e esgoto por atacado ao município de Diadema. Em dezembro de 2008 a Emissora celebrou um memorando de entendimentos com o Estado de São Paulo, o município de Diadema e a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, anteriormente denominada como Secretaria de Saneamento e Energia de São Paulo. Esse memorando formaliza o compromisso de concluir as negociações para a prestação de serviços de saneamento básico em Diadema, bem como de quitar todos os débitos em aberto e, suspender os procedimentos de cobrança que estavam em curso contra o município de Diadema. Em 2011, o município de Diadema e a Emissora acordaram desenvolver uma infraestrutura de compartilhamento para a prestação dos serviços de água e esgotos por meio de uma sociedade de economia mista denominada Companhia de Água e Esgoto de Diadema, ou CAED, sendo que ainda não é possível prever quando as operações terão início. Em princípio, o montante que é devido à Emissora pelo município de Diadema será recuperado por meio da participação a ser detida pela Emissora no capital da CAED. A Emissora não pode assegurar que com tal participação obterá o retorno dos investimentos não amortizados, bem como o pagamento dos débitos pendentes pela prestação de serviços de saneamento básico.

A Emissora não pode garantir que outros municípios não retomarão antecipadamente as concessões de serviços de saneamento básico. O exercício do direito de extinção unilateral das concessões pelos municípios poderá afetar adversamente a Companhia.

A Lei do Saneamento Básico prevê certos critérios para fixar o valor da indenização devida pelos investimentos não amortizados em caso de retomada antecipada, estabelecendo o prazo de 4 anos para o seu pagamento. Tais critérios também serão aplicados àqueles contratos celebrados em datas anteriores à vigência da Lei de Saneamento Básico, desde que tais contratos não tenham suas próprias previsões sobre os critérios para fixar o valor de tal indenização e/ou as partes não tenham chegado a um acordo acerca de tais critérios. A Companhia não pode antecipar os efeitos da aplicação dos critérios estabelecidos pela Lei de Saneamento Básico, bem como não pode assegurar de que forma tais critérios serão aplicados pelas autoridades judiciais brasileiras.

A Emissora pode enfrentar dificuldades na arrecadação de volumes significativos de contas vencidas e não pagas de municípios.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia tinha contas a receber no valor total de R\$ 3.980,9 milhões sendo que R\$ 1.631,4 milhões eram devidas pelos municípios aos quais a Companhia fornece água por atacado nas mesmas datas. Do montante devido nessas datas pelos referidos municípios, aproximadamente R\$ 170,2 milhões encontravam-se vencidos entre 30 e 360 dias, e R\$ 1.483,9 milhões encontravam-se vencidos há mais de 360 dias.

O Poder Judiciário pode exigir que a Companhia continue a fornecer água por atacado aos referidos municípios, ainda que não esteja recebendo os pagamentos devidos.

A Emissora não tem como assegurar que as negociações com esses municípios visando o estabelecimento de um novo fluxo de pagamentos dessas contas a receber, ou que as ações ajuizadas contra esses municípios objetivando a cobrança dos valores vencidos e não pagos resultem efetivamente no recebimento da totalidade das quantias devidas.

Algumas entidades vinculadas à administração pública dos municípios para os quais a Emissora presta serviços também não vêm efetuando pagamentos regulares à Emissora. A Companhia não pode assegurar se ou quando essas entidades voltarão a efetuar pagamentos de forma regular ou pagar os valores devidos e ainda não pagos à Emissora.

Caso os municípios abastecidos por atacado e as referidas entidades atualmente inadimplentes não paguem os valores devidos, os fluxos de caixa, resultados operacionais e situação financeira da Companhia serão adversamente afetados.

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA

As informações financeiras consolidadas constantes dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 e das demonstrações de resultado consolidado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011 foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pela Administração da Emissora, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais consolidados em 30 de setembro de 2012 e das demonstrações de resultado consolidado relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2010 e 2011 foram extraídas das informações financeiras intermediárias elaboradas pela Administração da Emissora de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As informações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e as informações financeiras intermediárias, para o mesmo período de 2011, foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente).

Informações Financeiras Consolidadas

As tabelas abaixo apresentam os dados financeiros da Emissora em 30 de setembro de 2012, 31 de dezembro de 2011, 31 dezembro de 2010 e 31 dezembro de 2009. Tais dados financeiros da Emissora devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas auditadas disponíveis na página na rede mundial de computadores da CVM.

(Reais)	Período findo em 30/09/2012	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio líquido	11.404.241.000,00	10.545.896.000,00	9.681.800.000,00	8.438.584.000,00
Ativo Total	25.953.815.000,00	25.214.984.000,00	23.350.584.000,00	20.243.124.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	7.777.356.000,00	9.941.637.000,00	9.231.027.000,00	8.579.519.000,00
Resultado Bruto	3.110.096.000,00	3.910.660.000,00	4.036.479.000,00	3.492.265.000,00
Resultado Líquido	1.146.488.000,00	1.223.419.000,00	1.630.447.000,00	1.507.747.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	227.836.623	227.836.623	227.836.623	227.836.623
Valor Patrimonial de Ações (Reais Unidades)	50,054468	46,287098	42,494485	37,037873
Resultado Líquido por Ação	5,032061	5,369721	7,156211	6,617667

Demonstrações do Resultado Consolidado

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros da Emissora referentes às suas demonstrações de resultado consolidado para os períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2012 e em 30 de setembro de 2011, bem como para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Tais dados financeiros da Emissora devem ser lidos em conjunto com suas informações financeiras intermediárias, demonstrações financeiras e notas explicativas revisadas disponíveis na página na rede mundial de computadores da CVM.

	Período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação %	2011	2010	Variação%
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)					
Receita operacional líquida	7.777	7.230	8%	9.942	9.231	8%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(4.667)	(4.443)	5%	(6.031)	(5.195)	16%
Resultado bruto	3.110	2.787	12%	3.911	4.036	-3%
Receitas (despesas) operacionais	(1.097)	(1.075)	2%	(1.557)	(1.304)	14%
Despesas com vendas	(528)	(449)	18%	(620)	(713)	-13%
Despesas gerais e administrativas	(537)	(664)	-19%	(847)	(653)	30%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(32)	38	-184%	(90)	2	-4.600%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	2.013	1.712	18%	2.354	2.672	-12%
Receitas financeiras	227	324	-30%	451	344	31%
Despesas financeiras	(626)	(841)	-26%	(1.085)	(723)	50%
Despesas financeiras líquidas	(399)	(517)	-23%	(634)	(379)	67%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.614	1.195	35%	1.720	2.293	-25%
Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(468)	(465)	1%	(497)	(663)	-25%
Lucro Líquido	1.146	730	57%	1.223	1.630	-25%

EVENTOS RECENTES

Seguem abaixo os eventos recentes envolvendo a Emissora que ocorreram após 30 de setembro de 2012, até a data deste Prospecto:

16ª emissão de debêntures

Em novembro, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as condições aplicáveis à 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 500 milhões. A liquidação financeira da 16ª emissão ocorreu em 17 de dezembro de 2012 e os respectivos recursos se destinam ao pagamento de compromissos financeiros da Companhia em 2012/2013.

Parceria Público Privada (PPP) do Sistema Produtor de Água São Lourenço

O edital para a Parceria Público Privada (PPP) do Sistema Produtor de Água São Lourenço foi lançado na primeira semana de novembro. O projeto deve demandar investimentos iniciais de R\$ 1,8 bilhão. Ao longo de 20 anos, o montante deverá atingir R\$ 5 bilhões.

De acordo com a Companhia, o Sistema Produtor São Lourenço é um complexo de abastecimento de água para cerca de 1,5 milhão de pessoas na região metropolitana de São Paulo. O sistema terá captação de 4,7 mil litros por segundo de água no Reservatório Cachoeira do Franca (na bacia do Alto Juquiá), uma nova estação de tratamento de água em Cotia e uma rede de adução para sete municípios da zona oeste da região metropolitana de São Paulo.

Contratação de financiamento com a Caixa Econômica Federal

Em outubro de 2012 a Companhia formalizou com a Caixa Econômica Federal a contratação de financiamento para a complementação do afastamento do sistema de esgotamento sanitário do município de Monte Mor, no valor de R\$ 18.855 mil. Os recursos são oriundos do FGTS - Programa Saneamento para Todos e foram obtidos por meio de processo de seleção do Ministério das Cidades - PAC 2.

Os encargos financeiros são: Juros de 6,00% ao ano; Taxa de Risco de 0,30% ao ano; Taxa de Administração de 1,40% ao ano; e Indexador TR - Taxa Referencial. O prazo de carência é de 4 anos e o prazo de amortização é de 20 anos.

Deliberação ARSESP nº 373, de 07 de novembro de 2012

A ARSESP alterou o cronograma da Deliberação ARSESP nº 370, de 08 de outubro de 2012, referente ao Processo de Revisão Tarifária da Companhia, através da Deliberação ARSESP nº 373, de 07 de novembro de 2012. A respeito do cronograma, vide subseções "7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades" e "10.2 – Resultado operacional e financeiro" do Formulário de Referência.

Primeira Revisão Tarifária

A ARSESP, por meio da Deliberação nº 387, está submetendo à Consulta Pública de Saneamento 004/12 a proposta referente à Tarifa Média Máxima Inicial (P0) preliminar e Fator de Ganhos de Eficiência (X) para o Segundo Ciclo da Companhia, que será realizada no dia 15 de janeiro de 2013 e, até o dia 8 de fevereiro de 2013, divulgará os resultados da Tarifa Média Máxima Inicial (P0) preliminar e Fator de Ganhos de Eficiência (X).

Concessão de Crédito pelo BNDES

Em dezembro de 2012, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a concessão, à Emissora, de um crédito no valor de R\$ 1,35 bilhão destinado ao financiamento da contrapartida da Emissora no projeto de execução da Terceira Etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A Emissora e o BNDES, após cumprimento de determinadas condições precedentes por parte da Emissora (dentre elas a aprovação da captação pelo Conselho de Administração da Emissora), deverão firmar um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito por instrumento particular, que conterá todos os detalhes para a concessão do empréstimo. Os recursos serão desembolsados e aplicados pela Emissora segundo o cronograma de implementação dos diversos projetos relacionados ao referido programa.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O AGENTE FIDUCIÁRIO

Com exceção da Emissão, e para os fins da alínea "k", inciso XVII do art.12 e nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não atua em quaisquer outras emissões de valores mobiliários da Emissora, nem de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante de seu grupo econômico. Não houve nenhum evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento até o presente momento.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta seção é um resumo de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, na página 69 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissor	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.
Valor Mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 17ª emissão da Emissora.
Capital Social da Emissora	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$ 6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).
Coordenador Líder	BB - Banco de Investimento S.A.
Coordenadores	Em conjunto, BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Bradesco BBI S.A.
Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A., ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Classificação de Risco	Standard & Poor's: brAA+
Data de Emissão	15 de janeiro de 2013.
Destinação dos Recursos	Os recursos provenientes da captação por meio da emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o pagamento de compromissos financeiros da Companhia vencidos em 2013; e (ii) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado das debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Companhia ou outra dívida da Companhia, a seu critério. Os valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia. Para maiores informações, veja a seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.
Procedimento de Bookbuilding	Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, em que foi definida, com a Emissora: (i) a Remuneração; (ii) a quantidade de Debêntures alocada em cada Série; e (iii) a quantidade de séries Participaram do Procedimento de Bookbuilding os investidores do público alvo da Oferta (ver o item “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Público Alvo da Oferta”, na página 56 deste

Prospecto), incluindo Pessoas Vinculadas (ver o item “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures - Pessoas Vinculadas”, na página 5755 deste Prospecto), que não poderão subscrever Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série, uma vez que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures. As intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente canceladas. A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures. O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.”, na página 74 deste Prospecto Definitivo.

Conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400, a vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à instituição financeira contratada como formador de mercado (*market maker*), uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita estão divulgados na seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Estabilização de Preços e Liquidez” na página 57 deste Prospecto Definitivo.

Foi admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures e consequente eventual redução do montante total da Emissão, sendo que a Oferta não estará condicionada à colocação de um montante mínimo de Debêntures, observado que, exclusivamente com relação às Debêntures da 1ª Série, os Coordenadores realizarão a colocação das Debêntures sob regime de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures de uma das séries foi diminuída da quantidade total de Debêntures da Oferta delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras séries, observados os limites previstos em “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Quantidade”, na página 42 deste Prospecto.

Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária e não conferem qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificam bens para garantir eventual execução.

Séries	A emissão será realizada em 3 (três) séries, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu por meio do sistema de vasos comunicantes.
Prazo de Colocação	Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (iv) a disponibilização deste Prospecto Definitivo, incluindo o Formulário de Referência, aos investidores, a distribuição pública das Debêntures será realizada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, conforme definido no Contrato de Distribuição, observado o disposto na seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures - Plano da Oferta”, na página 56 deste Prospecto Definitivo.
Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e por meio do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira da Oferta.
Forma e Preço de Integralização	<p>As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição das Debêntures ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, por meio do SDT e/ou do DDA, administrados e operacionalizados pela CETIP e pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, a partir da data de início da distribuição das Debêntures, sendo que:</p> <p>I. as Debêntures da 1ª Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada de forma exponencial <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;</p> <p>II. as Debêntures da 2ª Série serão integralizadas pelo Valor Nominal atualizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada em regime de capitalização composta <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;</p> <p>III. as Debêntures da 3ª Série serão integralizadas pelo Valor Nominal atualizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, calculada em regime de capitalização composta <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;</p>
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do BOVESPAFIX, ambiente de negociação de ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia eletrônica e a liquidação financeira da negociação das Debêntures.
Prazo e Data de Vencimento	Ressalvadas as hipóteses de oferta facultativa de resgate antecipado, aquisição facultativa e/ou de vencimento antecipado das Debêntures: (i) as Debêntures da 1ª Série terão seu vencimento em 5 (cinco) anos,

contados da Data de Emissão, com vencimento na Data de Vencimento da 1ª Série, ou seja, em 15 de janeiro de 2018; (ii) as Debêntures da 2ª Série terão seu vencimento em 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento na Data de Vencimento da 2ª Série, ou seja, em 15 de janeiro de 2020; e (iii) as Debêntures da 3ª Série terão seu vencimento em 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento na Data de Vencimento da 3ª Série, ou seja, em 15 de janeiro de 2023.

Amortização

Ressalvadas as hipóteses de oferta facultativa de resgate antecipado, aquisição facultativa e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, a amortização das Debêntures da 1ª Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano contado da Data de Emissão, sendo (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2017; e (iii) a terceira parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2018. A amortização das Debêntures da 2ª Série será realizada em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas a partir do 6º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 50,0000% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2019; e (ii) a segunda parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado em 15 de janeiro de 2020. A amortização das Debêntures da 3ª Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 8º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2021; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2022; e (iii) a terceira parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2023.

Atualização monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado monetariamente.

O Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do IPCA (“**Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série**” e “**Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série**”, respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª e a Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, respectivamente.

A Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista no item “Amortização” acima (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA), conforme aplicável.

A Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista no item “Amortização” acima (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 3ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA).

Remuneração das Debêntures da 1ª Série

As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração definida em Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração da 1ª Série**”). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. A Remuneração da 1ª Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento da 1ª Série, na data. Farão jus à Remuneração da 1ª Série aqueles que forem Debenturistas da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da 1ª Série será calculada de acordo com o disposto na Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures da 2ª Série

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, corrigido pela Atualização Monetária das 2ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis, observada a fórmula definida na Escritura da Emissão (“**Remuneração da 2ª Série**”). A Remuneração da 2ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de janeiro de cada ano, desde a Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 2ª Série. Farão jus à Remuneração da 2ª Série aqueles que forem Debenturistas da 2ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Remuneração das Debêntures da 3ª Série

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, corrigido pela Atualização Monetária da 3ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos) ao ano, definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis observada a fórmula definida na Escritura da Emissão (“**Remuneração da 3ª Série**”). A

	<p>Remuneração da 3ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 3ª Série. Farão jus à Remuneração da 3ª Série aqueles que forem Debenturistas da 3ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.</p>
Repactuação	<p>Não haverá repactuação das Debêntures.</p>
Resgate Antecipado Facultativo	<p>Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.</p>
Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:	<p>A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures de qualquer série, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração (“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”). A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os titulares das Debêntures da(s) série(s) objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sem distinção, sendo assegurada a todos os titulares da respectiva série, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate. As Debêntures resgatadas pela Emissora, nos termos da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, serão obrigatoriamente canceladas.</p>
Aquisição Facultativa	<p>A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; (iii) ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.</p>
Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado	<p>As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 52 deste Prospecto e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.”, na página 70 deste Prospecto.</p>
Quoruns de Deliberação	<p>Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.</p> <p>Não estão incluídos no quorum acima: (i) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; (ii) as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da respectiva série, de quaisquer valores</p>

previstos na Escritura de Emissão; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado; e (iii) as alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, além de pessoas físicas, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor público de saneamento. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, nas páginas 69 e seguintes deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 4 deste Prospecto.

Regime de Colocação

A colocação das Debêntures ocorrerá sob regime: (i) de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), exclusivamente em relação às Debêntures da 1ª Série; e (ii) de melhores esforços, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em relação às Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série. As Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, caso fossem emitidas, seriam objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.

Para mais informações, ver “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Regime de Colocação”, na página 56 deste Prospecto.

Não contratação de Auditores Independentes para manifestação acerca da consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto relativamente às demonstrações financeiras publicadas pela Emissora

O Código ANBIMA, nos termos do seu artigo 6º, inciso XII, prevê a necessidade de as Instituições Participantes obterem manifestação escrita por parte dos auditores independentes da Emissora acerca da consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto, na seção de análise e discussão das demonstrações financeiras da Emissora, e do Formulário de Referência, no quadro relativamente às demonstrações financeiras publicadas da Emissora. **No âmbito da Oferta, não houve a contratação dos Auditores Independentes para a referida manifestação.**

Fatores de Risco

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures e uma descrição completa de todos os riscos associados à Emissora, os investidores deverão ler, respectivamente, a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, na página 69 deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 4 deste Prospecto.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Agente Fiduciário, do Consultor Jurídico e do Auditor Independente”, na página 33 deste Prospecto. Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 40 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta na ANBIMA será apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE
FIDUCIÁRIO, DO CONSULTOR JURÍDICO E DO AUDITOR INDEPENDENTE**

EMISSORA

**Companhia de Saneamento Básico do Estado de
São Paulo - SABESP**

Rua Costa Carvalho, 300
CEP 05429-900
São Paulo – SP
At.: Sr. Mário Azevedo de Arruda Sampaio
Telefone: (11) 3388-8664
Fac-símile: (11) 3388-8669
E-mail: maasampaio@sabesp.com.br
Website: <http://www.sabesp.com.br/Calandraweb/CalandraRedirect/?temp=0&proj=investidoresnovo&pub=T&db>

COORDENADOR

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, Cerqueira César
CEP 01310-917
São Paulo – SP
At.: Leandro de Miranda Araújo
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4880
E-mail: leandro.miranda@bradescobbi.com.br
Website: <http://www.bradescobbi.com.br>

AUDITORES INDEPENDENTES

**PricewaterhouseCoopers Auditores
Independentes**

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Água Branca
CEP 05001-000
São Paulo - SP
At.: Valdir Renato Coscodai
Telefone: (11) 3674-2284
Fac-símile: (11) 3674-3515
Website: <http://www.pwc.com.br>

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua Alexandre Dumas, 1981
CEP 04717-906
São Paulo - SP
At.: Sr. Délio Rocha Leite
Telefone: (11) 5186-1000
Fac-símile: (11) 5181-8024
Website: <http://www.deloitte.com/BR>

COORDENADOR LÍDER

BB - Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
CEP 04538-133
Rio de Janeiro - RJ
At.: Erison Furtado
Telefone: (11) 3149-8504
Fac-símile: (11) 3149-8529
E-mail: erisonfurtado@bb.com.br
Website: <http://www.bb.com.br>

AGENTE FIDUCIÁRIO

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º
andares, Itaim Bibi
CEP 04530-001
São Paulo – SP
At.: Nelson Santucci Torres / Julio Barione
Dacar
Telefone: (11) 3048-9943
Fac-símile: (11) 3048-9872
E-mail: nelson.torres@slw.com.br/
julio.dacar@slw.com.br
Website: <http://www.slw.com.br/>

ESCRITURADOR E BANCO MANDATÁRIO

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º
andar
CEP 06029-900
Osasco - SP
At.: Sr. José Carlos da Silva (Gerente
Departamental)
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
Website: <http://www.bradesco.com.br/>



CONSULTOR JURÍDICO DA COMPANHIA

Lobo & de Rizzo Advogados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 3º andar, Itaim Bibi
CEP 04538-132
São Paulo – SP
At.: Fabrizio de Oliveira Sasdelli
Telefone: (11) 3702-7000
Fac-símile: (11) 3702-7001
Website: <http://www.loboderizzo.com.br/>

CONSULTOR JURÍDICO DOS COORDENADORES

Stocche, Forbes, Padis, Filizzola, Clápis Advogados

Av. Magalhães de Castro, 4800, 23º andar, Torre 2 Edifício Park Tower
CEP 05502-001
São Paulo – SP
At.: Henrique Bonjardim Filizzola
Telefone: (11) 3755-5400
Fac-símile: (11) 3755-5401
Website: <http://www.stoccheforbes.com.br/>

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas nas páginas 163 e 177 deste Prospecto Definitivo.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

O Banco do Brasil, empresa controladora do BB-BI, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do País ocupando a primeira colocação do Top Finanças do prêmio Top of Mind 2010. O Banco do Brasil encerrou 2010 com uma base de 54,4 milhões de clientes e 35,9 milhões de contas correntes, entre pessoas físicas e jurídicas, a partir de uma rede de mais de 18 mil pontos de atendimento, com envolvimento de 118,9 mil funcionários.

No exterior, o Banco do Brasil tem 47 pontos distribuídos em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela). Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

Em 2010 o BB-BI atuou como coordenador líder do followon do Banco do Brasil, como coordenador do IPO da Julio Simões Logística e da Droga Raia e do followon da JBS S.A e da Petrobras, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarchas e Mills. No acumulado de 2010 do ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Variável, ocupou a primeira posição com 60,5% de participação.

Em 2011, o BB-BI atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Atuou também como coordenador a Distribuição Pública de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações da Minerva.

Atua também na intermediação de valores mobiliários e disponibiliza para seus clientes o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do Banco do Brasil, internet (Home Broker) e celular. O volume financeiro negociado pelo BB-BI em 2009, neste segmento, foi superior a R\$20.000.000.000,00 e possui em sua base aproximadamente 250 mil investidores com posição de custódia.

No acumulado de 2010, o BB-BI ficou em terceiro lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$14.600.000.000,00 originados e 19,3% de participação de mercado. No acumulado de 2011, o BB-BI ficou em segundo lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$ 16.900.000.000,00 originados e 19,7% de participação de mercado.

Abaixo, as emissões de notas promissórias e debêntures estruturadas pelo BB-BI nos dois últimos anos: Em 2010, o BB-BI liderou (1) a segunda emissão de debêntures da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2.700.000.000,00; (2) a primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A., no valor de R\$135.000.000,00; (3) a primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$450.000.000,00; (4) a primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, no valor de R\$122.000.000,00; (5) a segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$130.000.000,00; (6) a primeira emissão de debêntures da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (7) a terceira emissão de debêntures da CPFL Geração de Energia S.A., no valor de R\$264.000.000,00; (8) a terceira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz., no valor de R\$260.000.000,00; (9) a décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$1.200.000.000,00; (10) a terceira emissão de debêntures da Mangels S.A. no valor de R\$70.000.000,00; (11) a segunda emissão de Debêntures da Júlio Simões Logística S.A., no valor de R\$120.000.000,00; (12) a primeira emissão de Notas Promissórias da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (13) a segunda emissão de Debêntures da Triunfo Participações e Investimentos S.A., no valor de R\$133.500.000,00 milhões; (14) a primeira emissão de Debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$600.000.000,00; (15) a segunda emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (16) a quarta emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$600.000.000,00; (17) a quarta emissão de debêntures da CyrelaBrazilRealty S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (18) a primeira emissão de debêntures da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (19) a primeira emissão de debêntures da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$60.000.000,00; (20) a segunda emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (21) a primeira emissão de debêntures da WTORRE Properties S.A., no valor de R\$90.000.000,00; (22) a segunda emissão de debêntures da INBEV Participações Societárias S.A., no valor de R\$2.000.000,00; (23) a primeira emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (24) a terceira emissão de notas promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG., no valor de R\$350.000.000,00; (25) a segunda emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A.- EPASA, no valor de R\$400.000.000,00.

Ainda em 2010, participou (1) da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$548.600.000,00; (2) da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$516.000.000,00; (3) da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A., no valor de R\$140.000.000,00; (4) da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (5) da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$3.000.000.000,00; (6) da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$1.030.000.000,00; (7) da quarta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$370.000.000,00; (8) da primeira emissão de Debêntures da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) da primeira emissão de Debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) da quarta emissão de Debêntures da Bandeirantes Energia S.A. no valor de R\$390.000.000,00; (11) da primeira emissão de Debêntures da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., no valor de R\$1.100.000,00; (12) da primeira emissão de Debêntures da Fertilizantes Heringer S.A., no valor de R\$178.000.000,00; (13) da primeira emissão de Debêntures da Camargo Correa Investimentos em Infra-estrutura S.A., no valor de R\$325.000.000,00; (14) da segunda emissão de Debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1.500.000,00; (15) da quinta emissão de Notas Promissórias da SABESP, no valor de R\$600.000.000,00; (16) da segunda emissão de Notas Promissórias da Camargo Correa S.A., no valor de R\$3.000.000,00; (17) da quarta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$230.000.000,00; (18) da quarta emissão de Debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$850 milhões; (19) da primeira emissão de Debêntures da Locar Guindastes e Transportes Intermodais S.A., no valor de R\$150.000.000,00; e (20) da quinta emissão de Debêntures da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, no valor de R\$2.025.000,00.

Em 2011, o BB-BI liderou (1) a nona emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$610.000.000,00; (2) a primeira emissão de Debêntures da Alusa Engenharia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (3) a primeira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (4) a primeira emissão de Debêntures da Yoki Alimentos S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (5) a primeira emissão de Debêntures da Concessionária SPMAR S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (6) a quinta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$170.000.000,00; (7) a oitava emissão de Notas Promissórias da Redecard S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (8) a primeira emissão de Debêntures da João Fortes Engenharia S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) a segunda emissão de Notas Promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) a primeira emissão de Debêntures da NCF Participações S.A., no valor de R\$2.300.000,00; (11) a primeira emissão de Debêntures da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (12) a segunda emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de até R\$350.000.000,00; (13) a terceira emissão de Debêntures da Cremer S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (14) a quarta emissão de Debêntures da JSL S.A., no valor de R\$113.000.000,00; (15) a quinta emissão de Notas Promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$300.000.000,00; (16) a terceira emissão de Debêntures da Egesa Engenharia S.A., no valor de R\$160.000.000,00; (17) a quinta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações, no valor de R\$500.000.000,00; (18) a segunda emissão de Notas Promissórias da ViaRondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$415.000.000,00; (19) a quinta emissão de Debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (20) a primeira emissão de Notas Promissórias da Light Energia S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (21) a sexta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$180.000.000,00; (22) a quarta emissão de Debêntures das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (23) a terceira emissão de Debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA, no valor de R\$130.000.000,00; (24) a décima emissão de Debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (25) a primeira emissão de Debêntures da Estácio Participações S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (26) a terceira emissão de Notas Promissórias da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$150.000.000,00; (27) a terceira emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$484.000.000,00; (28) a segunda emissão de Debêntures da Marisa Lojas S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (29) a quarta emissão de Notas Promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no valor de R\$1.000.000.000,00; (30) a quarta emissão de Notas Promissórias da CEMIG Distribuição S.A.- CEMIG D, no valor de R\$100.000.000,00; e (31) a oitava emissão de Debêntures da Light S.A., no valor de R\$425.000.000,00.

Ainda em 2011, participou (1) da décima terceira emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$600.000.000,00; (2) da segunda emissão de Notas Promissórias da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1500.000.000,00; (3) da terceira emissão de Debêntures da Marfrig Alimentos S.A., no valor de R\$598.200.000,00; (4) da quinta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$810.000.000,00; (5) da quarta emissão de Debêntures da Companhia Energética de Pernambuco, no valor de R\$360.000.000,00; (6) da terceira emissão de Debêntures da Itapebi Geração de Energia S.A. no valor de R\$200.000.000,00 (7) a primeira emissão de Debêntures da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no valor de R\$65.000.000,00; (8) da quinta emissão de Debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (9) da quarta emissão de Debêntures da CPFL Geração, no valor de R\$680.000.000,00; (10) da quinta emissão de Debêntures da Rio Grande Energia, no valor de R\$70.000.000,00; (11) da segunda emissão de Debêntures da CPFL Comercialização Brasil, no valor de R\$1.320.000.000,00; (12) da quinta emissão de Debêntures da CPFL Paulista Força e Luz, no valor de R\$484.000.000,00; (13) da quinta emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor de R\$160.000.000,00; (14) da terceira emissão de Debêntures da Bradespar S.A., no valor de R\$800.000.000,00; (15) da terceira emissão de Notas Promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (16) da quinta emissão de Debêntures da CyrelaBrazilRealty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$400.000.000,00; (17) da primeira emissão de Notas Promissórias da Valepar S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (18) da terceira emissão de Notas Promissórias da Unidas S.A., no valor de R\$325.000.000,00; (19) da segunda emissão de Debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (20) da segunda emissão de Debêntures da TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A., no valor de R\$66.000.000,00; (21) da primeira emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (22) da oitava emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.350.000.000,00; e (23) da terceira emissão de Debêntures da Rede D’or São Luiz S.A., no valor de R\$650.000.000,00.

Em 2012, o BB-BI liderou (1) a primeira emissão de Debêntures da Linha Amarela S.A., no valor de R\$180.000.000,00; (2) a terceira emissão de Notas Promissórias da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$275.000.000,00; (3) a sexta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (4) a sexta emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no valor de R\$400.000.000,00; (5) a primeira emissão de Debêntures da Concessionária WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$60.000.000,00; (3) a quarta emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (7) a primeira emissão de Notas Promissórias da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de R\$800.000.000,00; (8) a primeira emissão de Notas Promissórias da Magazine Luiza S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) a primeira emissão de Debêntures da Redecard S.A., no valor de R\$1.500.000.000,00; (10) a sexta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$500.000,00; (11) a primeira emissão de Debêntures da Empreendimentos Pague Menos S.A., no valor de R\$260.000.000,00; (12) a quinta emissão de Notas Promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de até R\$905.000.000,00; (13) a primeira emissão de Debêntures da CRRR Participações S.A., no valor de R\$45.000.000,00; (14) a primeira emissão de Notas Promissórias da CCR S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (15) a primeira emissão de Debêntures da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., no valor de R\$50.000.000,00; (16) a primeira emissão de Debêntures da Nova Casa Bahia S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (17) a quinta emissão de Notas Promissórias da Cemig Distribuição S.A., no valor de R\$640.000.000,00; (18) a segunda emissão de Debêntures da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$700.000.000,00; (19) a primeira emissão de Notas Promissórias da SPE Bio Alvorada S.A., no valor de R\$45.000.000,00; (20) a primeira emissão de Notas Promissórias da SPE Bio Coopcana S.A., no valor de R\$45.000.000,00; (21) a primeira emissão de Notas Promissórias da Atlântica I Parque Eólico S.A., no valor de R\$57.500.000,00; (22) a primeira emissão de Notas Promissórias da Atlântica II Parque Eólico S.A., no valor de R\$57.500.000,00; (23) a primeira emissão de Notas Promissórias da Atlântica IV Parque Eólico S.A., no valor de R\$57.500.000,00; (24) a primeira emissão de Notas Promissórias da Atlântica V Parque Eólico S.A., no valor de R\$57.500.000,00; (25) a primeira emissão de Debêntures da Diamond Business Trading S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (26) a segunda emissão de Debêntures da Rodovias Integradas do Oeste S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (27) a primeira emissão de Notas Promissórias da Central Geradora Eólica Colônia S.A., no valor de R\$23.280.000,00; (28) a primeira emissão de Notas Promissórias da Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A., no valor de R\$18.100.000,00; (29) a primeira emissão de Notas Promissórias da Central Geradora Eólica Icarai I S.A., no valor de R\$33.620.000,00; (30) a primeira emissão de Notas Promissórias da Central Geradora Eólica Icarai II S.A., no valor de R\$46.550.000,00; (31) a primeira emissão de Notas Promissórias da Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A., no valor de R\$28.450.000,00; (32) a quarta emissão de Debêntures da Rede D'Or São Luiz S.A., no valor de R\$800.000.000,00; (33) a terceira emissão de Debêntures da Telefônica Brasil S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (34) a sexta emissão de Debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$650.000.000,00; (35) a sexta emissão de Debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no valor de R\$1.565.000.000,00; (36) a segunda emissão de Debêntures da Renova Energia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (37) a primeira emissão de Debêntures da Produquímica Indústria e Comércio S.A., no valor de R\$150.000.000,00; (38) a segunda emissão de Notas Promissórias da Magazine Luiza S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (39) a primeira emissão de Debêntures da Copel Distribuição S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (40) a primeira emissão de Notas Promissórias da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda., no valor de R\$35.000.000,00; (41) a terceira emissão de Debêntures da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (42) a primeira emissão de Notas Promissórias da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., no valor de R\$25.000.000,00; (43) a primeira emissão de Debêntures da Supervia Concessionária De Transporte Ferroviário S.A., no valor de R\$150.000.000,00; (44) a primeira emissão de Notas Promissórias da João Fortes Engenharia S.A., no valor de R\$135.000.000,00; e (45) a décima sexta emissão de Debêntures da Companhia, no valor de R\$500.000.000,00.

Ainda em 2012, participou (1) da quarta emissão de Debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (2) da primeira emissão de Debêntures da AGV Logística S.A., no valor de R\$120.000.000,00; (3) da nona emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (4) da primeira emissão de debêntures da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$128.000.000,00; (5) da sexta emissão de Debêntures do BNDES Participações S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (6) da segunda emissão de Debêntures da Intercement Brasil S.A. no valor de R\$1.500.000.000,00 (7) a décima primeira emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$1.200.000.000,00; (8) da quarta emissão de Debêntures da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$287.000.000,00; (9) da quinta emissão de Debêntures da OAS S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) da primeira emissão de Debêntures da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (11) da segunda emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (12) da sexta emissão de Debêntures da Eucatex S.A., no valor de R\$75.000.000,00; (13) da segunda emissão de Debêntures da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., no valor de R\$150.000.000,00; (14) da primeira emissão de Debêntures da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., no valor de R\$80.000.000,00; (15) da segunda emissão de Debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (16) da primeira emissão de Debêntures da Comil Ônibus S.A., no valor de R\$110.000.000,00; (17) da primeira emissão de Debêntures da EDP – Energias do Brasil S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (18) da segunda emissão de Notas Promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (19) da quarta emissão de Debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$1.100.000.000,00; (20) da sexta emissão de Debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (21) da primeira emissão de Debêntures da Karsten S.A., no valor de R\$158.501.000,00; (22) da primeira emissão de Debêntures da Blue Bird Participações S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (23) da segunda emissão de Debêntures da BR Properties S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (24) da primeira emissão de Debêntures da BR TOWERS SPE1 S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (25) da décima emissão de Debêntures da ALL América Latina Logística S.A., no valor de R\$750.000.000,00; e (26) da primeira emissão de Debêntures da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, no valor de R\$700.000.000,00.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o “Best *Investment Bank 2012 in Brazil*” pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, no primeiro semestre de 2012, 88 transações de *Investment Banking*, com volume de aproximadamente R\$80,2 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques em 2012:

- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI encerra o primeiro semestre de 2012 ocupando a 1ª colocação por Valor de Operações, segundo o ranking ANBIMA, marcando presença em *IPOs* e *Follow-ons* que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM em 2012, participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* em duas ofertas de destaque, no *Follow-on* da Qualicorp no valor de R\$759 milhões e no IPO do Banco BTG Pactual, maior oferta pública inicial de ações do Brasil em 2012 e uma das maiores do mundo, no valor de R\$3,2 bilhões. Entre as diversas transações realizadas em 2011 destacam-se: IPO da Qualicorp S.A., no montante de R\$1.085 milhões; IPO da Abril Educação S.A., no montante de R\$371 milhões; *Follow-on* da Gerdau S.A., no montante de R\$4.985 milhões (transação vencedora da premiação “*Deal of the year*” na América Latina pela Revista Euromoney); *Follow-on* da BR Malls Participações S.A., no montante de R\$731 milhões; e fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões. Em 2010, destaca-se a atuação como coordenador líder da maior capitalização da história mundial, a oferta pública de ações da Petrobras, no montante de R\$120,2 bilhões, transação vencedora do “Best *Equity Deal of the Year*” pela Global Finance.

- Em renda fixa, o Bradesco BBI encerra o terceiro trimestre de 2012, mantendo a liderança obtida em 2011, ocupando a 1ª colocação no Ranking ANBIMA de Renda Fixa Consolidado, tanto por Valor quanto por Número de Operações. No exercício de 2012 coordenou 80 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$ 28,9 bilhões, representando uma participação de mercado de 24,0%. O Bradesco BBI também ocupa posição de liderança em Securitizações, classificando-se em 1º lugar por Número de Operações no Ranking ANBIMA de Securitização. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no primeiro semestre como *Joint Bookrunner* em nove emissões de *Bonds* que totalizaram aproximadamente US\$ 8,45 bilhões. Em *Project Finance*, o Bradesco BBI é o atual líder do ranking ANBIMA na categoria Estruturador de Financiamento de Projetos, considerando as operações de curto e longo prazos. No primeiro semestre de 2012, o Bradesco BBI esteve envolvido em diversos mandatos de assessoria e estruturação financeira para projetos de geração de energia, complexos portuários, de mineração e de logística.
- Em fusões e aquisições no primeiro semestre de 2012, o Bradesco BBI classificou-se em 1º lugar entre os bancos que assessoraram M&A no Brasil, segundo o ranking da ANBIMA, com R\$ 26,1 bilhões em transações anunciadas no período. Dentre as transações anunciadas no primeiro semestre de 2012, destacamos: Venda da Celpa; OPA de fechamento de capital da Marisol; venda da Usina Passos para Olam Int'l; venda do controle da Multiner para o Grupo Bolognesi; aquisição da Comgás pela Cosan; aquisição de 50% da Tecondi pela Aba Participações; venda de 100% da Tecondi para Ecorodovias; aquisição de ativos de transmissão de energia da Cemig pela TAESA; aquisição da Salfer pela Máquina de Vendas; aquisição da Cimpor pela Camargo Correa; Aquisição da Pargim Empreendimentos e Participações S.A. pela Aliance Shopping; Assessoria à LAN no fechamento de capital da TAM na BM&FBovespa; Assessoria à MPX Energia S.A. na venda de parte de seu capital à E-on; Assessoria à JBS no *spin-off* e listagem da Vigor na BM&FBovespa e aquisição da Ri Happy pelo Carlyle Group.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 25,5 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 65,3 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,6 mil agências. No segundo trimestre de 2012, o lucro líquido foi de R\$5,7 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$830,5 bilhões e R\$63,9 bilhões, respectivamente.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição Atual do Capital Social

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Emissora era de R\$ 6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 227.836.623 (duzentas e vinte e sete milhões, oitocentas e trinta e seis mil, seiscentas e vinte e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Emissora possui capital autorizado de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante em seu capital social em 30 de setembro de 2012:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	114.508.086	50,26	0	0	114.508.086	50,26
Ações em negociação na BM&FBOVESPA e NYSE	113.328.537	49,74	0	0	113.328.537	49,74
Total	227.836.623	100,00	0	0	227.836.623	100,00

Na data deste Prospecto nenhum acionista minoritário detém participação superior a 5% do capital social da Emissora. Para maiores informações sobre o controle acionária da Companhia vide seção “15. Controle” do Formulário de Referência.

Características da Oferta

Autorizações Societárias

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas de acordo com a autorização deliberada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de novembro de 2012, nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 510.835/12-0 em 23 de novembro de 2012, e publicada no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo em 15 de novembro de 2012 e no jornal “Valor Econômico” no dia 16 de novembro de 2012.

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição.

Foi admitida a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures e consequente eventual redução do montante total da Emissão, sendo que a Oferta não estará condicionada à colocação de um montante mínimo de Debêntures, observado que, exclusivamente com relação às Debêntures da 1ª Série, os Coordenadores realizarão a colocação das Debêntures sob regime de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Coleta de Intenções de Investimento (*Bookbuilding*)

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, no qual foi definida a emissão das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, e, de comum acordo com a Emissora: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão; (ii) a taxa final da Remuneração da 1ª Série; (iii) a taxa final da Remuneração da 2ª Série; e (iv) a taxa final da Remuneração da 3ª Série.

Participaram do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto neste Prospecto, incluindo Pessoas Vinculadas, que não poderão subscrever Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderia promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures. O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures”, na página 69 deste Prospecto.

Conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400, a vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à instituição financeira contratada com formador de mercado (*market maker*), uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita estão divulgados na seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Estabilização de Preços e Liquidez” na página 55 deste Prospecto Definitivo.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385/76, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Instrução CVM 400, observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme o disposto nos artigos 6º-A e 6º-B, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Prazo de Colocação

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVEPSA; e (iv) a disponibilização aos investidores deste Prospecto Definitivo, a distribuição pública das Debêntures será realizada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, conforme definido no Contrato de Distribuição.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e por meio do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia eletrônica e a liquidação financeira da Oferta.

Forma e Preço de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição das Debêntures (“**Data de Integralização**”), em moeda corrente nacional, por meio do SDT e/ou do DDA, administrados e operacionalizados pela CETIP e pela BM&FBOVESPA, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que:

- I.** as Debêntures da 1ª Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;
- II.** as Debêntures da 2ª Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;
- III.** as Debêntures da 3ª Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do BOVESPAFIX, ambiente de negociação de ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia eletrônica e a liquidação financeira da negociação das Debêntures.

Características das Debêntures

Número da Emissão

As Debêntures representam a 17ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 15ª emissão pública da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a quantidade mínima de Debêntures a ser colocada, tendo em vista a garantia firme de colocação, é de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures Suplementares, destinadas a atender um eventual excesso de demanda das Debêntures, respeitadas as mesmas condições e Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, conforme a Opção de Lote Suplementar outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ter sido exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures Adicionais, que poderiam ter sido emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série.

Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

Séries

A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries foi definida em sistema de vasos comunicantes, conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, a quantidade de Debêntures de uma das séries foi diminuída da quantidade total de Debêntures da Emissão, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras séries. Conforme o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, todas as Séries serão emitidas.

Forma

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem havendo especificação de bens para garantir eventual execução.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2013.

Prazo e Data de Vencimento

Ressalvadas as hipóteses de oferta facultativa de resgate antecipado, aquisição facultativa e/ou de vencimento antecipado, conforme previstas na Escritura de Emissão: (i) as Debêntures da 1ª Série terão seu vencimento em 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento na Data de Vencimento da 1ª Série; (ii) as Debêntures da 2ª Série terão seu vencimento em 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, com na Data de Vencimento da 2ª Série; e (iii) as Debêntures da 3ª Série terão seu vencimento em 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, com na Data de Vencimento da 3ª Série.

Amortização

Amortização das Debêntures da 1ª Série: Ressalvadas as hipóteses de oferta facultativa de resgate antecipado, aquisição facultativa e/ou vencimento antecipado, a amortização das Debêntures da 1ª Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2017; e (iii) a terceira parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2018.

Amortização das Debêntures da 2ª Série: Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas a partir do 6º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 50,0000% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2019, e (ii) a segunda parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2020.

Amortização das Debêntures da 3ª Série: Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a Amortização das Debêntures da 3ª Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 8º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2021; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2022; e (iii) a terceira parcela correspondente a Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2023.

Remuneração

Remuneração das Debêntures da 1ª Série

A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada conforme disposto abaixo:

As Debêntures da 1ª Série não serão atualizadas monetariamente. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de sobretaxa equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Farão jus à Remuneração da 1ª Série aqueles que forem Debenturistas da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Rentabilidade da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário no início do Período de Rentabilidade da 1ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Rentabilidade da 1ª Série, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Rentabilidade da 1ª Série, sendo " n " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = spread ou sobretaxa, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data do último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Observado o disposto na Cláusula 4.2.1.2 da Escritura de Emissão, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto, se houver. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início deste parágrafo, convocar Assembleia Geral de Debenturistas detentores de Debêntures da 1ª Série para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures (“**Remuneração Substitutiva da 1ª Série**”). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, da Remuneração Substitutiva da 1ª Série, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de “TDI_k” a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas detentores de Debêntures da 1ª Série, quando da deliberação da Remuneração Substitutiva da 1ª Série. Caso os Debenturistas detentores de Debêntures da 1ª Série reunidos em Assembleia Geral, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, não aprovem a Remuneração Substitutiva da 1ª Série proposta pela Emissora, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, ou desde o último pagamento da Remuneração da 1ª Série, até a data do efetivo resgate, exclusive. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas nesta Cláusula, aplicando-se na apuração de TDI_k, o valor da última Taxa DI divulgada.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral referida acima, tal Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI divulgada voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

Para fins de cálculo da Remuneração da 1ª Série, define-se “**Período de Rentabilidade da 1ª Série**” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade da 1ª Série, ou na data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Rentabilidade da 1ª Série, e termina na data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente subsequente, exclusive.

Remuneração das Debêntures da 2ª Série

Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento (“**Atualização Monetária da 2ª Série**”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série

A Atualização Monetária para as Debêntures da 2ª Série será paga, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista na Cláusula 4.3.2 da Escritura de Emissão (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA, nos termos do item (i) da Cláusula 4.2.2.4 da Escritura de Emissão).

A Atualização Monetária para as Debêntures da 2ª Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão (ou a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série) e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão (ou a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso) e a próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

I. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

II. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

III. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

IV. O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]^{(dup/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

V. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA após a data de subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 2ª Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do respectivo evento ou do fim do prazo de 10 (dez) Dias Úteis mencionado acima, convocar uma Assembleia Geral dos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula 10.1 da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.4 da Escritura de Emissão.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir da data da realização da Assembleia Geral mencionada acima, qual a alternativa escolhida:

- (i) resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série, sem pagamento de prêmio de resgate ou reembolso, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso) atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série (conforme abaixo definidos) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização Monetária da 2ª Série com relação às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou
- (ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o Prazo Médio de Amortização das Debêntures da 2ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da 2ª Série continuará sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão e descrita neste Prospecto, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizado o índice de atualização monetária substitutivo indicado pela totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série na respectiva Assembleia Geral realizada na forma prevista na Escritura de Emissão. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série quanto ao índice de atualização monetária substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

“**Prazo Médio de Amortização das Debêntures da 2ª Série**” equivale à soma (i) do prazo de carência existente entre a Data de Emissão e a primeira data de amortização da 2ª Série, com (ii) a metade do prazo existente entre a primeira data de amortização das Debêntures da 2ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral dos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série.

Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, corrigido pela Atualização Monetária da 2ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis, observadas a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [\text{FatorJuros}-1]\}$$

onde,

J = valor da Remuneração da 2ª Série devida no final de cada Período de Rentabilidade da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série, devidamente atualizado pela Atualização Monetária, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (taxa + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

Taxa = taxa de juros utilizada para cálculo da Remuneração da 2ª Série, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, expressa em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão (ou a data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso), e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, define-se “**Período de Rentabilidade da 2ª Série**” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade da 2ª Série, ou na data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Rentabilidade da 2ª Série, e termina na data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente subsequente, exclusive.

Remuneração das Debêntures da 3ª Série

Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 3ª Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização da 3ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento (“**Atualização Monetária da 3ª Série**”), sendo o produto da Atualização Monetária da 3ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 3ª Série.

A Atualização Monetária da 3ª Série será paga, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista na Cláusula 4.3.3 da Escritura de Emissão (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 3ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA, nos termos do disposto para as Debêntures da 2ª Série.

Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, corrigido pela Atualização Monetária da 3ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis.

O cálculo da Atualização Monetária da 3ª Série e o cálculo da Remuneração da 3ª Série (i) obedecerão as fórmulas utilizadas para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série e da Remuneração da 2ª Série, respectivamente, constante das Cláusulas 4.2.2.2 e 4.2.2.7 da Escritura de Emissão e descritas neste Prospecto, respectivamente, bem como (ii) observarão as disposições constantes das Cláusulas 4.2.2.3 a 4.2.2.6 e 4.2.2.8 da Escritura de Emissão, de forma que o disposto em tais cláusulas será aplicável, *mutatis mutandis*, à Atualização Monetária da 3ª Série e à Remuneração da 3ª Série.

Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures de qualquer série, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração (“**Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**”).

A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os titulares das Debêntures da(s) série(s) objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sem distinção, sendo assegurada a todos os titulares da respectiva série, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate.

A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada, observado o disposto abaixo sobre as informações que devem constar em tal comunicação (“**Comunicação de Resgate**”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado a ser implementado pela Emissora (“**Data de Resgate Antecipado**”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.

Os Debenturistas que, a seu exclusivo critério, optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverão se manifestar perante o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação da Comunicação de Resgate sobre a sua intenção de participar na Oferta Facultativa de Resgate Antecipado na forma prevista na referida Comunicação de Resgate.

O resgate antecipado objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (“**Resgate Antecipado**”) será realizado conforme procedimento adotado pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA. Para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos a serem indicados pelo Escriturador.

Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) a respectiva série das Debêntures que serão resgatadas; (iv) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devidamente atualizado, se for o caso, será acrescido (a) da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da Remuneração até a Data de Resgate Antecipado (“**Valor de Resgate**”), e (b) de prêmio de resgate, se houver; (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado; e (vi) demais informações que forem necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas.

A Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser definida pela Emissora quando da realização da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. O percentual referente a tal parcela mínima deverá estar estipulado na Comunicação de Resgate.

No caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto nas Cláusulas 5.3.1 e Cláusula X da Escritura de Emissão. Ademais, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade; (ii) conforme os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou, ainda, (iii) por meio do Banco Mandatário, no caso de o Debenturista não ter suas respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

Caso, por qualquer razão (i) não haja a realização da Assembleia Geral conforme mencionado acima, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da Data de Resgate Antecipado, ou (ii) ainda que havendo a Assembleia Geral, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio no caso de Resgate Antecipado parcial entre os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, o sorteio relativo ao Resgate Antecipado parcial ocorrerá com relação à totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação da respectiva série.

A CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas pela Companhia sobre o respectivo Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto neste item e na Cláusula V da Escritura de Emissão, serão obrigatoriamente canceladas.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; (iii) ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos ora descritos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas pelos titulares das Debêntures para cobrança de seus créditos.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Imunidade de Debenturista

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor das Debêntures em aberto, apurado conforme previsto na Escritura de Emissão e na forma da lei, e calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses:

I. (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou eventos análogos, tais como, intervenção e/ou liquidação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

II. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, o pagamento da Remuneração nas respectivas datas de pagamento da Remuneração, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;

III. provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão;

IV. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

V. caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto representativas do capital social da Emissora;

VI. extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da Escritura de Emissão, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;

VII. protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data em que tomar conhecimento a esse respeito;

VIII. alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência da Escritura de Emissão, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;

IX. fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora (“**Reorganização**”) que não tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observados os procedimentos de convocação previstos na Escritura de Emissão, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) a Emissora não violará os Índices Financeiros estabelecidos na alínea “XVI” a seguir; e (iii) a receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias), ficando ajustado que os requisitos indicados nos itens (i) a (iii) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das Assembleias Gerais previstas na Escritura de Emissão;

X. pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão;

XI. inadimplemento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de cura específico atribuído em quaisquer dos documentos da Emissão ou, em não havendo prazo de cura específico, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados (i) do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; ou (ii) da data em que tomar ciência da ocorrência de um Evento de Inadimplemento;

XII. caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;

XIII. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta na forma descrita na Escritura de Emissão; e

XIV. não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, sempre quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais da Emissora (“**Índices Financeiros**”). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por, no mínimo, 2 (dois) trimestres consecutivos ou, ainda, por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado):

- (i) o índice obtido pela divisão da Dívida Total pelo EBITDA Ajustado ser menor ou igual a 3,65;
- (ii) o índice obtido pela divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras ser igual ou superior a 1,5;

onde:

- (a) “**Dívida Total**”: em qualquer data de apuração, significa o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, deduzidos os juros acumulados e encargos financeiros;
- (b) “**EBITDA Ajustado**”: em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório do: (I) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro; (II) das Despesas de Depreciação e Amortização ocorridas no período; (III) das Despesas Financeiras deduzidas das Receitas Financeiras; e (IV) de Outras Despesas e Receitas Operacionais; e

(c) “**Despesas Financeiras**”: em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas da variação cambial (diferença de moedas);

XV. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão.

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes dos itens “**VII**” e “**XV**” acima, os valores de referência em reais (R\$) lá constantes deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário ou a Remuneração.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “**I**”, “**II**”, “**IV**” e “**XIII**” acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada um dos referidos itens, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

Na ocorrência dos demais eventos previstos acima (que não sejam os eventos previstos no parágrafo anterior), deverá ser convocada, em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Escritura de Emissão. A Assembleia Geral poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma prevista na Cláusula 10.1 da Escritura de Emissão.

Na Assembleia Geral referida acima, os Debenturistas que representarem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação poderão optar por deliberar pela não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral mencionada acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade de não declarar o vencimento antecipado das Debêntures pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão, mediante comunicação à Emissora nesse sentido.

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e, no caso dos itens “**I**” e “**II**”, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação feita pelo Agente Fiduciário à Emissora acerca da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

No caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

Publicidade

Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo Anúncio de Encerramento e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal “Valor Econômico”, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

Assembleia Geral

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

Convocação

As Assembleias Gerais poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Publicidade”, na página 54 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso de presença da totalidade dos Debenturistas.

As Assembleias Gerais deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

Instalação

As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Deliberações

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e
- II. as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da respectiva série, de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado.

As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

Representantes Legais

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

Comparecimento do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicação da Lei das Sociedades por Ações

Aplica-se às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e dos Coordenadores indicada na seção “Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Agente Fiduciário, dos Consultores Jurídicos e do Auditor Independente”, na página 33 deste Prospecto.

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, a colocação das Debêntures ocorrerá sob regime: (i) de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), exclusivamente em relação às Debêntures da 1ª Série; e (ii) de melhores esforços, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em relação às Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série. As Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, caso fossem emitidas, seriam objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.

Com relação às Debêntures da 1ª Série, os Coordenadores realizarão a colocação, em regime de garantia firme, de maneira individual e não solidária entre eles, de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 1ª Série ("**Debêntures Objeto da Garantia Firme**"), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, na seguinte proporção:

	Volume Total de Garantia Firme
BB-BI	R\$ 250.000.000,00
Bradesco BBI	R\$ 250.000.000,00
Total	R\$ 500.000.000,00

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as Debêntures da 1ª Série objeto da garantia firme que porventura não forem colocadas para investidores, nas condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.

Plano da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual levará em consideração as relações dos Coordenadores com seus clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição, os quais assegurarão: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplar do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, além de pessoas físicas, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Pessoas Vinculadas

Não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, independentemente de sua participação no Procedimento de *Bookbuilding*, uma vez que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.”, na página 71 deste Prospecto Definitivo.

Estabilização de Preços e Liquidez

A Emissora contratará o Banco Bradesco S.A., nos termos da Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, para exercer a atividade de formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures, apenas no ambiente de negociação da CETIP, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovado de comum acordo entre as partes, com a finalidade de: (i) realizar operações destinadas a fomentar a liquidez das Debêntures no mercado secundário; e (ii) proporcionar um preço de referência para a negociação das Debêntures, nos termos das normas aplicáveis.

O formador de mercado (*market maker*) receberá o montante total de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) em parcela única a título de remuneração pela prestação de tal serviço para os 12 (doze) meses iniciais, tendo seu direito de subscrição no âmbito da Oferta limitado à quantidade máxima de 3.000 (três mil) Debêntures de qualquer das séries, perfazendo o montante de até R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), nos termos do Contrato de Formador de Mercado.

Cópia do Contrato de Formador de Mercado poderá ser obtida depois de celebrado junto à Emissora, no endereço indicado na seção “Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Agente Fiduciário, do Consultor Jurídico e do Auditor Independente”, deste Prospecto, bem como junto ao Banco Bradesco S.A., no endereço a ser indicado em comunicado ao mercado que será divulgado pela Emissora, após a celebração do Contrato de Formador de Mercado.

Não será contratado formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures, no ambiente de negociação da BM&FBOVESPA.

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures, exceto o Contrato de Distribuição acima mencionado para fins da garantia firme de colocação.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor público de saneamento. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, iniciada na página 69 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 4 deste Prospecto.

Manifestação de Aceitação à Oferta

A partir da data de publicação do Anúncio de Início, os investidores deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP e da BM&FBOVESPA.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado por escrito a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de comunicação direta por escrito pelos Coordenadores sobre a modificação efetuada, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicado por escrito sobre a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, referido preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente por escrito a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, referido preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, na página 58 deste Prospecto. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o referido preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, referido preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Operações Vinculadas à Oferta

A seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, nas páginas 61 e seguintes deste Prospecto, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, aos Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
1.	RCA da Emissão	13/11/2012
2.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	07/01/2013
3.	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	07/01/2013
4.	Início das apresentações a potenciais investidores	07/01/2013
5.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	14/01/2013
6.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	06/02/2013
7.	Atendimento às exigências da CVM	08/02/2013
8.	Obtenção do registro da Oferta na CVM Publicação do Anúncio de Início	20/02/2013
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta	21/02/2013
10.	Liquidação Financeira das Debêntures da 1ª Série	25/02/2013
11.	Liquidação Financeira das Debêntures da 2ª Série	26/02/2013
12.	Liquidação Financeira das Debêntures da 3ª Série	27/02/2013
13.	Publicação do Anúncio de Encerramento	28/02/2013

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções “Informações Relativas à Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta”, “Informações Relativas à Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta”, “Informações Relativas à Oferta – Modificação da Oferta”, “Informações Relativas à Oferta – Suspensão da Oferta” e “Informações Relativas à Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta” a partir da página 57 deste Prospecto Definitivo. Adicionalmente, as Debêntures objeto de garantia firme poderão vir a ser revendidas ao público pelos Coordenadores, até a publicação do Anúncio de Encerramento.

(3) Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Forma e Preço de Integralização” na página 42 deste Prospecto Definitivo.

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”) e publicados no jornal “Valor Econômico – Edição Nacional”, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://www.sabesp.com.br/>).

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão.

Comissões e Despesas	Montante (em R\$)	% do Valor Total da Emissão
Volume Emissão	1.000.000.000,00	100,00
Comissão de Coordenação e Estruturação	500.000,00	0,05%
Comissão de Colocação	1.000.000,00	0,10%
Comissão de Prestação de Garantia Firme*	500.000,00	0,05%
Total de Comissões	2.000.000,00	0,2000%
Advogados	260.000,00	0,0260%
Serviços de Formador de Mercado (<i>Market Maker</i>)	144.000,00	0,0144%
Agente Fiduciário (anual)	10.000,00	0,0010%
Banco Mandatário (anual)	20.280,00	0,0020%
Rating (anual)	260.000,00	0,0260%
CETIP (anual = ref. 0,00179% mensais)	214.800,00	0,0215%
Taxa de Registro na CVM	248.610,00	0,0249%
Taxa de Registro na ANBIMA	31.000,00	0,0031%
Publicações	83.000,00	0,0083%
Prospectos	10.000,00	0,0010%
Despesas com <i>Roadshow</i>	50.000,00	0,0050%
Outras Despesas	41.000,00	0,0041%
Total das Despesas	1.372.690,00	0,1373%
Total dos Custos	3.372.690,00	0,3373%
Valor Líquido para Emissora	996.627.310,00	99,6627%

* A comissão de garantia firme foi calculada sobre o valor de R\$ 500 milhões, valor relativo à garantia firme.

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento (Em R\$)	Custo por Debênture (Em R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta
100.000	3.372.690,00	33,73	0,3373%

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES

BB - Banco de Investimento S.A. – Coordenador Líder

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, CEP 04538-133.

Banco Bradesco BBI S.A. - Coordenador

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, Cerqueira César, CEP 01310-917.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o Coordenador Líder.

Além do relacionamento referente à Emissão, o BB-BI e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, por meio de operações de banco comercial e/ou banco de investimentos.

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a CAIXA, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à Taxa Referencial emitida pelo Governo Federal, acrescidos de juros de 8,5% ao ano. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

Em março de 2006 o BB-BI atuou como instituição intermediária na estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, tendo sido emitidas R\$ 250 milhões em quotas sênior e R\$ 13 milhões em quotas subordinadas, com rentabilidade correspondente a 100,0% sobre a Taxa DI, adicionada de um cupom prefixado de 0,70% ao ano, com vencimento previsto para março de 2011. O Banco do Brasil S.A. atua como custodiante e agente de subscrição.

Em outubro de 2008, o BB-BI, em conjunto com outras instituições financeiras, atuou como banco coordenador da nona emissão de debêntures simples não conversíveis da Companhia, com valor total de R\$ 220 milhões, divididos em duas séries. A primeira série foi emitida com remuneração estabelecida em Taxa DI acrescido de spread de 2,75% ao ano e prazo de cinco anos e a segunda série foi emitida com remuneração estabelecida em IPCA mais cupom de 12,87% ao ano e prazo de sete anos. A nona emissão de debêntures da Emissora faz parte do segundo programa de distribuição de valores mobiliários da Companhia, arquivado na CVM em outubro de 2008 no montante de até R\$ 3.000.000.000,00. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública, 46.375 debêntures da 1ª série da 9ª emissão da Companhia, no montante de R\$ 46,375 milhões.

Em junho de 2009, o BB-BI atuou como coordenador líder da oferta pública com esforços restritos da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, no montante de R\$ 600 milhões. A oferta consistiu de 30 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de vinte milhões de reais, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% ao ano, base 252 Dias Úteis. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 10 notas promissórias da 3ª emissão da Emissora, no montante de R\$ 200,0 milhões.

Em dezembro de 2009, o BB-BI atuou como coordenador líder da oferta pública com esforços restritos da 4ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, no montante de R\$ 900 milhões. A oferta consistiu de 90 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 3,50% ao ano, base 252 Dias Úteis. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 30 notas promissórias da 4ª emissão da Emissora, no montante de R\$ 300 milhões.

Em março de 2010, o BB-BI atuou como coordenador líder da 11ª emissão de debêntures simples não conversíveis da Companhia, com valor total de R\$ 1.215 milhões, divididos em duas séries. Ambas as séries foram emitidas com remuneração estabelecida em Taxa DI, sendo que a primeira série, acrescido de spread de 1,95% ao ano e prazo de cinco anos e a segunda série, acrescido de spread de 1,40% ao ano e prazo de três anos.

Em agosto de 2010 o BB-BI atuou como coordenador da oferta pública com esforços restritos da 5ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, no montante de R\$ 600 milhões. A oferta consistiu de 60 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, prazo de vencimento de 180 dias e remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 0,65% ao ano, base 252 Dias Úteis. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 20 notas promissórias da 5ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 200,0 milhões.

Em janeiro de 2011, o BB-BI, em conjunto com outras instituições financeiras, atuou como banco coordenador da oferta pública com esforços restritos da 13ª emissão de debêntures simples não conversíveis da Companhia, com valor total de R\$ 600 milhões, em série única. A oferta consistiu de 60 debêntures com vencimento em 29 de agosto de 2012, e remuneração equivalente à Taxa DI, base 252 Dias Úteis, capitalizada das sobretaxas indicadas a seguir conforme o período: (i) durante o período compreendido entre a 11 de janeiro de 2011 e 26 de fevereiro de 2011 (“Primeiro Período de Rentabilidade”) = Taxa DI + 0,65% a.a.; (ii) durante o período de 126 (cento e vinte e seis) dias úteis iniciados ao final do Primeiro Período de Rentabilidade (“Segundo Período de Rentabilidade”) = Taxa DI + 0,75% a.a.; (iii) durante o período de 126 (cento e vinte e seis) dias úteis iniciados ao final do Segundo Período de Rentabilidade (“Terceiro Período de Rentabilidade”) = Taxa DI + 0,85% a.a.; e (iv) durante o período iniciado ao final do Terceiro Período de Rentabilidade e até 29 de agosto de 2012 (“Quarto Período de Rentabilidade”) = Taxa DI + 1,25% a.a. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 20 debêntures da 13ª emissão da SABESP, no montante de R\$ 200,0 milhões.

Em dezembro de 2012, o BB-BI, em conjunto com o Bradesco BBI, atuou como coordenador líder da 16ª emissão de debêntures simples não conversíveis da Companhia, com valor total de R\$ 500 milhões, em série única. A oferta consistiu de 50.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10 mil e prazo de vencimento de 3 anos. A remuneração foi estabelecida em Taxa DI acrescido de spread ou sobretaxas a seguir indicados, conforme o período: (i) 0,30% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre a Data de Emissão, inclusive, e 13 de maio de 2013, exclusive; (ii) 0,38% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de maio de 2013, inclusive, e 13 de novembro de 2013, exclusive; (iii) 0,46% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de novembro de 2013, inclusive, e 13 de maio de 2014, exclusive; (iv) 0,54% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de maio de 2014, inclusive, e 13 de novembro de 2014, exclusive; (v) 0,63% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de novembro de 2014, inclusive, e 13 de maio de 2015, exclusive; e (vi) 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de maio de 2015, inclusive, e a data de vencimento das debêntures da referida 16ª emissão, exclusive. O Banco do Brasil S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 35.000 debêntures da 16ª emissão da Companhia, no montante de R\$ 350,0 milhões.

Além das relações acima descritas, a partir da incorporação do Banco Nossa Caixa S.A. pelo Banco do Brasil S.A., em dezembro de 2009, e por força do Decreto Estadual nº 55.357/2010 que revogou o anterior, o Banco do Brasil S.A. passou a ter exclusividade nos produtos e serviços da Emissora, sendo, então, a Emissora, usuária dos seguintes serviços prestados pelo BB-BI e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico: (i) serviço de recebimento de contas de água e esgoto; (ii) cartões de crédito corporativo; (iii) prestação de serviços de câmbio; (iv) aplicações financeiras; (v) pagamento de fornecedores e salários; e (vi) demais serviços bancários em geral, conforme quadro abaixo:

Modalidade	Valor (R\$)	Data da Contratação	Vencimento	Remuneração
Carta de Crédito Standby	510.000,00	28/12/2010	28/12/2013	-
CDB DI Swap	527.000.000,00	A partir de março de 2011	Até fevereiro de 2016	100% CDI ^(*)
Financiamento – FEHIDRO	71.725,00	02/06/2009	15/01/2013	TJLP + 2,00% aa
Financiamento – FEHIDRO	28.700,00	15/05/2010	15/01/2013	TJLP + 2,00% aa
Financiamento – FEHIDRO	225.840,00	15/05/2010	15/07/2013	TJLP + 2,00% aa
Aplicações Financeiras	883.190.550,00	-	-	Taxa Pós fixada

^(*) Remuneração média

O BB-BI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares, em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Entretanto, não houve, nos últimos 12 meses, por parte do Coordenador Líder ou de outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, negociações com ações da Companhia em percentual superior a 5% do capital social da Emissora, observado que todas as negociações se deram em condições e valores de mercado.

O BB-BI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram em operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia ocorridas nos últimos 12 (doze) meses.

O BB-BI e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do BB-BI como Coordenador da Oferta.

Além dos relacionamentos descritos acima, o BB-BI e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico não tinham, em 31 de dezembro de 2012, qualquer outro relacionamento comercial e/ou financeiro relevante com a Companhia. A Companhia poderá contratar no futuro o BB-BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias à condução de suas atividades.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BRADESCO BBI

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o Bradesco BBI, ou companhias do mesmo grupo.

O Bradesco BBI atuou como Coordenador da 16ª Emissão de Debêntures da Emissora emitidas em 13 de novembro de 2012, com dispensa do registro de emissão sob a Instrução CVM 476 em dezembro de 2012. O Bradesco S.A. adquiriu, no âmbito da oferta pública com esforços restritos, 2.500 debêntures, no montante de R\$ 25,0 milhões.

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira relacionada ao Bradesco BBI, mantém os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia: (i) convênios de serviço de arrecadação de contas de água e esgoto, com data de contratação em 01 de agosto de 2010 e prazo de vigência até 31 de julho de 2015, que, no mês de novembro de 2012 apresentou valor de arrecadação de aproximadamente R\$ 170 milhões; (ii) conta de depósitos à vista para movimentação da Companhia, em montante de aproximadamente R\$ 2 mil em 30 de novembro de 2012, (iii) saldo de bloqueios judiciais em 30 de novembro de 2012 de aproximadamente R\$ 3 mil.

O Bradesco S.A. é prestador de serviço de escrituração de debêntures da 12ª emissão de Debêntures da Emissora.

Além disso, o Banco Bradesco S.A. foi contratado para a atuação como formador de mercado da 15ª Emissão de Debêntures da Emissora e será contratado para atuação como formador de mercado da presente Emissão.

Em 17 de dezembro de 2012, possuía 344 debêntures da Primeira Série e 123 debêntures da Segunda Série da 15ª Emissão e, adicionalmente, 130 debêntures da Segunda Série da 12ª emissão de Debêntures da Companhia.

O Banco Bradesco S.A. não participou de negociações envolvendo valores mobiliários de emissão da Emissora nos últimos 12 meses, exceto: (i) pelas aquisições realizadas em razão do exercício da atividade de formador de mercado; e (ii) pela compra de 400 debêntures e de 130 debêntures da 11ª emissão de debêntures da Emissora em 10 de janeiro de 2012 e 17 de setembro de 2012, respectivamente, e pela venda de 400 debêntures da 11ª emissão de debêntures da Emissora em 17 de agosto de 2012.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Bradesco BBI e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico.

O Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram em operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia ocorridas nos últimos 12 (doze) meses.

O Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 (doze) meses, diretamente mais que 5% do capital social da Companhia.

Não há outros relacionamentos entre o Bradesco BBI e a Companhia que não os mencionados acima.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como Coordenador da Oferta.

A Companhia pode, no futuro, contratar operações financeiras usuais necessárias à condução de suas atividades com o Bradesco BBI.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

A seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, iniciada na página 61 deste Prospecto Definitivo, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Em 13 de novembro de 2012, a Companhia emitiu 50.000 debêntures em sua 16ª emissão, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando a emissão o valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). As debêntures, emitidas em série única, são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária, e foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulação aplicável, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para ao pagamento de compromissos financeiros da Emissora em 2012/2013. Adicionalmente, cumpre destacar que as debêntures emitidas pela Companhia em sua 16ª emissão foram parcialmente subscritas pelos Coordenadores e/ou instituições financeiras ligadas aos Coordenadores, sendo que 35.000 debêntures foram subscritas e integralizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 2.500 debêntures foram subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco S.A.

As debêntures da 16ª emissão tem prazo de vencimento de 3 anos e o seu valor nominal unitário, ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, será amortizado em parcela única, na respectiva data de vencimento. A remuneração das referidas debêntures foi estabelecida em Taxa DI acrescida do spread ou das sobretaxas a seguir indicadas, conforme o período: (i) 0,30% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre a respectiva data de emissão, inclusive, e 13 de maio de 2013, exclusive; (ii) 0,38% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de maio de 2013, inclusive, e 13 de novembro de 2013, exclusive; (iii) 0,46% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de novembro de 2013, inclusive, e 13 de maio de 2014, exclusive; (iv)

0,54% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de maio de 2014, inclusive, e 13 de novembro de 2014, exclusive; (v) 0,63% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de novembro de 2014, inclusive, e 13 de maio de 2015, exclusive; e (vi) 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis, durante o período compreendido entre 13 de maio de 2015, inclusive, e a data de vencimento das debêntures da referida 16ª emissão, exclusive.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para liquidação de compromissos financeiros vincendos em 2013; e (ii) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado das debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Emissora ou outra dívida da Companhia, a seu critério. Valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia.

O impacto na situação patrimonial da Emissora na previsão de destinação dos recursos para pagamento das dívidas elencadas que vencem no curto prazo é o alongamento do seu perfil de dívida com aumento no exigível a longo prazo e a manutenção de sua atual posição de caixa.

Relação de compromissos financeiros da Emissora que poderão ser quitadas, conforme indicado nos incisos (i) e (ii) acima:

a) R\$ 472.499.730,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta reais) serão utilizados para amortização das debêntures da 11ª emissão da Emissora prevista para 01 de março de 2013, sendo R\$ 269.999.730,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta reais) para amortização de 33,3333% das debêntures da respectiva 1ª série e R\$ 202.500.000,00 (duzentos e dois milhões e quinhentos mil reais) para amortização do saldo das debêntures da respectiva 2ª Série. As debêntures da 1ª Série da 11ª Emissão foram emitidas em 01/03/2010, no valor total de R\$ 810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões de reais), com previsão de amortização em três parcelas, com vencimentos em 01/03/2013 (33,3333% do valor da emissão), 01/03/2014 (33,3333% do valor da emissão) e 01/03/2015 (saldo do valor da emissão), sendo que sobre as referidas debêntures incidem juros correspondentes a 100,0% (cem por cento) da Taxa DI-Over, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano. As debêntures da 2ª Série da 11ª Emissão foram emitidas em 01/03/2010, no valor total de R\$ 405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais), com previsão de amortização em duas parcelas iguais, no valor de R\$ 202.500.000,00 (duzentos e dois milhões e quinhentos mil reais) cada, com vencimento em 01/03/2012 e 01/03/2013, sendo que sobre as debêntures da 2ª Série da 11ª Emissão incidem juros correspondentes a 100,00% (cem por cento) da Taxa DI-Over, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano;

b) até R\$ 527.500.270,00 (quinhentos e vinte e sete milhões, quinhentos mil, duzentos e setenta reais), serão utilizados, alternativamente:

b.1) para o resgate antecipado das debêntures da 16ª emissão da Emissora, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com vencimento previsto para novembro de 2015, sendo que o valor excedente da captação, de até R\$ 27.500.270,00 (vinte e sete milhões, quinhentos mil, duzentos e setenta reais), será utilizado para amortização de quaisquer das dívidas descritas no item b.3 abaixo. As debêntures da 16ª Emissão da Companhia foram emitidas em série única em 13/11/2012, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo que sobre as referidas debêntures incidem juros correspondentes a 100,00% (cem por cento) da Taxa DI-Over, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida das seguintes sobretaxas: 0,30% (trinta centésimos por cento) no período de 13/11/2012 a 13/05/2013; 0,38% (trinta e oito centésimos por cento), no período de 13/05/2013 a 13/11/2013; 0,46% (quarenta e seis

centésimos por cento), no período de 13/11/2013 a 13/05/2014; 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento), no período de 13/05/2014 a 13/11/2014; 0,63% (sessenta e três centésimos por cento), no período de 13/11/2014 a 13/05/2015; e 0,70% (setenta centésimos por cento), no período de 13/05/2015 a 13/11/2015. Os recursos captados na 16ª Emissão foram destinados ao pagamento de compromissos financeiros da Emissora em 2012 e 2013; ou

b.2) para o resgate antecipado do saldo das debêntures da 1ª série da 11ª emissão da Emissora, no valor de R\$ 540.000.270,00 (quinhentos e quarenta milhões, duzentos e setenta reais), com vencimento da última parcela de amortização previsto para março de 2015, sendo que o valor excedente para este resgate, equivalente a R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais), será pago com recursos próprios da Companhia. As características das debêntures da 1ª Série da 11ª Emissão estão descritas no item “a” acima, sendo que, na opção de resgate antecipado descrita no presente item, seriam resgatadas antecipadamente as parcelas das debêntures da 1ª Série da 11ª Emissão com vencimento em 01/03/2014 e 01/03/2015; ou

b.3) para a amortização das operações descritas abaixo, pelos valores a seguir demonstrados, relativos à parcela a ser amortizada no ano de 2013, no valor total de R\$ 532.933.792,15 (quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e quinze centavos), sendo que o valor excedente para essas amortizações, equivalente a R\$ 5.433.522,15 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais e quinze centavos), será suprido com recursos próprios da Emissora:

- (i) União Federal/Banco do Brasil S.A., no valor total de R\$ 380.631.470,75 (trezentos e oitenta milhões, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), referente ao refinanciamento de contratos realizado com a Caixa Econômica Federal, Governo Federal e Banco do Brasil em março de 1994, com vencimento final em 2014, com pagamento mensal dos valores de principal e juros, indexados pela variação da UPR – Unidade Padrão de Referência, igual à TR – Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano;
- (ii) Caixa Econômica Federal - Financiamentos, no valor total de R\$ 116.067.825,63 (cento e dezesseis milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e três centavos), referentes a diversos contratos de financiamento (Programa Pró-Saneamento), com vencimentos até junho de 2032, acrescidos de juros ponderados de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, além da variação da UPR; e
- (iii) 10ª emissão de debêntures – BNDES, no valor total de R\$ 36.234.495,77 (trinta e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos), compreendendo as amortizações previstas para o ano de 2013, sendo que as debêntures da 1ª e da 3ª Séries da 10ª emissão fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios calculados sobre a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) acrescido de uma sobretaxa de 1,92% (um inteiro e noventa e dois centésimos por cento) ao ano com vencimento em 15/11/2020, enquanto as debêntures da 2ª Série da 10ª emissão fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de uma sobretaxa de 9,53% (nove inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) ao ano, com vencimento em 15/12/2020.

c) valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho, da geração operacional de caixa e da posição de caixa da Emissora após os eventos descritos abaixo, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes (considerando seu endividamento líquido, assim entendido como seus passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos de seu saldo de caixa e equivalentes de caixa).

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora nos períodos de 9 (nove) meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e em 30 de setembro de 2011, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2012	9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2011	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010
	(em R\$ mil)			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.871.393	1.901.215	2.717.058	2.083.049
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(1.358.239)	(1.234.609)	(2.008.278)	(2.091.369)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(885.437)	(389.874)	(547.970)	1.226.491
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	(372.283)	276.732	160.810	1.218.171

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora incorporadas a este Prospecto Definitivo por referência e disponíveis no *website* da CVM. Para mais informações de acesso no *website* da CVM, vide seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, subseções “Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010” e “Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e de 2011”, na página 4 deste Prospecto Definitivo.

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o quadro 10.1 do Formulário de Referência da Emissora, incorporado a este Prospecto Definitivo por referência e disponível nos *websites* da CVM e da ANBIMA. Para mais informações de acesso em cada um desses *websites*, vide seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, subseção “Formulário de Referência da Emissora”, na página 4 deste Prospecto Definitivo.

As tabelas a seguir apresentam o valor do caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto e longo prazos, dos dividendos e juros sobre o capital próprio, do patrimônio líquido e da capitalização em 30 de setembro de 2012, baseado nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas históricas:

- A. com base em dados históricos reais;
- B. ajustados para refletir:
- os recursos obtidos com a emissão de debêntures não conversíveis em ações, da 16ª emissão da Companhia, no valor total principal de R\$ 500 milhões em dezembro de 2012, líquido de comissões e despesas, no valor de R\$ 0,5 milhões.
- C. conforme o ajuste adicional relativo à venda das Debêntures e o recebimento dos respectivos recursos após a dedução de comissões e despesas que a Emissora deve pagar aos Coordenadores.

Para o período findo em 30 de setembro de 2012

	A – Histórico	B – Ajustado I⁽⁴⁾	C – Ajustado II⁽⁵⁾	D – Ajustado III⁽⁶⁾
	(em milhões de reais)			
Caixa e equivalentes de caixa	1.777,7	1.777,7	1.777,7	1.777,7
Dívida de curto prazo ⁽¹⁾	1.316,5	817,0	344,5	0,00
Dívida de longo prazo ⁽²⁾	7.269,6	7.769,1	8.241,6	8.586,1
Total da dívida	8.586,1	8.586,1	8.586,1	8.586,1
Patrimônio líquido	11.404,2	11.404,2	11.404,2	11.404,2
Capitalização total ⁽³⁾	19.990,3	19.990,3	19.990,3	19.990,3

(1) Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures circulantes, mais a parcela de curto prazo da dívida de longo prazo.

(2) Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures não circulantes, excluindo a respectiva parcela de curto prazo.

(3) A capitalização total corresponde à soma da dívida total e patrimônio líquido.

(4) Ajustado em razão da subscrição e integralização das debêntures da 16ª emissão da Companhia, realizada em 17 de dezembro de 2012, no valor líquido de R\$ 499,50 milhões, e sua respectiva utilização na liquidação de dívidas e compromissos vencidos em 2012/2013.

(5) Ajustado em razão da realização da Oferta, relativamente à destinação dos recursos descrita na seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, itens (a) e (b.1) ou (b.2), nas páginas 63 e 64 deste Prospecto Definitivo, deduzidos os custos de captação.

(6) Ajustado em razão da realização da Oferta, relativamente à destinação dos recursos descrita na seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos”, item (a) e (b.3), nas páginas 63 e 64 deste Prospecto Definitivo, deduzidos os custos de captação.

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incorporadas a este Prospecto Definitivo por referência e disponíveis no *website* da CVM. Para mais informações de acesso no *website* da CVM, vide seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, subseções “Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010” e “Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e de 2011”, na página 4 deste Prospecto Definitivo.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência da Companhia, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia. A leitura deste Prospecto Definitivo não substitui a leitura do Formulário de Referência da Companhia.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste país que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há como garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

As Debêntures são da espécie quirografária.

As Debêntures não contarão com qualquer garantia ou preferência em relação aos demais credores da Emissora, pois são da espécie quirografária. Dessa forma, na hipótese de liquidação da Emissora, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Emissora e somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Emissora em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de liquidação da Emissora, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua pronta alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem eventualmente sofrer prejuízo financeiro.

O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída à Oferta poderá dificultar futuras captações de recursos pela Companhia, bem como acarretar a redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Companhia.

A classificação de risco atribuída à Oferta baseou-se na condição econômica, financeira e operacional da Emissora na data do Prospecto Preliminar e nas informações constantes do Formulário de Referência da Emissora na data do Prospecto Preliminar, bem como nas características da Emissão, nas obrigações assumidas pela Emissora e nos fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Não existe garantia de que a classificação de risco atualmente atribuída à Oferta permanecerá inalterada durante todo o prazo de vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Companhia e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta. Da mesma forma, eventual rebaixamento na classificação de risco originalmente atribuída poderá reduzir a liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário, o que, consequentemente, poderá resultar em prejuízo financeiro aos Debenturistas que optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil, tais como entidades de previdência complementar, estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação às Debêntures, de forma automática ou não, tal como o não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência do vencimento antecipado de suas obrigações no âmbito da Emissão, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos Debenturistas e à Companhia. Para descrição completa dos Eventos de Inadimplemento, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, nas páginas 52 a 54 deste Prospecto Definitivo.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures da 1ª Série pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da taxa divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas com base na Taxa DI. Assim, embora a referida súmula não vincule as decisões do Poder Judiciário, há a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da 1ª Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos Debenturistas da 1ª Série uma remuneração inferior à Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da 1ª Série.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI Over ou do IPCA.

Na hipótese de os Debenturistas da 1ª Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração da 1ª Série, em substituição à Taxa DI, caso esta se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, com o seu consequente cancelamento.

Igualmente, na hipótese de os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série ou de Debêntures da 3ª Série, reunidos nas respectivas Assembleias Gerais, convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série ou da Atualização Monetária da 2ª Série em substituição ao IPCA, caso este se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série ou das Debêntures da 3ª Série ou apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação ou das Debêntures da 3ª Série em Circulação, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Em decorrência do resgate ou amortização das Debêntures em qualquer das situações acima, os titulares das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar aplicação de alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento original. Além disso, por tratar-se de situação alheia a vontade da Companhia, não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures das respectivas séries na ocorrência do resgate antecipado em questão.

Tendo em vista que as Debêntures serão distribuídas sob os regimes de garantia firme e melhores esforços, é possível que a Companhia não consiga distribuir a totalidade das Debêntures. Neste caso, a Companhia poderá não ter recursos suficientes para atender à destinação de recursos da presente Emissão.

As Debêntures serão distribuídas sob os regimes de garantia firme e melhores esforços, com alocação de volume entre as séries no sistema de vasos comunicantes, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, admitindo-se a colocação parcial das Debêntures e, neste caso, a redução do volume total da Oferta. Assim, a Companhia não pode assegurar que as Debêntures serão efetivamente colocadas na sua totalidade nem que as Debêntures da 1ª Série (que contarão com garantia firme) serão emitidas.

Caso ocorra a distribuição parcial das Debêntures, conforme mencionado acima, o volume total captado pela Emissora por meio da Oferta será inferior ao volume que a Emissora pretendia captar inicialmente. Neste caso, a Emissora poderá não conseguir, exclusivamente com os recursos obtidos por meio da Oferta: (i) liquidar determinados compromissos financeiros vincendos no curto prazo (*i.e.*, amortização das debêntures da 11ª emissão), caso a captação seja inferior a R\$500 milhões; e/ou (ii) resgatar antecipadamente as debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Emissora ou outra(s) dívida(s) da Companhia, a seu critério, ambas as situações previstas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 65 deste Prospecto. Ocorrendo qualquer dessas hipóteses, a Emissora terá que utilizar recursos próprios e/ou encontrar fontes alternativas de financiamento (sendo que no caso de novos financiamentos, as condições contratadas poderão ser menos favoráveis do que aquelas atualmente contratadas pela Emissora) para quitar suas obrigações de curto e/ou longo prazos, o que poderá resultar em um impacto negativo relevante nos resultados operacionais da Emissora.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.

A remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas até o limite de 15% (quinze por cento) do total das Debêntures. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderão investir nas Debêntures, o que poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding* e na liquidez esperada das Debêntures.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto Definitivo podem não ser precisas.

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, e em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

Poderá haver conflito de interesses entre os Coordenadores e os investidores da Oferta, tendo em vista que os Coordenadores, ou sociedade(s) do(s) seu(s) conglomerados, são titulares de debêntures da 11ª emissão de debêntures da Emissora e/ou de debêntures da sua 16ª emissão, as quais serão ou poderão ser, conforme o caso, resgatadas pela Emissora com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão parcialmente destinados à amortização de debêntures da 11ª emissão pública da Companhia e poderão também ser utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 11ª emissão das debêntures da 16ª emissão da Companhia, que são de titularidade de diversos investidores, dentre os quais os Coordenadores, ou sociedade(s) do(s) seu(s) conglomerado(s). Assim, o interesse dos Coordenadores em realizar a Oferta, de forma que a Emissora capte recursos suficientes para promover os referidos resgates antecipados, poderá conflitar com o interesse dos investidores a quem as Debêntures forem ofertadas. Para mais informações sobre a destinação dos recursos obtidos com a integralização das Debêntures, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos” na página 63 deste Prospecto Definitivo.

A Oferta será realizada em três séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries será efetuada com base no sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries se deu por meio do sistema de vasos comunicantes, sendo que a garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores será exercida exclusivamente com relação às Debêntures alocadas na 1ª série da Emissão e limitada ao montante de R\$500.000.000,00, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores. Caso, após o Procedimento de *Bookbuilding*, seja verificada uma demanda menor para uma das séries, referida série poderá ter sua liquidez no mercado secundário afetada adversamente. Dessa forma, os Debenturistas de tal série poderão ter maior dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la e, conseqüentemente, podem vir a sofrer prejuízo financeiro.

ANEXOS

- ANEXO I** - Estatuto Social da Emissora
- ANEXO II** - Deliberações Societárias sobre a Emissão e a Oferta
- ANEXO III** - Escritura de Emissão
- ANEXO IV** - Relatórios de Classificação de Risco das Debêntures
- ANEXO V** - Declaração da Emissora, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- ANEXO VI** - Declaração da Emissora, para Fins do Anexo II, Item nº 11, da Instrução CVM 400
- ANEXO VII** - Declaração da Emissora Referente à Adequação à Definição de Emissora com Grande Exposição ao Mercado
- ANEXO VIII** - Declaração do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO

ARTIGO 1º - A sociedade por ações denominada COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP é parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente estatuto, pela Lei Federal nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo primeiro – Sendo esta companhia listada no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (Regulamento do Novo Mercado).

Parágrafo segundo – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Parágrafo terceiro – O prazo de duração da companhia é indeterminado.

Parágrafo quarto – A companhia tem sede na Rua Costa Carvalho, 300, na Capital do Estado de São Paulo.

Parágrafo quinto – Na medida em que for necessário para consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a companhia poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

ARTIGO 2º - Constitui o principal objeto social da companhia a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços.

Parágrafo único – Para consecução do objeto social, a companhia poderá constituir subsidiárias integrais, participar de fundos de investimento e associar-se, por qualquer forma, com outras

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 1 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive mediante formação de consórcio ou subscrição de parcela minoritária ou majoritária do capital social.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 227.836.623 (duzentos e vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e três) ações, exclusivamente, ordinárias de classe única, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo primeiro - Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Parágrafo segundo - É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Parágrafo terceiro - A companhia poderá cobrar diretamente do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela regulamentação vigente, assim como autorizar a mesma cobrança por instituição depositária encarregada da manutenção do registro de ações escriturais.

ARTIGO 4º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 5º - A assembleia geral será convocada, instalada e deliberará, na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da companhia.

Parágrafo primeiro - A assembleia geral também poderá ser convocada pelo presidente do conselho de administração ou pela maioria dos conselheiros em exercício.

Parágrafo segundo - A assembleia geral será presidida, preferencialmente, pelo presidente do conselho de administração ou, na sua falta, por qualquer outro conselheiro presente; fica facultado ao presidente do conselho de administração indicar o conselheiro que deverá substituí-lo na presidência da assembleia geral.

Parágrafo terceiro - O presidente da assembleia geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais secretários, facultada a utilização de assessoria própria na companhia.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 2 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo quarto – A ata da assembleia geral será lavrada na forma de sumário, conforme previsto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo quinto – Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em assembleia geral deverão ser disponibilizados aos acionistas na sede social e na BM&FBOVESPA, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação.

Parágrafo sexto – A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da assembleia geral, mediante a apresentação do documento de identidade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais informando o respectivo número e, no caso de constituição de procurador, do competente instrumento de mandato com firma reconhecida e outorgado há menos de um ano.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 6º - A companhia será administrada pelo conselho de administração e pela diretoria.

CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 7º - O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da companhia.

Composição, investidura e mandato

ARTIGO 8º - O conselho de administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) membros, eleitos e destituíveis pela assembleia geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, permitida a reeleição.

Parágrafo primeiro – O diretor presidente da companhia integrará o conselho de administração, mediante eleição em assembleia geral.

Parágrafo segundo – Caberá à assembleia geral que eleger o conselho de administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste estatuto, e designar o seu presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do diretor presidente da companhia que for eleito conselheiro.

Parágrafo terceiro – No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros de administração deverão ser independentes, de acordo com a definição constante do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado independente o membro eleito por acionistas minoritários, nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei 6.404/76.

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 3 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo quarto – Quando a aplicação do percentual mínimo referido no parágrafo anterior resultar número fracionário de conselheiros de administração, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), ou imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo quinto – A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

ARTIGO 9º - Fica assegurada a participação de um representante dos empregados no conselho de administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.

Parágrafo primeiro – O conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta organizada pelas entidades sindicais que os representem, com a colaboração da companhia, quando solicitada.

Parágrafo segundo – O regimento interno do conselho de administração poderá estabelecer requisitos de elegibilidade e outras condições para o exercício do cargo de representante dos empregados.

ARTIGO 10 - A investidura no cargo de conselheiro de administração fica condicionada à celebração de Termo de Compromisso perante o Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – Codec.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica ao conselheiro de administração representante dos empregados, ao que tenha sido eleito por acionistas minoritários e ao que, não obstante eleito pelo Estado, seja considerado independente nos termos deste estatuto ou da legislação específica.

Vacância e substituições

ARTIGO 11 - Ocorrendo a vacância de algum cargo de conselheiro de administração antes do término do mandato, a assembleia geral será convocada para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

Funcionamento

ARTIGO 12 - O conselho de administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da companhia.

Parágrafo primeiro – As reuniões do conselho de administração serão convocadas pelo seu presidente, ou pela maioria dos conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - Codec, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e a indicação dos assuntos a serem tratados.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 4 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo segundo – O presidente do conselho de administração deverá zelar para que os conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados, incluindo, quando for o caso, a proposta da diretoria e as manifestações de caráter técnico e jurídico.

Parágrafo terceiro – As reuniões do conselho de administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, cabendo a presidência dos trabalhos ao presidente do conselho de administração ou, na sua falta, a outro conselheiro por ele indicado.

Parágrafo quarto – Quando houver motivo de urgência, o presidente do conselho de administração poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

Parágrafo quinto – O conselho de administração deliberará por maioria de votos dos presentes à reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do conselheiro que estiver presidindo os trabalhos.

Parágrafo sexto – As reuniões do conselho de administração serão secretariadas por quem o seu presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, devendo ser encaminhada uma cópia ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – Codec, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua aprovação.

Parágrafo sétimo – Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro do comércio e publicado.

Atribuições

ARTIGO 13 – Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao conselho de administração:

- I aprovar o planejamento estratégico contendo as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho;
- II aprovar programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos;
- III aprovar o orçamento de dispêndios e investimento da companhia, com indicação das fontes e aplicações de recursos;
- IV acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 5 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- V definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da companhia e o seu objeto social;
- VI deliberar sobre política de preços e de tarifas dos bens e serviços fornecidos pela companhia, respeitado o marco regulatório do respectivo setor;
- VII autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações;
- VIII deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização;
- IX fixar o limite máximo de endividamento da companhia;
- X deliberar sobre emissão de debêntures simples não conversíveis em ações e sem garantia real e, em relação às demais espécies de debêntures, sobre as condições mencionadas no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;
- XI deliberar sobre a declaração de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado de exercício em curso, de exercício findo ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da assembleia geral;
- XII deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de cargos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados;
- XIII autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;
- XIV autorizar a constituição de subsidiária integral ou a participação no capital de outras sociedades, ressalvada a competência da assembleia geral prevista no artigo 256 da Lei nº 6.404/76;
- XV aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da companhia;
- XVI conceder licenças aos diretores, observada a regulamentação pertinente;
- XVII aprovar o seu regimento interno, o da diretoria e o do comitê de auditoria;
- XVIII autorizar a companhia a adquirir suas próprias ações, observada a legislação vigente e ouvindo-se previamente o conselho fiscal;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 6 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- XIX manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da diretoria ou assunto a ser submetido à assembleia geral;
- XX avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante;
- XXI determinar a orientação a ser seguida pelo representante da companhia nas assembleias gerais das sociedades de cujo capital participe;
- XXII avaliar os principais riscos da empresa e verificar a eficácia dos procedimentos de gestão e controle.
- XXIII manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à companhia; (iv) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- XXIV definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de instituições e/ou empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da companhia, nos casos de Oferta Pública de Aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI DIRETORIA

Composição e mandato

ARTIGO 14 - A diretoria será composta por 6 (seis) membros, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo primeiro – São atribuições do diretor presidente:

- I representar a companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir para esse fim, procurador com poderes especiais, inclusive poderes para receber citações iniciais e notificações, observado o artigo 18 deste estatuto;
- II convocar e presidir as reuniões da diretoria;

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 7 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23 04 2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- III coordenar as atividades da diretoria;
- IV expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da diretoria ou que delas decorram;
- V coordenar a gestão ordinária da companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela assembleia geral, pelo conselho de administração e pela diretoria colegiada;
- VI coordenar as atividades dos demais diretores;
- VII presidir o comitê de assuntos regulatórios;
- VIII coordenar, avaliar e controlar as funções relativas a:
 - a) gabinete da presidência;
 - b) planejamento integrado, gestão e organização empresarial;
 - c) comunicação;
 - d) negociação de concessões;
 - e) auditoria; e
 - f) ouvidoria.

Parágrafo segundo – São atribuições do diretor de gestão corporativa:

- I processos comerciais e relacionamento com os clientes;
- II recursos humanos, qualidade e responsabilidade social;
- III tecnologia da informação;
- IV patrimônio;
- V serviços jurídicos; e
- VI suprimentos e contratações.

Parágrafo terceiro – São atribuições do diretor econômico-financeiro e de relações com investidores:

- I planejamento, arrecadação e suprimento de recursos financeiros;
- II controladoria;
- III contabilidade;
- IV relações com os investidores;

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 8 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC



ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- V operações no mercado de capitais e outras operações financeiras;
- VI controle do endividamento;
- VII governança corporativa.
- VIII custos e tarifas;
- IX integrar o comitê de assuntos regulatórios e implantar na diretoria as diretrizes definidas pelo comitê, com apoio da superintendência de assuntos regulatórios.

Parágrafo quarto – São atribuições do diretor de tecnologia, empreendimentos e meio ambiente:

- I meio ambiente;
- II desenvolvimento operacional e tecnológico;
- III controle da qualidade do produto água e esgotos;
- IV empreendimentos; e
- V projetos especiais.

Parágrafo quinto – São atribuições do diretor metropolitano, na área metropolitana de São Paulo, e do diretor de sistemas regionais, nas demais áreas do Estado de São Paulo de atuação da companhia:

- I operação, manutenção e execução de obras e serviços nos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, inclusive por atacado;
- II serviços comerciais e de atendimento ao público;
- III controle do desempenho econômico-financeiro e operacional das suas unidades de negócio;
- IV integrar o comitê de assuntos regulatórios e implantar nas respectivas diretorias as diretrizes regulatórias definidas pelo comitê, com apoio da superintendência de assuntos regulatórios;
- V assessoramento a municípios autônomos em sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários;
- VI negociação de concessões junto aos titulares dos serviços; e

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 9 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- VII negociação com a comunidade e prefeituras, visando harmonizar os interesses dos seus clientes e da companhia.

Vacância e substituições

ARTIGO 15 - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o diretor presidente designará outro membro da diretoria para cumular as funções.

Parágrafo único - Nas suas ausências e impedimentos temporários, o diretor presidente será substituído pelo diretor por ele indicado e, se não houver indicação, pelo diretor responsável pela área financeira.

Funcionamento

ARTIGO 16 - A diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do diretor presidente ou de outros dois diretores quaisquer.

Parágrafo primeiro - As reuniões da diretoria colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do diretor presidente.

Parágrafo segundo - As deliberações da diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

Parágrafo terceiro - O diretor presidente poderá, no ato de convocação para a reunião, facultar a participação dos diretores por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto; o diretor que participar virtualmente da reunião será considerado presente e seu voto válido para todos os efeitos legais, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

Atribuições

ARTIGO 17 - Além das atribuições definidas em lei, compete à diretoria colegiada:

- I elaborar e submeter à aprovação do conselho de administração:
- a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e plurianuais;
 - b) o plano estratégico, metas e índices, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da companhia com os respectivos projetos;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 10 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23 04 2012.DOC DOC



ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- c) o orçamento da companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos bem como suas alterações;
- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da companhia;
- e) relatórios trimestrais da companhia acompanhados das demonstrações financeiras;
- f) anualmente, o relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal e a proposta de destinação do resultado do exercício;
- g) balanços intermediários ou intercalares, trimestralmente;
- h) proposta de aumento do capital e de reforma do estatuto social, ouvido o conselho fiscal, quando for o caso;
- i) proposta da política de pessoal;
- j) o regimento interno da diretoria;

II aprovar:

- a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b) o plano de contas;
- c) o plano anual de seguros da companhia;
- d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com atividades da companhia e que não seja de competência privativa do diretor presidente, do conselho de administração ou da assembleia geral;
- e) outros regulamentos da companhia, que não sejam da competência privativa do conselho de administração;

III autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei e pelo conselho de administração, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo diretor presidente ou qualquer outro diretor;

IV autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem prejuízo da competência atribuída pelo estatuto ao conselho de administração, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 11 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.BOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo único – O regimento interno da diretoria poderá detalhar as atribuições individuais de cada diretor, assim como condicionar a prática de determinados atos compreendidos nas áreas de competência específica à prévia autorização da diretoria colegiada.

Representação da companhia

ARTIGO 18 - A companhia obriga-se perante terceiros (i) pela assinatura de dois diretores, sendo um necessariamente o diretor presidente ou o diretor responsável pela área financeira; (ii) pela assinatura de um diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; (iii) pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; (iv) pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos.

Parágrafo único – Os instrumentos de mandato serão outorgados com prazo determinado de validade e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.

CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL

ARTIGO 19 – A companhia terá um conselho fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei.

ARTIGO 20 – O conselho fiscal será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária, permitida a reeleição.

Parágrafo único – Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o respectivo suplente.

ARTIGO 21 – O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela diretoria, lavrando-se ata em livro próprio.

CAPÍTULO VIII REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Posse, impedimentos e vedações

ARTIGO 22 – Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar, mediante a apresentação de *curriculum* ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – Codec, que possuem capacidade profissional, técnica ou administrativa, experiência compatível com o cargo, idoneidade moral e reputação ilibada.

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 12 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC



ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se somente aos membros eleitos pelo acionista controlador.

ARTIGO 23 – Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no respectivo livro de atas, e do respectivo termo de anuência, conforme modelo estabelecido no Regulamento do Novo Mercado, bem como o atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo primeiro – O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita.

Parágrafo segundo – A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.

ARTIGO 24 – Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a investidura dos respectivos substitutos.

Remuneração e licenças

ARTIGO 25 – A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela assembleia geral e não haverá acumulação de proventos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausências ou impedimentos temporários, nos termos deste estatuto.

Parágrafo único – Fica facultado ao diretor, que na data da posse pertença ao quadro de empregados da companhia, optar pelo respectivo salário.

ARTIGO 26 – Os diretores poderão solicitar ao conselho de administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, a qual deverá ser registrada em ata.

CAPÍTULO IX EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 27 – O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 28 – As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 13 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

Parágrafo primeiro – O dividendo poderá ser pago pela companhia sob a forma de juros sobre o capital próprio.

Parágrafo segundo – A companhia poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, trimestralmente, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio.

Parágrafo terceiro – Os dividendos aprovados não vencem juros e os que não forem reclamados dentro de 03 (três) anos da data da assembleia geral que os aprovou prescreverão em favor da companhia.

Parágrafo quarto – O conselho de administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva para investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios:

- I seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos, e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

CAPÍTULO X LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 29 – A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à assembleia geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração.

CAPÍTULO XI MECANISMO DE DEFESA

ARTIGO 30 – A companhia assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de escritório de advocacia externo, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 14 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC 006

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo primeiro – A mesma proteção fica estendida aos empregados, prepostos e mandatários da companhia que tenham atuado nos limites dos poderes a eles conferidos, na forma do artigo 18 deste estatuto.

Parágrafo segundo – A companhia deverá manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo.

Parágrafo terceiro – A contratação buscará assegurar a continuidade da defesa técnica, pelo mesmo escritório de advocacia que a tiver iniciado em relação a determinado agente, até o final do respectivo processo, ressalvada a faculdade de o agente optar por outro escritório de advocacia que venha a ser também contratado pela companhia para a mesma finalidade.

Parágrafo quarto – Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela companhia, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela companhia, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo conselho de administração quanto à sua razoabilidade.

Parágrafo quinto – A companhia assegurará a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, bem como arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância.

Parágrafo sexto – O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir a companhia dos valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse da companhia.

Parágrafo sétimo – A companhia poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções.

CAPÍTULO XII COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 31 – A companhia terá um comitê de auditoria composto por 3 (três) conselheiros de administração, que poderão exercer seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos e que atendam cumulativamente aos requisitos de (i) independência, (ii) conhecimento técnico e (iii) disponibilidade de tempo.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 15 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

Parágrafo primeiro – Todos os integrantes do comitê de auditoria deverão atender aos requisitos de independência previstos na legislação pertinente, sem prejuízo das exonerações porventura admitidas.

Parágrafo segundo – Todos os integrantes do comitê de auditoria deverão ter conhecimento técnico suficiente em matéria contábil e financeira, sendo recomendável que pelo menos um deles também seja versado nas normas de contabilidade internacionalmente aceitas e tenha experiência em análise, preparação e avaliação de demonstrações financeiras, conhecimento de controles internos e de políticas de divulgação de informações ao mercado.

Parágrafo terceiro – A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais.

ARTIGO 32 – Os membros do comitê de auditoria poderão ser indicados simultaneamente à sua eleição para o conselho de administração ou por deliberação posterior desse conselho.

Parágrafo único – Os integrantes do comitê de auditoria exercerão a função enquanto perdurar o respectivo mandato de conselheiro de administração ou até deliberação em contrário da assembleia geral, ou do próprio conselho de administração.

ARTIGO 33 – Compete ao comitê de auditoria:

- I avaliar as diretrizes do processo de contratação de empresa de auditoria independente bem como outras condições da prestação dos serviços, recomendando ao conselho de administração a contratação;
- II propor justificadamente a substituição da empresa de auditoria independente;
- III manifestar-se previamente sobre a contratação de outros serviços da empresa de auditoria independente, ou de empresas a ela vinculadas, que não estejam compreendidos nas atividades típicas de auditoria;
- IV opinar, a qualquer momento, sobre a atuação das áreas de contabilidade e de auditoria interna, propondo à diretoria as medidas que julgar cabíveis;
- V articular-se diretamente com a auditoria interna e com os auditores independentes, acompanhando os respectivos trabalhos, em conjunto com a diretoria econômico-financeira e de relações com investidores;
- VI examinar os relatórios da auditoria interna e dos auditores independentes antes de serem submetidos ao conselho de administração;
- VII zelar pela adequação dos recursos materiais postos à disposição da auditoria interna;

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 16 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23 04 2012.DOC.DOC



ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

- VIII acompanhar a elaboração das demonstrações financeiras trimestrais, intermediárias ou intercalares e anuais, buscando assegurar a sua integridade e qualidade, reportando ao conselho de administração quando necessário;
- IX avaliar permanentemente as práticas contábeis, os processos e controles internos adotados pela companhia, buscando identificar assuntos críticos, riscos financeiros e potenciais contingências e propondo os aprimoramentos que julgar necessários;
- X acompanhar as atividades de *compliance* da companhia;
- XI solicitar a contratação de serviços especializados para apoiar as atividades do comitê de auditoria, cuja remuneração será suportada pela companhia, dentro do seu orçamento anual aprovado;
- XII receber e processar denúncias e reclamações de terceiros sobre assuntos relacionados com contabilidade, controles contábeis internos e auditoria.

Parágrafo primeiro – O comitê de auditoria deliberará pela maioria de seus membros, sem prejuízo da faculdade de seus integrantes solicitarem individualmente informações e examinarem os livros, documentos e papéis da companhia.

Parágrafo segundo – Os relatórios produzidos pela auditoria interna e pela empresa de auditoria externa serão sempre encaminhados simultaneamente à diretoria e aos integrantes do comitê de auditoria.

ARTIGO 34 – O comitê de auditoria elaborará o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do conselho de administração.

Parágrafo único – O regimento interno poderá ampliar as competências do comitê de auditoria, cabendo-lhe ainda dispor sobre a realização de reuniões periódicas, a forma de registro de suas manifestações e deliberações, além de outros assuntos considerados pertinentes ao bom andamento dos trabalhos.

ARTIGO 35 – A remuneração dos integrantes do comitê de auditoria será diferenciada em relação à dos demais conselheiros de administração, em função da maior dedicação e responsabilidades assumidas.

ARTIGO 36 – O comitê de auditoria terá orçamento anual próprio aprovado pelo conselho de administração.

Parágrafo único – A diretoria deverá disponibilizar imediatamente os recursos financeiros solicitados pelo comitê de auditoria para desempenho de suas funções, até o limite do orçamento aprovado.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 17 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

CAPÍTULO XIII COMITÊ DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS

ARTIGO 37 – O comitê de assuntos regulatórios é um órgão colegiado composto pelo diretor presidente e pelos diretores (1) econômico-financeiro e de relações com investidores, (2) metropolitano e (3) de sistemas regionais, encarregado de definir as diretrizes, estratégias e orientações de regulação da companhia e coordenar os trabalhos da Superintendência de Assuntos Regulatórios, ressalvada a competência do conselho de administração.

Parágrafo primeiro – O diretor presidente presidirá o comitê e proporá seu regimento interno a ser aprovado pelo colegiado.

Parágrafo segundo – O superintendente de assuntos regulatórios será o secretário executivo do comitê e integrará suas reuniões.

Parágrafo terceiro – As deliberações do órgão terão caráter vinculante, cabendo às diretorias implementá-las no âmbito de suas competências.

Parágrafo quarto – As diretorias que não fazem parte do colegiado deverão ser consultadas previamente quando os temas envolverem atividades de sua responsabilidade.

ARTIGO 38 – O comitê de assuntos regulatórios reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de quaisquer de seus membros.

CAPÍTULO XIV ARBITRAGEM

ARTIGO 39 - A companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XV ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E CANCELAMENTO DO REGISTO DE COMPANHIA ABERTA

ARTIGO 40 - A alienação do controle acionário da companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 18 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

aquisição das ações dos demais acionistas da companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo primeiro – A companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o competente Termo de Anuência dos Controladores, exigido pelo Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo segundo – Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da companhia enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 41 – A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada nos casos em que:

- I houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da companhia; e
- II houver alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

ARTIGO 42 – Aquele que adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- I efetivar a oferta pública referida no artigo 40 deste estatuto; e
- II pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento.

Parágrafo único – A referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

ARTIGO 43 – Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 19 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

acionista que detiver o poder de controle ou pela companhia, tendo como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo seguinte, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 44 - O laudo de avaliação de que trata o artigo precedente deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, de seus administradores e/ou dos controladores, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo da Lei.

Parágrafo primeiro - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na assembleia geral que deliberar sobre o assunto, excluindo-se os votos em branco.

Parágrafo segundo - Sem prejuízo do parágrafo anterior, caso a assembleia geral seja instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação. Instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo terceiro - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

CAPÍTULO XVI SAÍDA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 45 - A saída da companhia do Novo Mercado será aprovada em assembleia geral, exceto se ocorrer em razão do cancelamento de registro de companhia aberta, devendo a deliberação especificar se a saída ocorre:

- I porque os valores mobiliários por ela emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou
- II em virtude de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo primeiro - A saída do Novo Mercado deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo - O acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da companhia, no mínimo, pelo respectivo valor

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 20 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

econômico, a ser apurado na forma prevista no artigo 41, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo terceiro – Na hipótese de não haver acionista controlador, a assembleia geral que deliberar sobre a saída do Novo Mercado deverá definir o (s) responsável(is) pela realização da referida oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo quarto – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de reorganização societária, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização realizar a oferta.

Parágrafo quinto – A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembleia geral que houver aprovado a referida saída ou reorganização.

ARTIGO 46 – A saída da companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisições de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 45 deste estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo primeiro – O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo segundo – Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação de assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo terceiro – Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da companhia do Novo Mercado.

Parágrafo quarto – Caso a assembleia geral mencionada no parágrafo anterior delibere pela saída da companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

SECRETARIA DA SOCIEDADE

Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 21 de 22

ESTATUTO SOCIAL_31.04.2012 DOC DOC

ESTATUTO SOCIAL DA SABESP

CAPÍTULO XVII DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 47 – Até o dia 30 de abril de cada ano, a companhia publicará o seu quadro de cargos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.

ARTIGO 48 - A companhia poderá patrocinar plano previdenciário administrado por entidade fechada, sob a modalidade contribuição definida, destinado a seus empregados, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre as condições previstas no respectivo regulamento, bem como sobre o percentual de contribuição da patrocinadora, observada a legislação de regência.

Parágrafo único – A companhia poderá permanecer como patrocinadora de plano previdenciário na modalidade benefício definido, em regime de extinção, vedado o ingresso de novos participantes, bem como a ampliação ou majoração dos respectivos benefícios.

ARTIGO 49 – Em face do disposto no artigo 101 da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto Estadual nº 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da companhia deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo procurador geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional.

ARTIGO 50 – A companhia deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o procurador geral do Estado ou outro procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional.

SECRETARIA DA SOCIEDADE


Marli Soares da Costa

DATA 23.04.2012

FOLHA 22 de 22

ESTATUTO SOCIAL_23.04.2012.DOC.DOC

ANEXO II

- Deliberações Societárias sobre a Emissão e a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -
SABESP**

CNPJ nº 43.776.517/0001-80

NIRE nº 35.3000.1683-1

**EXTRATO DA ATA DA SETECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2012 às 09h00min, por convocação do Presidente do Conselho de Administração, Edson de Oliveira Giriboni, em caráter ordinário, na forma do disposto no *caput* do Artigo 12 do Estatuto Social, na sala de reuniões da sede da empresa, situada na Rua Costa Carvalho nº 300, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, os senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, o Dr. Edson de Oliveira Giriboni cumprimentou a todos e justificou a ausência do Conselheiro Alexander Bialer. (...) Dando prosseguimento aos trabalhos, passou o Dr. Edson Giriboni ao **item 3** da pauta, **"Aprovação das condições aplicáveis à 17ª Emissão de Debêntures Simples, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003"** (*tempo:20'*), concedendo a palavra ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, e ao Superintendente de Captação de Recursos e Relações com Investidores, Mário Azevedo de Arruda Sampaio, para exporem a matéria com base na Proposta ao Conselho de Administração de 07/11/12, na Deliberação de Diretoria nº 356/2012, de 06/11/2012, na Comunicação Interna FI nº 047/2012, de 05/11/12, e na Apresentação devidamente distribuída aos Conselheiros e arquivada na Secretaria do Conselho de Administração. Colocado o tema em discussão e a seguir em votação, resultaram **aprovadas por unanimidade**, em observância ao artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) e em conformidade com os incisos X e





XIII do artigo 13 do Estatuto Social, as **condições aplicáveis à 17ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Debêntures" e "ICVM 400", respectivamente), a seguir descritas:**

1) Emissora: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ("Emissora" ou "Companhia").

2) Valor da Emissão: Até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo), podendo esse valor ser aumentado em até 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento), em razão da Opção de Lote Suplementar e Opção de Lote Adicional, respectivamente, nos termos da ICVM 400.

3) Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observado o regime de colocação mencionado no item 11 abaixo, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas em até 20% (vinte por cento), com relação à quantidade originalmente prevista para a 17ª emissão ora aprovada, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM ou de modificação dos termos da oferta das Debêntures, nos termos do artigo 14 da ICVM 400 ("Opção de Lote Adicional"). Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores, observado o regime de colocação mencionado no item 11 abaixo, a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas em até 15% (quinze por cento), com relação à quantidade originalmente prevista para a 17ª emissão ora aprovada, respeitadas as mesmas condições e a Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 24 da ICVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"), devendo a Emissora tomar todas as providências para a emissão das referidas Debêntures junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.





4) Número de Séries: A emissão das Debêntures será realizada em até três séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de Bookbuilding, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes.

5) Espécie: Quirografária.

6) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de janeiro de 2013 ("Data de Emissão").


7) Tipo, Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora, sem emissão de certificados.

8) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 100.000 (cem mil) Debêntures, em até três séries, sem prejuízo do disposto no item 3 acima. A quantidade total de Debêntures a serem emitidas será definida após a realização do Procedimento de Bookbuilding, observado que a quantidade mínima de debêntures a ser colocada, tendo em vista a garantia firme de colocação mencionada no item 11(i) abaixo, é de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, o que corresponderia a uma captação de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, de acordo com o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme abaixo definido).

9) Procedimento de Bookbuilding: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da ICVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com a Emissora, (i) da Remuneração das Debêntures de cada série; (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série; e (iii) da quantidade de séries.

10) Valor nominal unitário das Debêntures: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

11) Regime de colocação: (i) Garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), exclusivamente em relação às Debêntures





da 1ª Série; e (ii) melhores esforços, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em relação às Debêntures da 2ª e 3ª Séries. As Debêntures emitidas em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar e as Debêntures distribuídas em razão do exercício da Opção do Lote Adicional serão objeto de distribuição pública, sob o regime de colocação de melhores esforços.

12) Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão distribuídas mediante a realização de oferta pública, nos termos do disposto na ICVM 400, cuja intermediação será coordenada pelo BB – Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores").

13) Preço de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, da seguinte forma: (i) as Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série; e (ii) as Debêntures da 2ª e 3ª Séries serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado monetariamente, acrescido da Remuneração da 2ª Série e da Remuneração da 3ª Série (conforme abaixo definido), respectivamente. Em ambos os casos, a Remuneração das Debêntures será calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento. A integralização das Debêntures será realizada à vista, em moeda corrente nacional, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), a partir da data de início de distribuição.

14) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado monetariamente. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª e 3ª Séries será atualizado monetariamente a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de





Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA” e “Atualização Monetária das Debêntures da 2ª e 3ª Séries”, respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª e 3ª Séries automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª e 3ª Séries, respectivamente, conforme fórmula a ser estabelecida na escritura de emissão.

15) Remuneração, Cálculo e Pagamentos:

(a) Remuneração das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração a ser definida em Procedimento de Bookbuilding, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida da sobretaxa máxima de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração da 1ª Série”). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Os pagamentos da Remuneração da 1ª Série serão realizados semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento da 1ª Série.

(b) Remuneração das Debêntures da 2ª Série: As Debêntures da 2ª Série farão jus uma remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação acumulada do IPCA e juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, à taxa máxima equivalente a 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias





úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta pro rata temporis por dias úteis, observadas as regras de cálculo definidas na respectiva escritura da emissão ("Remuneração da 2ª Série"). Os pagamentos da Remuneração da 2ª Série serão realizados anualmente, no dia 15 do mês de janeiro de cada ano, desde a Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 2ª Série.

(c) Remuneração das Debêntures da 3ª Série: As Debêntures da 3ª Série farão jus uma remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IPCA e juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, à taxa máxima equivalente a 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta pro rata temporis por dias úteis, observadas as regras de cálculo definidas na respectiva escritura da emissão ("Remuneração da 3ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e Remuneração da 2ª Série, "Remuneração das Debêntures"). Os pagamentos da Remuneração da 3ª Série serão realizados anualmente, no dia 15 do mês de janeiro de cada ano, desde a Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 3ª Série.

16) Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado, conforme vierem a ser definidas na escritura de emissão: (i) as Debêntures da 1ª Série terão seu vencimento em 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2018, conforme vier a ser definido pela Emissora com os Coordenadores ("Data de Vencimento da 1ª Série"); (ii) as Debêntures da 2ª Série terão seu vencimento em 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2020 ("Data de Vencimento da 2ª Série"); e (iii) as Debêntures da 3ª Série terão seu vencimento em 10 (dez) anos, contados





Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

da Data de Emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2023 ("Data de Vencimento da 3ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série, "Data de Vencimento das Debêntures").

17) Garantia: Não haverá.

18) Amortização: Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado, conforme vierem a ser definidas na escritura de emissão, a amortização das Debêntures da 1ª Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017; e (iii) a terceira parcela correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2018. A amortização das Debêntures da 2ª e 3ª Séries será realizada em 2 (duas) e 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, respectivamente, sendo (A) no caso das Debêntures da 2ª Série, (i) a primeira parcela, correspondente a 50,0000% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, com vencimento em 15 de janeiro de 2019; e (ii) a segunda parcela, correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, com vencimento em 15 de janeiro de 2020; e (B) no caso das Debêntures da 3ª Série, (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, com vencimento em 15 de janeiro de 2021; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, com vencimento em 15 de janeiro de 2022; e (iii) a terceira parcela correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, com vencimento em 15 de janeiro de 2023.

19) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo





escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

20) Prorrogação de Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data do pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

21) Destinação de Recursos: Os recursos provenientes da captação por meio da emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o pagamento de compromissos financeiros da Companhia vincendos em 2013; e (ii) até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado das debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Companhia ou outra dívida da Companhia, a seu critério. Valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia, inclusive aqueles eventualmente decorrentes do exercício da Opção de Lote Suplementar e/ou da Opção de Lote Adicional.

22) Registro para Colocação e Negociação: As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio: (a) do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (b) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio: (a) do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) do Sistema BOVESPA FIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A., sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.





23) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Companhia; (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

24) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições que vierem a ser estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures, realizar oferta facultativa de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures de qualquer série, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração. A oferta facultativa de resgate antecipado deverá ser endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurada a todos os titulares, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate. As Debêntures resgatadas antecipadamente, nos termos da referida oferta facultativa de resgate antecipado, serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

25) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data do respectivo inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas pelos titulares das Debêntures para cobrança de seus créditos.

26) Hipóteses de Vencimento Antecipado: As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses previstas na escritura de emissão das Debêntures, conforme vierem a ser negociadas com os Coordenadores.

27) Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures.





Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

O Conselho de Administração autorizou, ainda, os membros da Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais e estatutárias, a praticarem todos e quaisquer atos relacionados à 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, podendo inclusive, definir a quantidade de séries a serem emitidas, fixar a remuneração definitiva das Debêntures, bem como a alocação entre as diferentes séries das Debêntures, após apuração em Procedimento de Bookbuilding a ser conduzido pelos Coordenadores, dentro dos limites e parâmetros aqui estabelecidos, ficando ratificados todos os atos relativos à 17ª emissão de debêntures da Companhia que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria.


(...)

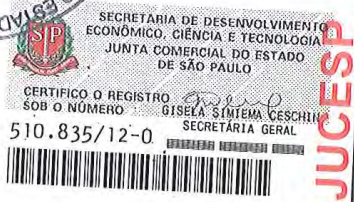
Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Edson de Oliveira Giriboni, Andrea Sandro Calabi, Alberto Goldman, Dilma Seli Pena, Heraldo Gilberto de Oliveira, Jerônimo Antunes, Reinaldo Guerreiro, Sidney Estanislau Beraldo e Walter Tesch.

Declaramos ser o texto transcrição fiel de trecho da Ata lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração.

São Paulo, 13 de novembro de 2012.


Edson de Oliveira Giriboni
Presidente do
Conselho de Administração


Sandra Maria Giannella
Secretária Executiva do
Conselho de Administração



ANEXO III

- Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SABESP
30 11 12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 17ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO – SABESP,

ENTRE

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP,
como Emissora,

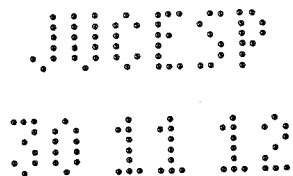
E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.,
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

23 DE NOVEMBRO DE 2012

33089v11

W
P.P.
J



ÍNDICE

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO	3
CLÁUSULA II - REQUISITOS	3
CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	5
CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	9
CLÁUSULA V - OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO	21
CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	22
CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO.....	23
CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	26
CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO	29
CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	36
CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA.....	38
CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS	40

✓
P.P.
J

SABESP

30 11 12

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 17ª EMISSÃO DE DEBENTURAS SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO - SABESP**

Pelo presente instrumento, de um lado,

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "SABESP");

e, de outro lado,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados em conjunto, como "Partes" e, individualmente e indistintamente, como "Parte",

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Escritura"), nos seguintes termos e condições:

Os termos aqui iniciados em maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de novembro de 2012 ("RCA"), na qual foram deliberadas os termos e as condições da Emissão e das Debêntures, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ("Debêntures"), em até 3 (três) séries, pela Emissora, bem como a distribuição pública das Debêntures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de



JUCESP

30 11 12

29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Emissão” ou “Oferta” e “Instrução CVM 400”, respectivamente) serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será registrada perante a CVM na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 400, observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. A Oferta será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.2.1. A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão, será arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), tendo sido publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 15 de novembro de 2012 e 16 de novembro de 2012, respectivamente, nos termos do inciso I do artigo 62 e do artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da RCA devidamente arquivada na JUCESP, bem como das referidas publicações, em até 3 (três) Dias Úteis contados das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

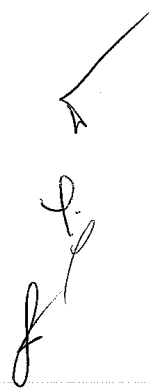
2.3. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”), os quais deverão ser firmados entre a Emissora e o Agente Fiduciário, serão devidamente registrados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser apresentados para registro em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua respectiva celebração.

2.4. Registros para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (i) distribuição pública no mercado primário por meio: (a) do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”),



BM&FBOVESPA

BOLSA DE VALORES
MERCADÓRIAS E FUTUROS

administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores
Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); e

- (ii) negociação no mercado secundário por meio: (a) do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços.

3.2. Número da Emissão

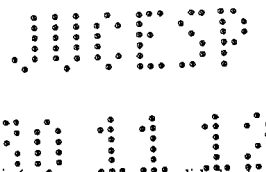
3.2.1. A presente Escritura constitui a 17ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão, podendo esse valor ser aumentado em até 15% (quinze por cento), em razão da Opção de Lote Suplementar, e em até 20% (vinte por cento), em razão da Opção de Lote Adicional, nos termos da Instrução CVM 400.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser diminuída da quantidade total de Debêntures da Emissão, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras séries. Quaisquer das séries poderão não ser emitidas, a exclusivo critério da Emissora, a



dependem do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única ou em apenas 2 (duas) séries.

3.4.2. As Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série serão doravante denominadas “Debêntures da 1ª Série”, as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série serão doravante denominadas “Debêntures da 2ª Série” e as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira série serão doravante denominadas “Debêntures da 3ª Série”.

3.4.3. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta escritura, observado o disposto na Cláusula 2.3.1 acima, sem a necessidade de qualquer aprovação adicional do Conselho de Administração da Emissora.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob os regimes de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, da 17ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”, utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (“Prospecto Preliminar”, “Prospecto Definitivo”) e, conjuntamente, “Prospectos”), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação das Debêntures pelos Coordenadores ocorrerá sob regime: (i) de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), exclusivamente em relação às Debêntures da 1ª Série; e (ii) melhores esforços, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em relação às Debêntures da 2ª Série e às Debêntures da 3ª Série. As Debêntures emitidas em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar e as Debêntures distribuídas em razão do exercício da Opção do Lote Adicional serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação.

33089v11

33089v11

3.5.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da oferta (“Anúncio de Início”) e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo.

3.5.4. As Debêntures serão colocadas em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”). Após a colocação das Debêntures durante o Prazo de Colocação, será publicado o respectivo anúncio de encerramento da distribuição das Debêntures (“Anúncio de Encerramento”).

3.5.4.1. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, independentemente de sua participação no Procedimento de *Bookbuilding*, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures. Nessa hipótese, as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente canceladas.

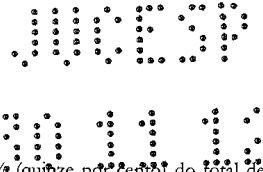
3.5.4.2. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto Preliminar, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.5.5. Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding* nos termos da Cláusula 3.6 abaixo.

3.6. Procedimento de *Bookbuilding* (Coleta de Intenções de Investimento)

3.6.1. Os Coordenadores organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (“Procedimento de Bookbuilding”), de forma a definir a emissão de cada uma das séries da Emissão e, em sendo confirmada a emissão das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, para definir, de comum acordo com a Emissora: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão; (ii) a taxa final da Remuneração da 1ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.1 abaixo (caso sejam emitidas Debêntures da 1ª Série); (iii) a taxa final da Remuneração da 2ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.2 abaixo (caso sejam emitidas Debêntures da 2ª Série); e (iv) a taxa final da Remuneração da 3ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.3 abaixo (caso sejam emitidas Debêntures da 3ª Série).

3.6.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, “Pessoas Vinculadas”), que poderão subscrever Debêntures da 1ª Série, Debêntures



da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures, observado o disposto na Cláusula 3.5.4.1 acima.

3.6.3. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 2.3.1 acima, e será divulgado por meio do Anúncio de Início.

3.7. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional

3.7.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observado o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.2 acima, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais (“Debêntures Adicionais”), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400 (“Opção de Lote Adicional”). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série. As Debêntures Adicionais eventualmente emitidas passarão a integrar o conceito de “Debêntures” e, conforme o caso, de “Debêntures da 1ª Série”, “Debêntures da 2ª Série” ou “Debêntures da 3ª Série”.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares (“Debêntures Suplementares”), respeitadas as mesmas condições e Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (“Opção de Lote Suplementar”). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série. As Debêntures Suplementares eventualmente emitidas passarão a integrar o conceito de “Debêntures” e, conforme o caso, de “Debêntures da 1ª Série”, “Debêntures da 2ª Série” ou “Debêntures da 3ª Série”.

3.8. Banco Mandatário e Escriturador

3.8.1. O banco mandatário da Emissão e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus – Vila Iara – Prédio Amarelo – 2º andar, Município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Mandatário” ou “Escriturador”, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou o Escriturador na prestação dos respectivos serviços relativos às Debêntures).

3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de



11111111

11111111

reais) para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013, e (ii) até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado das debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Emissora ou outra dívida da Companhia, a seu critério. Valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia, inclusive aqueles eventualmente decorrentes do exercício da Opção de Lote Suplementar e/ou da Opção de Lote Adicional.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2013 (“Data de Emissão”).


4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografia, não havendo, portanto, qualquer privilégio, especial ou geral, para seus titulares, nem especificação de bens para a garantia da execução.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2018 (“Data de Vencimento da 1ª Série”). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2020 (“Data de Vencimento da 2ª Série”). As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2023 (“Data de Vencimento da 3ª Série”) e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série, “Data de Vencimento das Debêntures”). Ressalvadas as hipóteses de oferta facultativa de resgate antecipado, aquisição facultativa e/ou vencimento antecipado, conforme previstas nas Cláusulas V, VI e VII abaixo, respectivamente, a Emissora obriga-se a, na Data de Vencimento, realizar o pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures e eventuais valores devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas até 100.000 (cem mil) Debêntures, em até 3 (três) séries, a serem definidas de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que: (i) a quantidade mínima de Debêntures a ser colocada, tendo em vista a garantia firme de colocação mencionada na Cláusula 3.5.2 acima, é de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, o que corresponderia a uma captação de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, de acordo com o Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (ii) a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser acrescida em



100%

100%

razão da Opção de Lote Suplementar e/ou em razão da Opção de Lote Adicional, nos termos da Cláusula 3.7 acima. A quantidade de Debêntures alocada em cada série, conforme definida pelo Procedimento de *Bookbuilding*, será objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 3.6.3 acima, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

4.2. Remuneração

4.2.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

As Debêntures da 1ª Série não serão atualizadas monetariamente. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração da 1ª Série”). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Farão jus à Remuneração da 1ª Série aqueles que forem Debenturistas da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

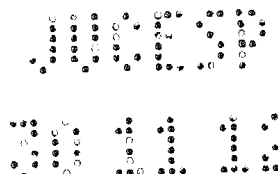
J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Rentabilidade da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário no início do Período de Rentabilidade da 1ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Rentabilidade da 1ª Série, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$





onde:

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Rentabilidade da 1ª Série, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = spread ou sobretaxa, informado com 4 (quatro) casas decimais;

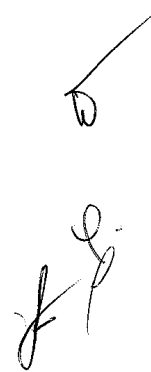
DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data do último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

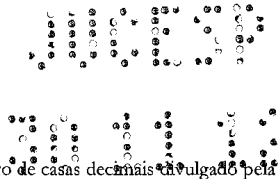
O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.





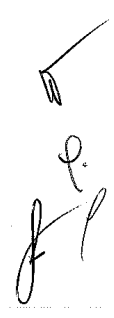
A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

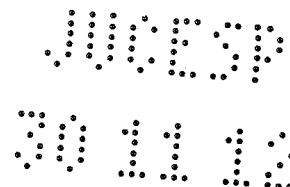
4.2.1.1. Observado o disposto na Cláusula 4.2.1.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.1.2. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto, se houver. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.2.1.2, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da 1ª Série para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures ("Remuneração Substitutiva da 1ª Série"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, da Remuneração Substitutiva da 1ª Série, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI_k" a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série, quando da deliberação da Remuneração Substitutiva da 1ª Série. Caso os Debenturistas da 1ª Série reunidos em AGD da 1ª Série, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, não aproveem a Remuneração Substitutiva da 1ª Série proposta pela Emissora, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD da 1ª Série, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, ou desde o último pagamento da Remuneração da 1ª Série, até a data do efetivo resgate, exclusive. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas nesta Cláusula, aplicando-se na apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada.

4.2.1.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD da 1ª Série, a referida AGD da 1ª Série não será mais realizada e a Taxa DI divulgada voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

4.2.1.4. Para fins de cálculo da Remuneração da 1ª Série, define-se "Período de Rentabilidade da 1ª Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade da 1ª Série, ou na data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Rentabilidade da 1ª Série, e termina na data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente subsequente, exclusive.





4.2.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

4.2.2.1. *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE"), desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série.

4.2.2.2. A Atualização Monetária para as Debêntures da 2ª Série será paga, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista na Cláusula 4.3.2 abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA, nos termos do item (i) da Cláusula 4.2.2.4 abaixo).

A Atualização Monetária para as Debêntures da 2ª Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

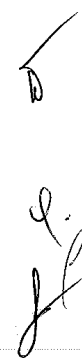
C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

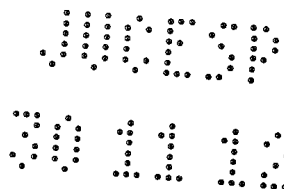
$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dui}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;





NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

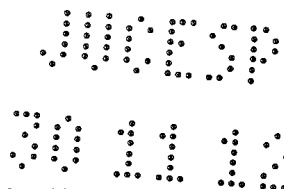
dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, e a próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

- I. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- II. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- III. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;
- IV. O fator resultante da expressão $[NI_k / NI_{k-1}]^{(dup/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- V. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.3 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA após a data de subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 2ª Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do respectivo evento ou do fim do prazo de 10 (dez) Dias Úteis mencionado acima, convocar a AGD da 2ª Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula 10.1 abaixo e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.4 abaixo.





4.2.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir da data da realização da AGD da 2ª Série mencionada na Cláusula 4.2.2.3 acima, qual a alternativa escolhida:

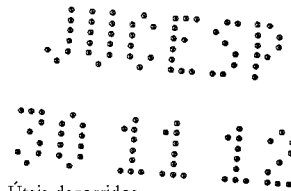
- (i) resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série, sem pagamento de prêmio de resgate ou reembolso, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da AGD da 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso) atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série (conforme abaixo definidos) devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização Monetária com relação às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou
- (ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o Prazo Médio de Amortização das Debêntures da 2ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da 2ª Série continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4.2, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizado o índice de atualização monetária substitutivo indicado pela totalidade dos Debenturistas da 2ª Série na AGD da 2ª Série realizada na forma da Cláusula 4.2.2.3 acima. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da 2ª Série quanto ao índice de atualização monetária substituída durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

4.2.2.5. Para fins desta Escritura, “Prazo Médio de Amortização das Debêntures da 2ª Série” equivale à soma (i) do prazo de carência existente entre a Data de Emissão e a primeira data de amortização da 2ª Série, com (ii) a metade do prazo existente entre a primeira data de amortização da 2ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série.

4.2.2.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da 2ª Série, a referida AGD não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização Monetária.

4.2.2.7. *Juros Remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, corrigido pela Atualização Monetária a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, limitado à taxa máxima de 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor





Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis, observada a fórmula abaixo (“Remuneração da 2ª Série”):

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor da Remuneração da 2ª Série devida no final de cada Período de Rentabilidade da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da 2ª Série, devidamente atualizado pela Atualização Monetária, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \frac{(taxa + 1)^{\frac{DP}{252}}}{100}$$

onde,

taxa = taxa de juros utilizada para cálculo da Remuneração da 2ª Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

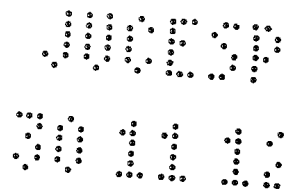
DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.8. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, define-se “Período de Rentabilidade da 2ª Série” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade da 2ª Série, ou na data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Rentabilidade da 2ª Série, e termina na data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente subsequente, exclusive.

4.2.3. Remuneração das Debêntures da 3ª Série.

4.2.3.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 3ª Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização da 3ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária da 3ª Série”), sendo o produto da Atualização Monetária da 3ª Série





automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 3ª Série.

4.2.3.2. A Atualização Monetária para as Debêntures da 3ª Série será paga, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista na Cláusula 4.3.3 abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 3ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA, nos termos do item (i) da Cláusula 4.2.2.4 acima, conforme aplicável).

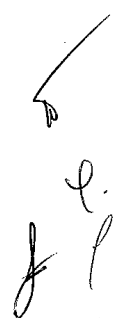
4.2.3.3. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, corrigido pela Atualização Monetária da 3ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido de acordo com Procedimento de Bookbuilding, limitado à taxa máxima de 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis (“Remuneração da 3ª Série”) e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série, “Remuneração das Debêntures”):

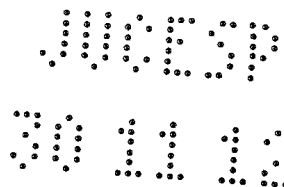
4.2.3.4. O cálculo da Atualização Monetária da 3ª Série e o cálculo da Remuneração da 3ª Série (i) obedecerão as fórmulas utilizadas para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série e da Remuneração da 2ª Série, respectivamente, constante das Cláusulas 4.2.2.2 e 4.2.2.7 acima, respectivamente, bem como (ii) observarão as disposições constantes das Cláusulas 4.2.2.3 a 4.2.2.6 e 4.2.2.8 acima, de forma que o disposto em tais cláusulas será aplicável, *mutatis mutandis*, à Atualização Monetária da 3ª Série e à Remuneração da 3ª Série.

4.2.4. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

4.2.5. Para efeito do disposto nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de convocação e realização de qualquer AGD, as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, inclusive cônjuges e parentes até 2º grau.

4.2.6. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.





4.3. Amortização

4.3.1. *Amortização das Debêntures da 1ª Série.* Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2017; e (iii) a terceira parcela correspondente a Saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2018.

4.3.2. *Amortização das Debêntures da 2ª Série.* Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas a partir do 6º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 50,0000% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2019, e (ii) a segunda parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2020.

4.3.3. *Amortização das Debêntures da 3ª Série.* Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a Amortização das Debêntures da 3ª série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 8º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2021; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2022; e (iii) a terceira parcela correspondente a Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2023.

4.4. Pagamento da Remuneração

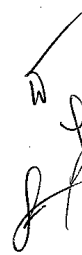
4.4.1. A Remuneração da 1ª Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento da 1ª Série.

4.4.2. A Remuneração da 2ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 2ª Série.

4.4.3. A Remuneração da 3ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 3ª Série.

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na



BM&FBOVESPA
30 11 12

CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas pelos titulares das Debêntures para cobrança de seus créditos (“Encargos Moratórios”).

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

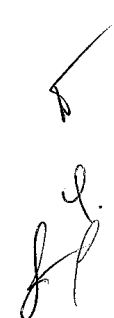
4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

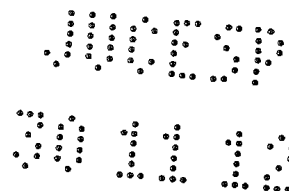
4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição das Debêntures, em moeda corrente nacional, por meio do SDT e/ou do DDA, administrados e operacionalizados pela CETIP e pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, a partir da data de início da distribuição das Debêntures.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.





4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", ou aquele que vier a ser contratado em seu lugar pela Emissora, mediante notificação prévia ao Agente Fiduciário, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (<http://www.sabesp.com.br>), devendo os anúncios de início e encerramento de distribuição de Debêntures e o aviso ao mercado da Oferta ser publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico". Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

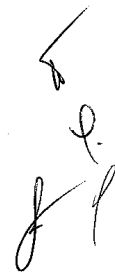
4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

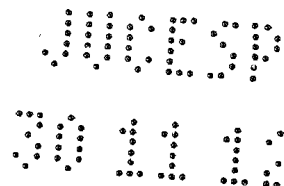
4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.





4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Foi contratada a agência de classificação de risco Standard & Poor's para atribuir rating às Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta.

CLÁUSULA V – OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO

5.1. A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures de qualquer série, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração (“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”).

5.1.1. A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os titulares das Debêntures da(s) série(s) objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sem distinção, sendo assegurada a todos os titulares da respectiva série, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate.

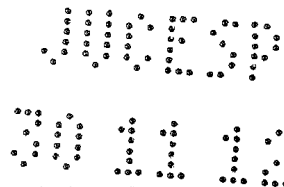
5.1.2. A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12, observado o disposto na Cláusula 5.2 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado a ser implementado pela Emissora (“Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.

5.1.3. Os Debenturistas que, a seu exclusivo critério, optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverão se manifestar perante o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação da Comunicação de Resgate sobre a sua intenção de participar na Oferta Facultativa de Resgate Antecipado na forma prevista na referida Comunicação de Resgate.

5.1.4. O resgate antecipado objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (“Resgate Antecipado”) será realizado conforme procedimento adotado pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA. Para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos a serem indicados pelo Escriturador.

5.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) a respectiva série das Debêntures que serão resgatadas; (iv) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devidamente atualizado, se for o caso, será acrescido (a) da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da Remuneração até a Data de Resgate Antecipado (“Valor de Resgate”), e (b) de prêmio de resgate, se houver; (v)





quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado; e (vi) demais informações que forem necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas.

5.2.1. A Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser definida pela Emissora quando da realização da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. O percentual referente a tal parcela mínima deverá estar estipulado na Comunicação de Resgate.

5.3. No caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar AGD para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto nas Cláusula 5.3.1 abaixo, além da Cláusula X desta Escritura. Ademais, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade; (ii) conforme os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou, ainda, (iii) por meio do Banco Mandatário, no caso de o Debenturista não ter suas respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

5.3.1. Caso, por qualquer razão (i) não haja a realização da AGD, conforme previsto na Cláusula 5.3 acima, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da Data de Resgate Antecipado, ou (ii) ainda que havendo a AGD, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio no caso de Resgate Antecipado parcial entre os Debenturistas reunidos em AGD, conforme previsto na Cláusula 5.3 acima, o sorteio relativo ao Resgate Antecipado parcial ocorrerá com relação à totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação da respectiva série.

5.4. A CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas pela Emissora sobre o respectivo Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

5.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula V, serão obrigatoriamente canceladas.

CLÁUSULA VI – AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; (iii) ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em



30 11 12

tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3 e subcláusulas abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor das Debêntures em aberto, apurado conforme previsto nesta Escritura e na forma da lei, e calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses (cada uma dessas hipóteses, um “Evento de Inadimplemento”):

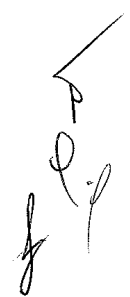
- a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou eventos análogos, tais como, intervenção e/ou liquidação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o pagamento da Remuneração nas respectivas Datas de Pagamento da Remuneração, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto representativas do capital social da Emissora;
- f) extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência desta Escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- g) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de

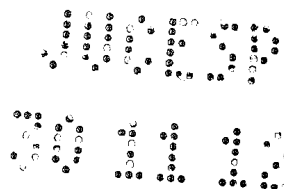


2020

reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data em que tomar conhecimento a esse respeito;

- h) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência desta Escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- i) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em AGD especialmente convocada para esse fim, observados os procedimentos de convocação previstos nesta Escritura, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) a Emissora não violará os Índices Financeiros estabelecidos na alínea "o" a seguir; e (iii) a receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias), ficando ajustado que os requisitos indicados nos itens (i) a (iii) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das AGDs aqui previstas;
- j) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- k) inadimplemento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de cura específico atribuído em quaisquer dos documentos da Emissão ou, em não havendo prazo de cura específico, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados (i) do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; ou (ii) da data em que tomar ciência da ocorrência de um Evento de Inadimplemento;
- l) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;





- m) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta na forma descrita na Cláusula 3.9;
- n) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, sempre quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais da Emissora (“Índices Financeiros”). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por, no mínimo, 2 (dois) trimestres consecutivos ou, ainda, por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado):
 - (i) o índice obtido pela divisão da Dívida Total pelo EBITDA Ajustado ser menor ou igual a 3,65;
 - (ii) o índice obtido pela divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras ser igual ou superior a 1,5;
 onde:
 - (1) “Dívida Total”: em qualquer data de apuração, significa o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, deduzidos os juros acumulados e encargos financeiros;
 - (2) “EBITDA Ajustado”: em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório do: (I) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro; (II) das Despesas de Depreciação e Amortização ocorridas no período; (III) das Despesas Financeiras deduzidas das Receitas Financeiras; e (IV) de Outras Despesas e Receitas Operacionais; e
 - (3) “Despesas Financeiras”: em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas da variação cambial (diferença de moedas); e
- o) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão.

7.1.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes das alíneas “g” e “o” da Cláusula 7.1 acima, os valores de referência em reais (R\$) lá constantes deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário ou a Remuneração.



JUL 2019

30 11 12

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d) e (m) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas da Cláusula 7.1, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula 7.1 acima (que não sejam os eventos previstos na Cláusula 7.2 acima), deverá ser convocada, em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo. A AGD poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. Na AGD de que trata esta Cláusula 6.3, os Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 4.2.6 acima, poderão optar por deliberar pela não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.


7.3.2. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.3 por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima mediante comunicação à Emissora nesse sentido.

7.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e, no caso da Cláusula 7.1 acima, alíneas "a" e "b", dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação feita pelo Agente Fiduciário à Emissora acerca da declaração do vencimento antecipado, nos termos desta Cláusula VII, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.5. No caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas em rol não exaustivo:



JOESP

30 11 12

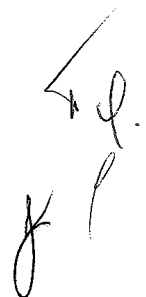
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;
 - (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre (ITR); e (ii) memória de cálculo e demais informações necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros, conforme previsto na Cláusula 7.1, “n”, supra;
 - (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
 - (e) notificar o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar conhecimento, sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 7.1 acima;
- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores (“Instrução CVM 358”), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (vii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;



BRASIL

30 11 12

- (ix) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
- (x) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (xi) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xii) comunicar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista na Cláusula 3.9 acima;
- (xiii) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou esta Escritura;
- (xv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xvi) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xvii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xviii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xix) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP e BM&FBOVESPA);



BOVESPA

BOVESPA

- (xx) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima;
- (xxi) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xxii) manter as Debêntures registradas para negociação junto ao SND e ao BOVESPAFIX durante todo o prazo de vigência das Debêntures e efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND e no BOVESPAFIX; e
- (xxiii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de classificação de risco (*rating*) que divulguem, até a Data de Vencimento, relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



BRASIL

30/11/20

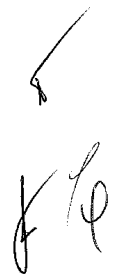
- (f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (g) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora. O Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de avaliação independente, acerca da veracidade das informações ora prestadas, com o que os Debenturistas da presente Emissão declaram-se cientes e de acordo.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.



JUCESP

30 11 12

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de Aditamento, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de Aditamento.

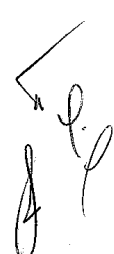
9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, de acordo com a Cláusula 9.2.1, "I";
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura



33089

33089

neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;


m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



33089v11

33089v11

m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima;

m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

m.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM;

n.4) na CETIP;

n.5) na BM&FBOVESPA; e

n.5) na sede do Coordenador Líder.

(o) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12.1, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos desta Escritura, da lei ou regulamentação aplicável, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(q) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;



33089v11

33089v11

- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, acerca do inadimplemento da Emissora de quaisquer obrigações assumidas na presente Escritura, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de tal inadimplemento;
- (t) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (u) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas, através de seu site www.slv.com.br, à CETIP ou à BM&FBOVESPA sempre que solicitado; e
- (v) verificar trimestralmente a manutenção dos Índices Financeiros, com base nas informações fornecidas pela Emissora conforme Cláusula 8.1 (i), acima e informar imediatamente aos Debenturistas sobre eventual descumprimento dos referidos índices.

9.5. Atribuições Específicas


9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1 e 7.3 e suas subcláusulas acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos



33089v11

33089v11

termos da lei, desta Escritura e do contrato CS nº 42.445/42, a remuneração total correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pagos em parcelas trimestrais equivalentes a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Os pagamentos devidos serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação dos serviços, contados a partir da data de assinatura da presente Escritura.

9.6.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.6.1 acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.4. A remuneração prevista na Cláusula 9.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

9.6.5. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente autorizadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.3. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:



10.7.3

10.7.4

- (a) publicação de relatórios, avisos, convocações e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

9.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma da Cláusula 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

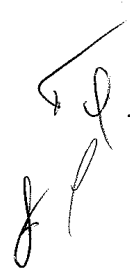
À AGD aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

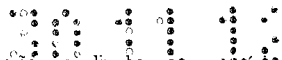
10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 1ª série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 2ª série em Circulação, e, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Série, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 3ª série em Circulação.

10.1.1.1. O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª, da 2ª ou da 3ª série em Circulação poderão convocar separadamente uma AGD da 1ª, da 2ª ou da 3ª Série para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.





10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures da respectiva série ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a tomadas em AGD deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da respectiva série em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (ii) as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da respectiva série, de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado.

10.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

10.5. Outras disposições aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em qualquer AGD.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.





10.5.3. Aplicar-se-á às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

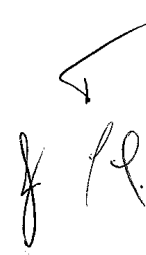
- (a) é sociedade de economia mista devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as aprovações e, conforme aplicável, licenças necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura e à emissão das Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (d) as pessoas que as representam na assinatura da Escritura e do Contrato de Distribuição (“Documentos da Oferta”) têm poderes bastantes para tanto;
- (e) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (g) a celebração dos Documentos da Oferta, a Emissão e a Oferta (i) não infringem (1) seu estatuto social; (2) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte; (3) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (ii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (2) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (3) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (h) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, e, ainda, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito em seu formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 (“Formulário de Referência”);

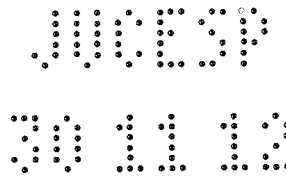


301112

301112

- (i) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto conforme descrito em seu Formulário de Referência;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (k) exceto com relação às contingências informadas no Formulário de Referência, não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, ou previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ocasionar um efeito adverso relevante na Emissora;
- (l) a Emissora não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em efeito adverso relevante;
- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam dos Documentos da Oferta, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas e consistentes;
- (n) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (o) não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP;
- (q) o prospecto de distribuição das Debêntures ("Prospecto") e o Formulário de Referência, conterão, a partir da data de entrega dos mesmos à CVM, todas as informações relevantes atualizadas, completas, suficientes e verídicas em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e no Formulário de Referência em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;





- (f) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e no Formulário de Referência, em relação à Emissora, foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; e
- (s) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Formulário de Referência cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Formulário de Referência seja enganosa, incorreta, imprecisa, insuficiente ou inverídica.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Rua Costa Carvalho, nº 300

CEP 05429-900 - São Paulo - SP

At: Sr. Mário Azevedo de Arruda Sampaio

Tel: (11) 3388-8664

Fax: (11) 3388-8669

E-mail: maasampaio@sabesp.com.br

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º andar

CEP 04530-001 – São Paulo – SP

At: Nelson Santucci Torres / Julio Barione Dacar

Tel: (11) 3048-9943

Fax: (11) 3048-9872

E-mail: nelson.torres@slw.com.br / julio.dacar@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus – Vila Iara – Prédio Amarelo – 2º andar

Osasco, SP – CEP 06029-900

At: Sr. Rogério Penteado Felgueiras – Gerente Departamental

Tel: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

✓
f RQ.

30 11 12

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, nº 275

CEP 01013-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.2. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, por escrito, de imediato, por cada uma das Partes, conforme aplicável.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Despesas

12.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e serão reembolsadas nos termos da Cláusula 9.7 desta Escritura.

✓
f. 12.

33089v11

33089v11

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Disposições Gerais

12.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.6. Lei Aplicável

12.6.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil

12.7. Foro

12.7.1. Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de novembro de 2012.

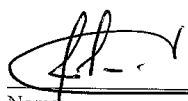


1000

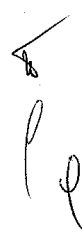
1000

Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura nº 17" Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP"

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -
SABESP


Nome: Paulo Massato Yoshimoto
Cargo: Diretor Metropolitano - M


Nome: Dilma Pena
Cargo: Diretora Presidente



Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP"

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA

Nome: [Assinatura]
Cargo: **Felipe C. [Assinatura]**
Diretor de Compliance
SLW CVC Ltda.

Nome: [Assinatura]
Cargo: **Pelson Santucci Torres**
Agente Fiduciário
SLWCVC Ltda.

Testemunhas:

Nome: [Assinatura] Nome: [Assinatura]
CPF: **142.598.428-99** CPF: **060.579.988-97**





PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 17ª EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (Três) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP,

ENTRE

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP,
como Emissora,

E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.,
como Agente Fiduciária, representando a comunidade de Debenturistas

07 DE FEVEREIRO DE 2013

79616v3

Q. P. 6p

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 17ª EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Pelo presente instrumento, de um lado,

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “SABESP”);

e, de outro lado,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), neste ato representada na forma de seu contrato social (“Agente Fiduciário”), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados em conjunto, como “Partes” e, individualmente e indistintamente, como “Parte”,

CONSIDERANDO QUE:

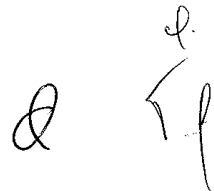
(i) a Emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 13 de novembro de 2012, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 23 de novembro de 2012, sob o nº 510.835/12-0, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”;

(ii) as Partes celebraram, em 23 de novembro de 2012, o “Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (“Escritura de Emissão”), o qual rege os termos e condições da distribuição pública das debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da 17ª emissão da Emissora (“Oferta” ou “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente);

(iii) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado, em 06 de fevereiro de 2013, o Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foram definidas:

(a) a existência das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série;

(b) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão;



(c) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, correspondente à variação acumulada da Taxa DI (conforme definido abaixo), acrescida exponencialmente de sobretaxa, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, correspondente à Atualização Monetária da Segunda Série mais a incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano e a Remuneração das Debêntures da Terceira Série, correspondente à Atualização Monetária da Terceira Série mais a incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

(iv) em decorrência do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, as 3 (três) séries das Debêntures serão emitidas; e

(v) as Partes desejam ajustar determinadas Cláusulas da Escritura de Emissão em decorrência da realização do Procedimento de *Bookbuilding* mencionada no item (ii) acima e consolidar as alterações realizadas em instrumento que é parte integrantes deste Primeiro Aditamento (conforme definido abaixo) como Anexo I.

RESOLVEM as Partes aditar e consolidar a Escritura de Emissão, por meio do presente “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (“Primeiro Aditamento”), mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

2. O título consolidado da Escritura de Emissão passa a ser “Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP”.

3. A Cláusula 2.2.1 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

“A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão, foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 23 de novembro de 2012, sob o nº 510.835/12-0, tendo sido publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 15 de novembro de 2012 e 16 de novembro de 2012, respectivamente, nos termos do inciso I do artigo 62 e do artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.”



4. A Cláusula 3.3.1 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

"O valor total da Emissão é de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)."

5. As Cláusulas 3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3 da Escritura de Emissão passam a vigorar com as seguintes redações:

"A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida conforme o Procedimento de Bookbuilding observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de usos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures de uma das séries deveria ser diminuída da quantidade total de Debêntures da Emissão, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras séries. Conforme o resultado do Procedimento de Bookbuilding, todas as séries serão emitidas."

"As Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série serão doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série", as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série serão doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série" e as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira série serão doravante denominadas "Debêntures da 3ª Série".

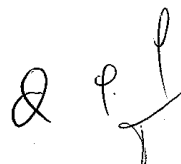
"O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento a esta escritura, observado o disposto na Cláusula 2.3.1 acima, sem a necessidade de qualquer aprovação adicional do Conselho de Administração da Emissora".

6. A Cláusula 3.5.2 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

"A colocação das Debêntures pelos Coordenadores ocorrerá sob regime: (i) de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), exclusivamente em relação às Debêntures da 1ª Série; e (ii) melhores esforços, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em relação às Debêntures da 2ª Série e às Debêntures da 3ª Série. As Debêntures emitidas em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar e as Debêntures distribuídas em razão do exercício da Opção do Lote Adicional, caso fossem ser emitidas, seriam objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação."

7. As Cláusulas 3.6.1 e 3.6.2 da Escritura de Emissão passam a vigorar com a seguinte redação:

"Os Coordenadores organizaram procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), no qual foi definida a emissão das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, bem como, em comum acordo com a Emissora: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão; (ii) a taxa final da Remuneração da 1ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.1 abaixo; (iii) a taxa final da Remuneração da 2ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.2 abaixo; e (iv) a taxa final da Remuneração da 3ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.3 abaixo."



Participaram do Procedimento de Bookbuilding os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), que poderão subscrever Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures, observado o disposto na Cláusula 3.5.4.1 acima."

8. As Cláusulas 3.7.1 e 3.7.2 da Escritura de Emissão passam a vigorar com a seguinte redação:

"A Emissora, a seu exclusivo critério e observado o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.2 acima, poderia, mas não aumentou a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Adicional"). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Adicionais poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série."

Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura poderia ter sido, mas não foi aumentada em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), respeitadas as mesmas condições e Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de Bookbuilding, as Debêntures Suplementares poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série."

9. A Cláusula 3.9.1 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

"Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013; e (ii) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado das debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Emissora ou outra dívida da Companhia, a seu critério. Valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia."

10. A Cláusula 4.1.6 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, em 3 (três) séries, conforme definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, sendo 42.468 (quarenta e duas mil quatrocentas e sessenta e oito) Debêntures da 1ª Série, 39.523 (trinta e nove mil quinhentas e vinte e três) Debêntures da 2ª Série e 18.009 (dezoito mil e nove) Debêntures da 3ª Série. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ter sido, mas não foi, acrescida em razão da Opção de Lote Suplementar e/ou em razão da Opção de Lote Adicional, nos termos da

Cláusula 3.7 acima.”

11. A parte inicial da Cláusula 4.2.1 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

“Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

As Debêntures da 1ª Série não serão atualizadas monetariamente. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração, definida no Procedimento de Bookbuilding, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de sobretaxa de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração da 1ª Série”). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e acumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Farão jus à Remuneração da 1ª Série aqueles que forem Debenturistas da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

(...)”

12. A parte inicial da Cláusula 4.2.2.7 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

“Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, corrigido pela Atualização Monetária a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis, observada a fórmula abaixo (“Remuneração da 2ª Série”):

(...)”

13. A parte inicial da Cláusula 4.2.3.3 da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

“Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, corrigido pela Atualização Monetária da 3ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis (“Remuneração da 3ª Série” e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª



Série, "Remuneração das Debêntures"):

(...)"

14. Ficam ratificadas, em caráter irrevogável e irretratável, todas as disposições da Escritura de Emissão não expressamente alteradas no presente Primeiro Aditamento que permanecerão vigentes e eficazes de acordo com os termos e condições estabelecidas na Escritura de Emissão. Dessa forma, a Escritura de Emissão consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

15. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunidade de Debenturistas, que todas as declarações e garantias previstas na Cláusula 11.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

16. Este Primeiro Aditamento é regido por, e interpretado de acordo com, as Leis da República Federativa do Brasil.

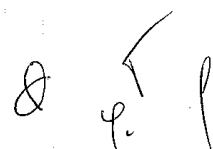
17. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Primeiro Aditamento. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Primeiro Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

18. O presente Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Primeira supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

19. Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento permanecerão válidas e eficazes, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

20. O presente Primeiro Aditamento e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

21. Qualquer controvérsia, litúgio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionados direta ou indiretamente a este Primeiro Aditamento, envolvendo qualquer das Partes, inclusive, será resolvido no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões controversas oriundas deste instrumento.

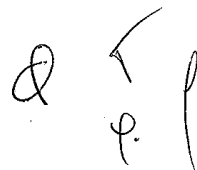


0000 0 3 000 0000 000 000
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2013.

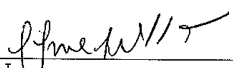
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]




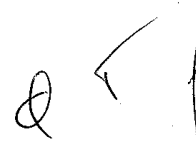
0000 0 0 0000 0000 0000 0000
 0 0 0 0 0 0 0 0
 0 0 0 0 0 0 0 0
 0 0 0 0 0 0 0 0

Página de assinaturas do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quotatária, em até 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP"

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -
 SABESP**


 Nome: **Dilma Pena**
 Cargo: **Diretora Presidente**


 Nome: **Rui de Brito Álvares Affonso**
 Cargo: **Diretor Econômico-Financeiro
 e de Relações com Investidores**

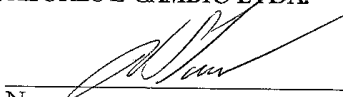


3333 3 3 333 333 333 333
3 3 3 3 3 3 3 3 3 3
3 3 3 3 3 3 3 3 3 3
3 3 3 3 3 3 3 3 3 3


Página de assinaturas do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quotografiana, em até 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP"


SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

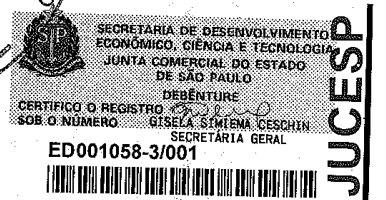

Nome: _____
Cargo: **Felipe Coimbra Aloi Adv.**
Diretoria Compliance
SLW/CVC Ltda.


Nome: _____
Cargo: **Nelson Santucci Torres**
Agente Fiduciário
SLWCVC Ltda.

Testemunhas:


Nome: **EVERSON GAVA**
CPF: **152931637-35**


Nome: **GUILLERMS DENIS SIQUEIRAS SILVA**
CPF: **065.746.998-00**



Q 4

ANEXO I

CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 17ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Considerando-se o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP”, celebrado em 07 de fevereiro de 2013, a versão consolidada da Escritura de Emissão evidenciando todas as alterações realizadas é apresentada a seguir.

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 17ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de novembro de 2012 (“RCA”), na qual foram deliberadas os termos e as condições da Emissão e das Debêntures, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“Debêntures”), em até 3 (três) séries, pela Emissora, bem como a distribuição pública das Debêntures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Emissão” ou “Oferta” e “Instrução CVM 400”, respectivamente) serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1. **Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A Emissão será registrada perante a CVM na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 400, observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. A Oferta será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do



“Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.2.1. A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão, foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 23 de novembro de 2012, sob o nº 510.835/12-0, tendo sido publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 15 de novembro de 2012 e 16 de novembro de 2012, respectivamente, nos termos do inciso I do artigo 62 e do artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da RCA devidamente arquivada na JUCESP, bem como das referidas publicações, em até 3 (três) Dias Úteis contados das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.


2.3. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”), os quais deverão ser firmados entre a Emissora e o Agente Fiduciário, serão devidamente registrados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser apresentados para registro em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua respectiva celebração.

2.4. Registros para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (i) distribuição pública no mercado primário por meio: (a) do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”); e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio: (a) do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) do Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.



CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 17ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes, ou seja, a quantidade de Debêntures de uma das séries deveria ser diminuída da quantidade total de Debêntures da Emissão, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada nas outras séries. Conforme o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, todas as séries serão emitidas.

3.4.2. As Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série serão doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série", as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série serão doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série" e as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira série serão doravante denominadas "Debêntures da 3ª Série".

3.4.3. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento a esta escritura, observado o disposto na Cláusula 2.3.1 acima, sem a necessidade de qualquer aprovação adicional do Conselho de Administração da Emissora.

Q P. P
✓

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob os regimes de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, da 17ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 (“Prospecto Preliminar”, “Prospecto Definitivo” e, conjuntamente, “Prospectos”), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.5.2. A colocação das Debêntures pelos Coordenadores ocorrerá sob regime: (i) de garantia firme de colocação, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), exclusivamente em relação às Debêntures da 1ª Série; e (ii) melhores esforços, até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em relação às Debêntures da 2ª Série e às Debêntures da 3ª Série. As Debêntures emitidas em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar e as Debêntures distribuídas em razão do exercício da Opção do Lote Adicional, caso fossem ser emitidas, seriam objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação.

3.5.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da oferta (“Anúncio de Início”) e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo.

3.5.4. As Debêntures serão colocadas em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”). Após a colocação das Debêntures durante o Prazo de Colocação, será publicado o respectivo anúncio de encerramento da distribuição das Debêntures (“Anúncio de Encerramento”).

3.5.4.1. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, independentemente de sua participação no Procedimento de *Bookbuilding*, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures. Nessa hipótese, as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente canceladas.



3.5.4.2. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto Preliminar, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.5.5. Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding* nos termos da Cláusula 3.6 abaixo.

3.6. Procedimento de *Bookbuilding* (Coleta de Intenções de Investimento)

3.6.1. Os Coordenadores organizaram procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (*"Procedimento de Bookbuilding"*), no qual foi definida a emissão das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, bem como, em comum acordo com a Emissora: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão; (ii) a taxa final da Remuneração da 1ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.1 abaixo; (iii) a taxa final da Remuneração da 2ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.2 abaixo; e (iv) a taxa final da Remuneração da 3ª Série, nos termos da Cláusula 4.2.3 abaixo.

3.6.2. Participaram do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, *"Pessoas Vinculadas"*), que não poderão subscrever Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série, uma vez que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 3.5.4.1 acima.

3.7. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional

3.7.1. A Emissora, a seu exclusivo critério e observado o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.2 acima, poderia, mas não aumentou a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais (*"Debêntures Adicionais"*), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400 (*"Opção de Lote Adicional"*). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura poderia ter sido, mas não foi aumentada em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares

(“Debêntures Suplementares”), respeitadas as mesmas condições e Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (“Opção de Lote Suplementar”). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderiam ter sido Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série e/ou Debêntures da 3ª Série.

3.8. Banco Mandatário e Escriturador

3.8.1. O banco mandatário da Emissão e o escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus – Vila Lara – Prédio Amarelo – 2º andar, Município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Mandatário” ou “Escriturador”, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou o Escriturador na prestação dos respectivos serviços relativos às Debêntures).

3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013; e (ii) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado das debêntures objeto da 16ª emissão de debêntures da Emissora ou outra dívida da Companhia, a seu critério. Valores remanescentes obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

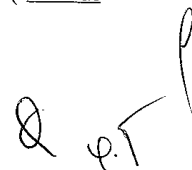
4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2013 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, não havendo, portanto, qualquer privilégio, especial ou geral, para seus titulares, nem especificação de bens para a garantia da execução.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2018 (“Data de Vencimento da 1ª Série”). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2020 (“Data de Vencimento da 2ª Série”). As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2023 (“Data de”).



Vencimento da 3ª Série” e, em conjunto, com a Data de Vencimento da 1ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série, “Data de Vencimento das Debêntures”). Ressalvadas as hipóteses de oferta facultativa de resgate antecipado, aquisição facultativa e/ou vencimento antecipado, conforme previstas nas Cláusulas V, VI e VII abaixo, respectivamente, a Emissora obriga-se a, na Data de Vencimento, realizar o pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures e eventuais valores devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, em em 3 (três) séries, conforme definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo 42.468 (quarenta e duas mil quatrocentas e sessenta e oito) Debêntures da 1ª Série, 39.523 (trinta e nove mil quinhentas e vinte e três) Debêntures da 2ª Série e 18.009 (dezoito mil e nove) Debêntures da 3ª Série. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ter sido, mas não foi, acrescida em razão da Opção de Lote Suplementar e/ou em razão da Opção de Lote Adicional, nos termos da Cláusula 3.7 acima.

4.2. Remuneração

4.2.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série.


As Debêntures da 1ª Série não serão atualizadas monetariamente. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de sobretaxa de 0,75% (setenta e cinco centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração da 1ª Série”). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Farão jus à Remuneração da 1ª Série aqueles que forem Debenturistas da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Rentabilidade da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário no início do Período de Rentabilidade da 1ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Rentabilidade da 1ª Série, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Rentabilidade da 1ª Série, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

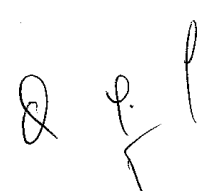
$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = *spread* ou sobretaxa, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data do último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.1.1. Observado o disposto na Cláusula 4.2.1.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.1.2. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto, se houver. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.2.1.2, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da 1ª Série para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures ("Remuneração Substitutiva da 1ª Série"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, da Remuneração Substitutiva da 1ª Série, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI_k" a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série, quando da deliberação da Remuneração Substitutiva da 1ª Série. Caso os Debenturistas da 1ª Série reunidos em AGD da 1ª Série, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, não aprovem a Remuneração Substitutiva da 1ª Série proposta pela Emissora, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD da 1ª Série, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, ou desde o último pagamento da Remuneração da 1ª Série, até a data do efetivo resgate, exclusive. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas nesta Cláusula, aplicando-se na apuração de TDI_k, o valor da última Taxa DI divulgada.



4.2.1.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD da 1ª Série, a referida AGD da 1ª Série não será mais realizada e a Taxa DI divulgada voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

4.2.1.4. Para fins de cálculo da Remuneração da 1ª Série, define-se “Período de Rentabilidade da 1ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade da 1ª Série, ou na data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Rentabilidade da 1ª Série, e termina na data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente subsequente, exclusive.

4.2.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

4.2.2.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”), desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária da 2ª Série”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série.

4.2.2.2. A Atualização Monetária para as Debêntures da 2ª Série será paga, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista na Cláusula 4.3.2 abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA, nos termos do item (i) da Cláusula 4.2.2.4 abaixo).

A Atualização Monetária para as Debêntures da 2ª Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$C = \prod_{k=1}^n \left[\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right]^{\frac{dup}{dut}}$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, e a próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

- I. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- II. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- III. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;
- IV. O fator resultante da expressão $[NI_k / NI_{k-1}]^{(dup/dut)}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- V. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.3 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA após a data de subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Série, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis



4.2.2.5. Para fins desta Escritura, “Prazo Médio de Amortização das Debêntures da 2ª Série” equivale à soma (i) do prazo de carência existente entre a Data de Emissão e a primeira data de amortização da 2ª Série, com (ii) a metade do prazo existente entre a primeira data de amortização da 2ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série.

4.2.2.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da 2ª Série, a referida AGD não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização Monetária.

4.2.2.7. *Juros Remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, corrigido pela Atualização Monetária a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis, observada a fórmula abaixo (“Remuneração da 2ª Série”):

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor da Remuneração da 2ª Série devida no final de cada Período de Rentabilidade da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da 2ª Série, devidamente atualizado pela Atualização Monetária, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \frac{(taxa + 1)^{\frac{DP}{252}}}{100}$$

onde,

taxa = taxa de juros utilizada para cálculo da Remuneração da 2ª Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.8. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, define-se “Período de Rentabilidade da 2ª Série” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade da 2ª Série, ou na data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais



Períodos de Rentabilidade da 2ª Série, e termina na data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente subsequente, exclusiv

4.2.3. Remuneração das Debêntures da 3ª Série.

4.2.3.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 3ª Série será atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização da 3ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária da 3ª Série"), sendo o produto da Atualização Monetária da 3ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da 3ª Série.

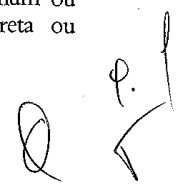
4.2.3.2. A Atualização Monetária para as Debêntures da 3ª Série será paga, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na periodicidade prevista na Cláusula 4.3.3 abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante (i) do vencimento antecipado das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (ii) do resgate antecipado das Debêntures da 3ª Série em razão da indisponibilidade do IPCA, nos termos do item (i) da Cláusula 4.2.2.4 acima, conforme aplicável).

4.2.3.3. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, corrigido pela Atualização Monetária da 3ª Série a partir da Data de Emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis ("Remuneração da 3ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série, "Remuneração das Debêntures");

4.2.3.4. O cálculo da Atualização Monetária da 3ª Série e o cálculo da Remuneração da 3ª Série (i) obedecerão as fórmulas utilizadas para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série e da Remuneração da 2ª Série, respectivamente, constante das Cláusulas 4.2.2.2 e 4.2.2.7 acima, respectivamente, bem como (ii) observarão as disposições constantes das Cláusulas 4.2.2.3 a 4.2.2.6 e 4.2.2.8 acima, de forma que o disposto em tais cláusulas será aplicável, *mutatis mutandis*, à Atualização Monetária da 3ª Série e à Remuneração da 3ª Série.

4.2.4. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

4.2.5. Para efeito do disposto nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de convocação e realização de qualquer AGD, as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou



indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, inclusive cônjuges e parentes até 2º grau.

4.2.6. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.3. Amortização

4.3.1. *Amortização das Debêntures da 1ª Série* Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 3º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2017; e (iii) a terceira parcela correspondente a Saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2018.

4.3.2. *Amortização das Debêntures da 2ª Série* Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas a partir do 6º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 50,0000% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2019, e (ii) a segunda parcela correspondente ao Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2020.

4.3.3. *Amortização das Debêntures da 3ª Série* Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, a Amortização das Debêntures da 3ª série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 8º ano contado da Data de Emissão, sendo: (i) a primeira parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2021; (ii) a segunda parcela correspondente a 33,0000% (trinta e três por cento) do Valor Nominal Unitário em 15 de janeiro de 2022; e (iii) a terceira parcela correspondente a Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na Data de Vencimento, em 15 de janeiro de 2023.

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração da 1ª Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento da 1ª Série.

4.4.2. A Remuneração da 2ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 2ª Série.

4.4.3. A Remuneração da 3ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento da 3ª Série.



4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas pelos titulares das Debêntures para cobrança de seus créditos ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição das Debêntures, em moeda corrente nacional, por meio do SDT e/ou do DDA, administrados e operacionalizados pela CETIP e pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, a partir da data de início da distribuição das Debêntures.



4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", ou aquele que vier a ser contratado em seu lugar pela Emissora, mediante notificação prévia ao Agente Fiduciário, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet* (<http://www.sabesp.com.br>), devendo os anúncios de início e encerramento de distribuição de Debêntures e o aviso ao mercado da Oferta ser publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico". Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.



4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Foi contratada a agência de classificação de risco Standard & Poor's para atribuir rating às Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta.

CLÁUSULA V – OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO

5.1. A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures de qualquer série, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração (“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”).

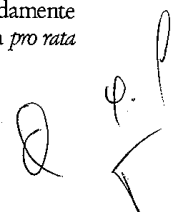
5.1.1. A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os titulares das Debêntures da(s) série(s) objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sem distinção, sendo assegurada a todos os titulares da respectiva série, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate.

5.1.2. A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12, observado o disposto na Cláusula 5.2 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado a ser implementado pela Emissora (“Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas e canceladas na mesma data.

5.1.3. Os Debenturistas que, a seu exclusivo critério, optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado deverão se manifestar perante o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação da Comunicação de Resgate sobre a sua intenção de participar na Oferta Facultativa de Resgate Antecipado na forma prevista na referida Comunicação de Resgate.

5.1.4. O resgate antecipado objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (“Resgate Antecipado”) será realizado conforme procedimento adotado pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA. Para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos a serem indicados pelo Escriturador.

5.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) a respectiva série das Debêntures que serão resgatadas; (iv) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devidamente atualizado, se for o caso, será acrescido (a) da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata*



0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

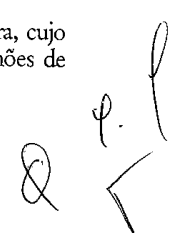
2

colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação:

CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3 e subcláusulas abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor das Debêntures em aberto, apurado conforme previsto nesta Escritura e na forma da lei, e calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses (cada uma dessas hipóteses, um “Evento de Inadimplemento”):

- a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou eventos análogos, tais como, intervenção e/ou liquidação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o pagamento da Remuneração nas respectivas Datas de Pagamento da Remuneração, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto representativas do capital social da Emissora;
- f) extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência desta Escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- g) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor individual ou global reclamado ultrapasse R\$90.000.000,00 (noventa milhões de



reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado, pela Emissora, ou se for cancelado ou susgado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data em que tomar conhecimento a esse respeito;

- h) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência desta Escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- i) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em AGD especialmente convocada para esse fim, observados os procedimentos de convocação previstos nesta Escritura, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) a Emissora não violará os Índices Financeiros estabelecidos na alínea "o" a seguir; e (iii) a receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias), ficando ajustado que os requisitos indicados nos itens (i) a (iii) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das AGDs aqui previstas;
- j) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- k) inadimplemento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de cura específico atribuído em quaisquer dos documentos da Emissão ou, em não havendo prazo de cura específico, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados (i) do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; ou (ii) da data em que tomar ciência da ocorrência de um Evento de Inadimplemento;
- l) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;

m) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta na forma descrita na Cláusula 3.9;

n) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, sempre quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais da Emissora (“Índices Financeiros”). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por, no mínimo, 2 (dois) trimestres consecutivos ou, ainda, por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado):

- (i) o índice obtido pela divisão da Dívida Total pelo EBITDA Ajustado ser menor ou igual a 3,65;
- (ii) o índice obtido pela divisão do EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras ser igual ou superior a 1,5;

onde:

- (1) “Dívida Total”: em qualquer data de apuração, significa o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, deduzidos os juros acumulados e encargos financeiros;
 - (2) “EBITDA Ajustado”: em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório do: (I) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro; (II) das Despesas de Depreciação e Amortização ocorridas no período; (III) das Despesas Financeiras deduzidas das Receitas Financeiras; e (IV) de Outras Despesas e Receitas Operacionais; e
 - (3) “Despesas Financeiras”: em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas da variação cambial (diferença de moedas); e
- o) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão.

7.1.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes das alíneas “g” e “o” da Cláusula 7.1 acima, os valores de referência em reais (R\$) lá constantes deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário ou a Remuneração.

Q P.F.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d) e (m) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas da Cláusula 7.1, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula 7.1 acima (que não sejam os eventos previstos na Cláusula 7.2 acima), deverá ser convocada, em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo. A AGD poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. Na AGD de que trata esta Cláusula 6.3, os Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 4.2.6 acima, poderão optar por deliberar pela não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

7.3.2. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.3 por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima mediante comunicação à Emissora nesse sentido.

7.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e, no caso da Cláusula 7.1 acima, alíneas "a" e "b", dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação feita pelo Agente Fiduciário à Emissora acerca da declaração do vencimento antecipado, nos termos desta Cláusula VII, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.5. No caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas em rol não exaustivo:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;
- (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre (ITR); e (ii) memória de cálculo e demais informações necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros, conforme previsto na Cláusula 7.1, "n", supra;
- (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
- (e) notificar o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar conhecimento, sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 7.1 acima;
- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (vii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

- (ix) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
- (x) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (xi) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xii) comunicar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista na Cláusula 3.9 acima;
- (xiii) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou esta Escritura;
- (xv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xvi) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xvii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xviii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xix) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP e BM&FBOVESPA);
- (xx) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima;



- (xxi) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xxii) manter as Debêntures registradas para negociação junto ao SND e ao BOVESPAFIX durante todo o prazo de vigência das Debêntures e efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND e no BOVESPAFIX; e
- (xxiii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de classificação de risco (*rating*) que divulguem, até a Data de Vencimento, relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;



- (g) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora. O Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de avaliação independente, acerca da veracidade das informações ora prestadas, com o que os Debenturistas da presente Emissão declaram-se cientes e de acordo.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos

Q 4.1

previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de Aditamento, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de Aditamento.

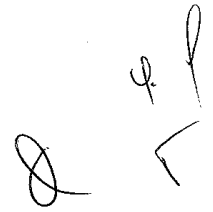
9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, de acordo com a Cláusula 9.2.1, "I";
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

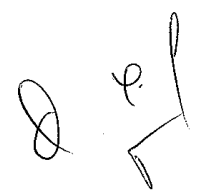
m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima;

m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



m.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - n.1) na sede da Emissora;
 - n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - n.3) na CVM;
 - n.4) na CETIP;
 - n.5) na BM&FBOVESPA; e
 - n.5) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12.1, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos desta Escritura, da lei ou regulamentação aplicável, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, acerca do inadimplemento da Emissora de quaisquer obrigações assumidas na presente Escritura, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de tal inadimplemento;



- (t) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (u) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas, através de seu site www.slw.com.br, à CETIP ou à BM&FBOVESPA sempre que solicitado; e
- (v) verificar trimestralmente a manutenção dos Índices Financeiros, com base nas informações fornecidas pela Emissora conforme Cláusula 8.1 (i), acima e informar imediatamente aos Debenturistas sobre eventual descumprimento dos referidos índices.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1 e 7.3 e suas subcláusulas acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura e do contrato CSS nº 42.445/12, a remuneração total correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pagos em parcelas trimestrais equivalentes a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Os pagamentos devidos serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação dos serviços, contados a partir da data de assinatura da presente Escritura.



0000 0 0 000 0000 000 000
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
00 00 000 0000 000 00

9.6.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.6.1 acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.4. A remuneração prevista na Cláusula 9.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

9.6.5. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

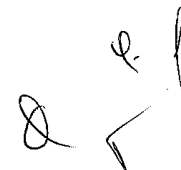
9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente autorizadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.3. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos, convocações e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;



- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

9.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma da Cláusula 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À AGD aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 1ª série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 2ª série em Circulação, e, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da 3ª Série, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 3ª série em Circulação.

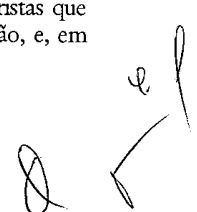
10.1.1.1. O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª, da 2ª ou da 3ª Série em Circulação poderão convocar separadamente uma AGD da 1ª, da 2ª ou da 3ª Série para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures da respectiva série ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a tomadas em AGD deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da respectiva série em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (ii) as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da respectiva série, de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado.

10.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

10.5. Outras disposições aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas

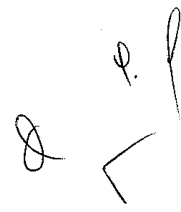
10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em qualquer AGD.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:



- (a) é sociedade de economia mista devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as aprovações e, conforme aplicável, licenças necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura e à emissão das Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (d) as pessoas que as representam na assinatura da Escritura e do Contrato de Distribuição ("Documentos da Oferta") têm poderes bastantes para tanto;
- (e) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (g) a celebração dos Documentos da Oferta, a Emissão e a Oferta (i) não infringem (1) seu estatuto social; (2) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte; (3) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (ii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (2) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (3) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (h) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, e, ainda, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito em seu formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência");
- (i) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto conforme descrito em seu Formulário de Referência;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

Q 4.1

- (k) exceto com relação às contingências informadas no Formulário de Referência, não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, ou previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ocasionar um efeito adverso relevante na Emissora;
- (l) a Emissora não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em efeito adverso relevante;
- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam dos Documentos da Oferta, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas e consistentes;
- (n) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (o) não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP;
- (q) o prospecto de distribuição das Debêntures ("Prospecto") e o Formulário de Referência, conterão, a partir da data de entrega dos mesmos à CVM, todas as informações relevantes atualizadas, completas, suficientes e verídicas em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e no Formulário de Referência em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (r) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e no Formulário de Referência, em relação à Emissora, foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; e
- (s) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Formulário de Referência cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Formulário de Referência seja enganosa, incorreta, imprecisa, insuficiente ou inverídica.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Rua Costa Carvalho, nº 300

CEP 05429-900 - São Paulo - SP

At.: Sr. Mário Azevedo de Arruda Sampaio

Tel: (11) 3388-8664

Fax: (11) 3388-8669

E-mail: maasampaio@sabesp.com.br

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º andar

CEP 04530-001 - São Paulo - SP

At: Nelson Santucci Torres / Julio Barione Dacar

Tel: (11) 3048-9943

Fax: (11) 3048-9872

E-mail: nelson.torres@slw.com.br / julio.dacar@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus - Vila Iara - Prédio Amarelo - 2º andar

Osasco, SP - CEP 06029-900

At.: Sr. Rogério Penteado Felgueiras - Gerente Departamental

Tel: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

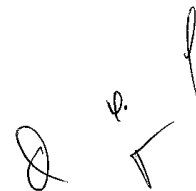
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, nº 275

CEP 01013-001 - São Paulo/SP



Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.2. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, por escrito, de imediato, por cada uma das Partes, conforme aplicável.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Despesas

12.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e serão reembolsadas nos termos da Cláusula 9.7 desta Escritura.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Disposições Gerais

12.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6. Lei Aplicável

12.7. Foro

12.7.1. Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.”

Q. 1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

- Relatórios de Classificação de Risco das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Brasil

Data de Publicação: 4 de janeiro de 2013

Comunicado à Imprensa

Rating 'brAA+' atribuído à proposta de emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Analistas: Alejandro Gomez Abente, São Paulo (55) 11-3039-9741, alejandro_gomez_abente@standardandpoors.com; Sergio Fuentes, Buenos Aires (54) 11-4891-2131, sergio_fuentes@standardandpoors.com

Líder do comitê de rating: Arthur Simonson, Nova York (212) 438-1000, arthur_simonson@standardandpoors.com

SÃO PAULO (Standard & Poor's) 4 de janeiro de 2013 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje em sua Escala Nacional Brasil o rating 'brAA+' à futura emissão de debêntures, no montante de até R\$ 1 bilhão, a ser realizada pela **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo** ("SABESP").

Os ratings da SABESP refletem seu SACP 'bb+' e incorporam nossa visão de que há uma probabilidade moderadamente alta de apoio extraordinário do **Estado de São Paulo** ('BBB-/Estável/-' e 'brAAA/Estável/-''). Nossa avaliação do SACP da SABESP reflete seu perfil de risco de negócios "satisfatório" e seu perfil de risco financeiro "significativo", conforme nosso critério define estes termos.

As debêntures podem ser divididas em três séries, com vencimento em 2018, 2020 e 2023, respectivamente, dependendo do montante total emitido. A empresa pretende utilizar os recursos para refinanciar dívida existente e para financiar parte de seu plano de investimentos. Vemos que essa emissão ajudará a melhorar o perfil de dívida da SABESP e está em linha com a nossa expectativa de caso-base.

A SABESP é a maior empresa de água e esgoto das Américas, com base em número de clientes e de receitas líquidas. A empresa opera sistemas de águas e esgotos públicos no Estado de São Paulo, o mais industrializado, de maior densidade demográfica (41 milhões de habitantes) e também o mais rico do Brasil (aproximadamente 34% do PIB do país).

CRITÉRIOS E ARTIGOS RELACIONADOS

- *Perspectiva dos ratings da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo alterados para positiva: Ratings reafirmados*, 21 de dezembro de 2012.
- *Ratings de Entidades Vinculadas a Governos (GREs, na sigla em inglês para Government-Related Entities): Metodologia e Premissas*, 9 de dezembro de 2010.
- *Metodologia e Premissas: Descritores de Liquidez para Emissores Corporativos Globais*, 28 de setembro de 2011.
- *2008 Critérios de Ratings Corporativos - Metodologia Analítica*, 15 de abril de 2008.

LISTA DE RATINGS

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Ratings de Crédito Corporativo

Iniciais

Escala global	
Moeda estrangeira em 31/10/1997	BB-/Estável/--
Moeda local em 31/10/1997	BB-/Estável/--
Escala Nacional Brasil em 15/03/1999	brA-

Atuais

Moeda estrangeira	BB+/Positiva/--
Moeda local	BB+/Positiva/--
Escala Nacional Brasil	brAA+/Positiva/-

Ação de Rating

Novo Rating de Emissão Atribuído

Futura emissão de debêntures no montante de até R\$ 1 bilhão em três séries com vencimento em 2018, 2020 e 2023, respectivamente. brAA+

Última ação de Rating (21/12/2012)

Ratings Reafirmados; Ação de CreditWatch/Perspectiva

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Rating de Crédito Corporativo	De	Para
Escala Global		
Moeda Estrangeira	BB+/Estável/--	BB+/Positiva/--
Moeda Local	BB+/Estável/--	BB+/Positiva/--
Escala Nacional Brasil	brAA+/Estável/--	brAA+/Positiva/--

Ratings de Emissão Reafirmados

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Debêntures, no valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 2025	brAA+
Debêntures, no valor de R\$ 850 milhões e vencimento em 2019	brAA+
Debêntures, no valor de R\$ 900 milhões e vencimento em 2015	brAA+
Notas <i>senior unsecured</i> , no valor de US\$140 milhões e vencimento em 2016	BB+
Notas <i>senior unsecured</i> , no valor de US\$350 milhões e vencimento em 2020	BB+

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor, clique [aqui](#) para mais informações.

Atributos e limitações do rating de crédito

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos

de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "Aviso de Pré-Publicação aos Emissores".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito) <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "Conflitos de Interesse — Instrução N° 521/2012, Artigo 16 XII" seção em www.standardandpoors.com.br.

Faixa limite de 5%

- De acordo com a informação sobre as receitas da Standard & Poor's Brasil do Ano Fiscal de 2012, as receitas da entidade avaliada não ultrapassam 5% do total das receitas da S&P Brasil;
- A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> (Item # 4.3) o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2013 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA INTERROMPIDO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P serem responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitem a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P se reserva o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar e www.standardandpoors.com.br (gratuitos), www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

McGRAW-HILL

ANEXO V

- Declaração da Emissora, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



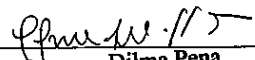
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Superintendência de Captação de Recursos e Relações com Investidores
R. Costa Carvalho, 300 – Pinheiros – CEP 05429-900 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3388-8679 / 8664 – Fax (11) 3388-8669
www.sabesp.com.br

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição de até 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da sua 17ª emissão ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) o Prospecto Preliminar da Oferta e o Formulário de Referência contém, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram elaborados, e o Prospecto Definitivo será elaborado, de acordo com as normas pertinentes; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Emissora, que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas suas respectivas datas de divulgação, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

São Paulo, 7 de janeiro de 2013.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP


Nome: **Dilma Pena**
Cargo: **Diretora Presidente**


Nome: **Rui de Brito Álvares Afonso**
Cargo: **Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

- Declaração da Emissora, para Fins do Anexo II, Item nº 11, da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Superintendência de Captação de Recursos e Relações com Investidores
R. Costa Carvalho, 300 – Pinheiros – CEP 05429-900 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3388-8679 / 8664 – Fax (11) 3388-8669
www.sabesp.com.br

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM Nº 11 DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade por ações de capital aberto, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o código 14443, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social, no âmbito da oferta pública de distribuição de até 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da sua 17ª emissão, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem declarar, para fins do previsto no item nº 11 do Anexo II da Instrução CVM 400, que o seu registro de companhia aberta encontra-se devidamente atualizado perante a CVM.

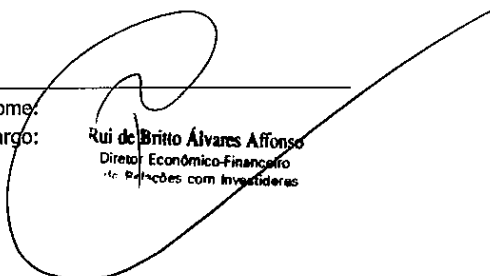
São Paulo, 7 de janeiro de 2013.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Nome:
Cargo:


Dilma Pena
Diretora Presidente

Nome:
Cargo:


Rui de Brito Álvares Afonso
Diretor Econômico-Financeiro
de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

- Declaração da Emissora Referente à Adequação à Definição de Emissora com Grande Exposição ao Mercado

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Superintendência de Captação de Recursos e Relações com Investidores
R. Costa Carvalho, 300 – Pinheiros – CEP 05429-900 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3388-8679 / 8664 – Fax (11) 3388-8669
www.sabesp.com.br

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 6º-A, §1º, INCISO II, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

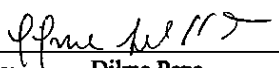
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade anônima de economia mista, constituída em conformidade com a autorização contida na Lei Estadual nº 119, de 29 de junho de 1973, com registro de companhia de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o código 14443, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição de até 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da sua 17ª emissão ("**Oferta**", "**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem declarar, para fins do previsto no Art. 6º-A, §1º, inciso II, da Instrução CVM 400, seu status de emissora com grande exposição ao mercado, nos termos do Art. 34 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("**Instrução CVM 480**"), em razão de se enquadrar no disposto nos incisos I e II do *caput* do Art. 34 da Instrução CVM 480, considerando que:

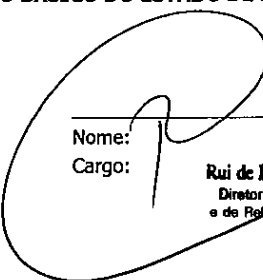
- (i) a Companhia tem ações de sua emissão negociadas em bolsa desde 1994, ou seja, há mais de 3 (três) anos;
- (ii) a Companhia cumpriu tempestivamente com suas obrigações periódicas nos últimos 12 (doze) meses; e
- (iii) o valor de mercado das ações da Companhia em circulação é superior a R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), de acordo com a cotação de fechamento no último dia útil do trimestre anterior à data da presente declaração.

Por fim, para verificação do disposto no item (iii) acima e no Art. 34, inciso III, da Instrução CVM 480, encontra-se anexa à presente declaração a memória do cálculo elaborada pela Companhia.

São Paulo, 7 de janeiro de 2013.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP


Nome: **Dilma Pena**
Cargo: **Diretora Presidente**


Nome: _____
Cargo: **Rui de Brito Álvares Afonso**
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Superintendência de Captação de Recursos e Relações com Investidores
R. Costa Carvalho, 300 – Pinheiros – CEP 05429-900 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3388-8679 / 8664 – Fax (11) 3388-8669
www.sabesp.com.br

ANEXO
MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA A VERIFICAÇÃO DO DISPOSTO INCISO III DO *CAPUT* DO
ART. 34 DA INSTRUÇÃO CVM 480

P.



17ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO EMISSORA COM GRANDE EXPOSIÇÃO AO
MERCADO (EGEM)

Quantidade total de ações emitidas pela Companhia	227.836.623
Percentual de ações em circulação no mercado (<i>free-float</i>)	49,7%
Quantidade de ações em circulação*	113.325.925
Cotação de fechamento em 28.09.2012**	R\$ 82,99
Valor total das ações em circulação	R\$ 9.404.918.515,75

* ITR - Informações Trimestrais - 30/09/2012 - Outras Informações que a Companhia entenda relevantes

** Fonte: Bloomberg

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

- Declaração do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, nº 105 – 36º andar, CEP 20031-923, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, na qualidade de instituição intermediária líder (“Coordenador Líder”) responsável pela distribuição pública de até 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da 17ª emissão da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP**, sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, nº 300, inscrita no CNPJ sob o nº 43.776.517/0001-80 (“Oferta”, “Debêntures” e “Emissora”, respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (elaborado e registrado pela Emissora na CVM), as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta e da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Emissora fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e às demais informações fornecidas ao mercado no Formulário de Referência e nos Prospectos Preliminar e Definitivo da Oferta, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (c) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar os Prospectos Preliminar e Definitivo da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (d) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 7 de janeiro de 2012.

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.



Nome: IVAN DE SOUZA MONTEIRO
Cargo: DIRETOR VICE PRESIDENTE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EMISSION

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Rua Costa Carvalho, nº 300, CEP 05429-900, São Paulo - SP

Coordinator Leader

BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, CEP 04538-133, Rio de Janeiro - RJ

Coordinator

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, CEP 01310-100, São Paulo - SP

sabesp